IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

CADERNO 5



MEMÓRIAS DO IV ENA

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DO IV ENA: SEMENTEIRAS DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

BH/MG • 31/maio a 3/junho de 2018

E56m Encontro Nacional de Agroecologia (4.: 2018: Belo Horizonte)
Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia : agroecologia e democracia unindo campo e cidade. – 1. ed. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021.
872 p. : il. color. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-87116-33-8

1. Agricultura – Brasil - Congressos. 2. Ecologia agrícola – Brasil - Congressos. 3. Agricultura sustentável – Congressos. 4. Democracia – Brasil - Congressos. I. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). II. Título.

488 630.27450981

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Lioara Mandoju CRB7 5331

IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

BH/MG • 31/maio a 3/junho de 2018

MEMÓRIAS DO IV ENA

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DO IV ENA: SEMENTEIRAS DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

CADERNO 5

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o documento *Memórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA)* seja citado como fonte.

A versão eletrônica deste documento está disponível no *site* www.enagroecologia.org.br, onde também se encontram materiais complementares sobre o IV ENA, incluindo vídeos, fotos, reportagens e painéis de facilitação gráfica.

MEMÓRIAS DO IV ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (IV ENA)

CADERNO 5
Seminários Temáticos do IV ENA: sementeiras do conhecimento agroecológico

Coordenação editorial
Flavia Londres

Sistematização, redação e edição
Angélica Almeida
Marcelo Almeida
Natália Almeida

Revisão técnica
Flavia Londres
Denis Monteiro
Viviane Brochardt

Revisão de texto
Consultexto, Gilka Resende, Hugo Maciel

Projeto gráfico, capa, tratamento de imagens e diagramação
Mariana Fonseca

Ilustração de capa
Letícia Abelha

Fotos
Arquivo Cobertura Colaborativa do IV ENA: Ana Flávia, Angélica Almeida, Aquiles Castro, Caio Santos, Camila Teixeira, Carú Dionísio, Cecília Figueiredo, Cintia Barenho, Clara Comandolli de Souza, Cris Guimarães, Cristiane Machado, Dowglas Silva, Eduardo di Napoli, Eliane Barros, Élida Galvão, Eudes Costa, Fábio Maciel, Gilka Resende, Gisele Ramos, Guilherme Assis, Helena Zelic, Ian Lara, Indi Gouveia, João Marcos Nunes, Juliano Vilas Boas, Kayke Quadros, Laira Carnelós, Leandro Bugni, Leonardo Koury, Lucas Abaporã Bois, Luiza Damigo, Luna Layse Almeida,

Márcio Andrade, Marlene Antônia, Maysa Leão, Nádia Nicolau, Natália Alves, Nívea Martins, Paolo Marti G. P. de S. Viola, Paulo Castiglioni, Pedro Kolping, Pedro Lovisi, Raiane Mechetti, Robervania Cunha, Sandra Ribeiro, Sidivaldo Júlio Raimundo, Thaynara Policarpo, Tony Marlon, Upslon, Viviane Brochardt e Wanessa Marinho.

Contribuições para o Caderno 5
André Biazoti, Angélica Almeida, Anna Crystina Alvarenga, Antonio Dias, Bruna Pardinni, Christina Grupioni, Cristiane Oliveira, Daniela Almeida, Danúbia Gardênia, Denis Monteiro, Fernando Rangel, Flavia Londres, Helena Rodrigues Lopes, Heloísa Costa, Júlio Pacheco, Kátia Fenyves, Laura Barroso, Leosmar Antônio, Lorena Anahi, Luísa Melgaço, Luiz Filho, Marcelo Almeida, Mariana Fonseca, Míriam Nobre, Naiara Bittencourt, Natália de Souza, Raro de Oliveira e Valéria Anjos.

Equipe de facilitação gráfica dos Seminários Temáticos do IV ENA:
Adriana Drummond, Aline Yumi, Beatriz Fernandes, Bianca Santana, Carolina Antunes, Carolina Ramalhete, Carú Dionísio, Damaris Felzke, Esther Azevedo, Ianah Maia, João Aquino, Lívia Sílvia Pereira, Lucas Alves, Marina Nicolaiewsky, Muriel Duarte, Patrícia Nardini, Pedro Leal, Priscila Machado, Raíssa Theberge e Repentistas do Desenho.

Equipe de relatoria dos Seminários Temáticos do IV ENA:
Amanda Marcatti, Amélia Marques, Ana Flávia Fonseca, Daniela Silva, Diego Limaverde, Eduarda dos Santos, Fernando Carneiro, Gustavo Soldati, Helena Rodrigues Lopes, Ícaro Abreu, Larissa Cabral, Laura Gomes, Lidiane Freire, Luã Gabriel Trento, Lucas Ricardo, Lucinéia Freitas, Luiz Zarref, Marcela Vecchione, Mariana Santarelli, Maureen Santos, Nara Pinira, Renata Souto, Ricardo Araújo, Sheyla Saori, Synara de Almeida, Taline Silva e Victor Alencar.

Os textos do Caderno 5 foram elaborados e revisados coletivamente durante a Oficina de Imersão – Cadernos do IV ENA*, realizada em dezembro de 2018. Essa oficina reuniu cerca de 20 pessoas representantes das supercomissões de trabalho, da secretaria executiva e das plenárias do IV ENA (mulheres, juventudes e indígenas), além da Secretaria Executiva da ANA e da equipe de sistematização dos cadernos. Algumas pessoas não participaram da oficina, mas contribuíram posteriormente com a revisão dos textos.*

Tiragem
450 exemplares

SUMÁRIO

07
MEMÓRIAS DO IV ENA
JUNTAR CACOS PARA CONSTRUIR VITRAIS

09
APRESENTAÇÃO DO IV ENA
MUITOS ENCONTROS, UM TRANSBORDAR

11
MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: COMO OS CADERNOS ESTÃO ORGANIZADOS?
APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DO CONTEÚDO DOS SETE CADERNOS

12
MAPA DE CADERNOS

14
A IDENTIDADE DOS CADERNOS: MEMÓRIAS DAS MULHERES

15
QUEM SÃO AS MULHERES QUE INSPIRAM O QUADRO

17
COMO USAR ESTES CADERNOS?

19
OS SEMINÁRIOS DO IV ENA

21
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

21
COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: CAMINHOS E DIÁLOGOS ENTRE A AGROECOLOGIA E A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

30
DIREITO A TERRA E TERRITÓRIO: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA

42
ÁGUA E AGROECOLOGIA: EM DEFESA DAS ÁGUAS COMO BEM COMUM

50
AGRICULTURAS URBANAS, AGROECOLOGIA E DIREITO À CIDADE

62
BIODIVERSIDADE: BENS COMUNS E SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITORIAL DOS POVOS DO BRASIL

70
SAÚDE INTEGRAL E MEDICINA TRADICIONAL

84
SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA

96
AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS

106
CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

118
DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO DA AGROECOLOGIA

132
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGROECOLOGIA

142
EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

160
COMUNICAÇÃO E CULTURA POPULARES: TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DA AGROECOLOGIA

174
JUVENTUDES: A NOSSA OUSADIA É O CAMPO E A CIDADE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA

190
SEMINÁRIOS NACIONAIS

190
DIREITOS HUMANOS E AGROECOLOGIA: MECANISMOS DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES E A EFETIVAÇÃO DE GARANTIAS ÀS/AOS AGRICULTORAS/ES, POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

194
REDES DE AGROECOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS: APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE

202
DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE APOIO À AGROECOLOGIA

208
SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS EM REGIÕES METROPOLITANAS

214
MANDALA TEMÁTICA

MEMÓRIAS DO IV ENA
JUNTAR CACOS PARA CONSTRUIR VITRAIS

AQUI ESTÃO REUNIDAS ALGUMAS MEMÓRIAS DE UM PROCESSO DIVERSO, DESCENTRALIZADO E PLURAL QUE OCUPOU E COLORIU AS RUAS DE BELO HORIZONTE (MG), MAS QUE, SOBRETUDO, MOBILIZOU DIFERENTES TERRITÓRIOS DO PAÍS.

Segundo Ecléa Bosi – mulher estudiosa das histórias e das recordações –, "Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho".

E foi a partir de muito trabalho coletivo que esta publicação ganhou corpo; um trabalho desafiador de reconstruir os vitrais[1], os fios e os diversos caminhos percorridos na construção do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA).

Ecléa fala da memória, essa capacidade de conservar, lembrar e percorrer o vivido. Após 17 anos do nosso encontro no Rio de Janeiro (RJ), 12 anos depois do nosso encontro no Recife (PE) e 4 anos após o nosso encontro em Juazeiro (BA), realizamos novamente, em um contexto político tão desafiador, um processo nacional iluminado por um movimento descentralizado e coletivo.

Mesmo que você não tenha estado presencialmente no IV ENA, o convite aqui é para que escolha um lugar no Parque Municipal de Belo Horizonte para estar e para, pelo menos por alguns minutos, permitir-se algumas sensações. Ainda que nem todas e todos conheçam as ruas e os contornos da capital mineira, a terceira maior metrópole do país, é possível, de alguma forma, ouvir os tambores e ver as cores das bandeirolas entre árvores e bambus; é possível também contemplar e se maravilhar com a diversidade de pessoas, de saberes, de sabores, de "esperançares" vindos de norte a sul do Brasil.

Se esteve presente, procure a primeira memória, quem sabe a mais forte, a que mais emocionou você, e, a partir dela, percorra os momentos vividos durante aqueles dias. Sente-se, feche os olhos, respire fundo e deslize pelas páginas a seguir revivendo os

1. *O subtítulo deste texto tem inspiração no texto* Sistematização... Juntando cacos, construindo vitrais*, de Elza Falkembach (disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3139554/mod_resource/content/1/Juntando%20cacos,%20construindo%20vitrais%20-%20Elza%20Maria%20Fonseca.pdf).*

gostos e cheiros, relembrando os abraços dos reencontros, os sorrisos e acenos vindos de longe, do outro lado da multidão.

Essa diversidade fez de Belo Horizonte território de encontro para celebrar resistências e afirmar nossa força coletiva. Mesmo sem ter estado fisicamente no IV ENA, é possível sentir o coração aquecer e pulsar pela agroecologia, pela democracia, pela terra e pela defesa de tantos direitos ameaçados.

Organizada em sete cadernos, a sistematização do IV ENA é, assim, um convite para que possamos reviver e nos reencontrar com pessoas, sentimentos, desafios, denúncias, potências e muitos outros processos que compuseram um balaio diverso de atividades e lembranças.

Com a certeza de que qualquer mergulho neste processo seria incompleto, nossa sistematização foi artesanal. Exigiu bricolagens, novas pesquisas e escutas, idas e vindas aos vídeos e às fotos. Esforços grandes, mas seguros de sua incapacidade de retratar a riqueza de momentos, processos e conteúdos tão diversos e imersos em distintas complexidades e cuidados.

Este conjunto de cadernos é um presente à cidade de Belo Horizonte, que acolheu de braços abertos a construção desse território agroecológico e que se desafiou, neste contexto político e financeiro tão adverso, a receber muito mais de 2 mil pessoas no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no Plug Minas e em vários cantos, casas e praças. É também um presente aos territórios, às mulheres, às juventudes, aos povos e às comunidades tradicionais que, com força e coragem, fizeram do IV ENA um sonho possível.

A capa de cada caderno, suas ilustrações e seu percurso de construção representaram desafios que partilhamos com muito cuidado. Esperamos que este conjunto de cadernos desperte, remexa e conecte as memórias e as experiências que cada uma e cada um carrega, além de fortalecer os anúncios que as organizações, os coletivos e os movimentos sociais envolvidos neste bonito processo desejam visibilizar.

Em tempos de tantos retrocessos, desafios e medos, em que nossas memórias estão sendo apagadas, partilhar histórias tecidas pelo povo na construção de alternativas aos modelos predatórios de produção de alimentos e da vida nos parece um dos nossos compromissos políticos e pedagógicos na construção da nossa resistência.

Mais à frente, os textos apresentam melhor o IV ENA e o processo coletivo que tornou possível esta publicação. Desejamos um ótimo passeio pelas nossas memórias.

Com muito carinho,

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

APRESENTAÇÃO DO IV ENA

MUITOS ENCONTROS, UM TRANSBORDAR!

BELO HORIZONTE (MG) PRESENCIOU, ENTRE OS DIAS **31 DE MAIO E 3 DE JUNHO DE 2018**, A CULMINÂNCIA DE UM INTENSO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA AGROECOLOGIA E DA DEMOCRACIA CONSTRUÍDO POR MÚLTIPLOS ATORES QUE COMPÕEM A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA) NOS MAIS DIVERSOS CONTEXTOS SOCIOAMBIENTAIS DO BRASIL.

Evocando os 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e em torno do lema *Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade,* o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) reuniu, na capital mineira, mais de 2 mil participantes, além de aproximadamente 40 mil moradoras/es, que visitaram os espaços abertos do evento.

Corpos, cores, cheiros, sotaques, sabores, quereres e saberes de todos os estados brasileiros ocuparam o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, ganhando centralidade, em meio à profusão de experiências, ao protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, das florestas, das águas e das cidades. Enredadas/os na mesma construção do bem viver, marcaram presença no encontro povos indígenas de 38 etnias, quilombolas, camponesas/es, extrativistas, pescadoras/es, faxinalenses, agricultoras/es familiares rurais e urbanas/os, geraizeiras/os, sertanejas/os, vazanteiras/os, quebradeiras de coco, caatingueiras/os, criadoras/es em fundos e fechos de pasto, seringueiras/os, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e de povos de terreiro. Também participaram técnicas/os, educadoras/es, pesquisadoras/es, extensionistas e estudantes, gestoras/es públicas/os, representantes da cooperação internacional e aliadas/os da agroecologia vindas/os de 14 países da América Latina, do Caribe e da Europa.

Com 70% do público composto por agricultoras/es familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o IV ENA aconteceu com participação paritária entre mulheres e homens, valorizando, de forma expressiva, a presença das juventudes.

Ao longo dos seus quatro dias de realização, a programação do Encontro contou com mais de 100 atividades, incluindo plenárias, seminários temáticos, tendas com instalações artístico-pedagógicas dos territórios, vivências e oficinas autogestionadas. Também foram promovidos a *Feira Saberes e Sabores*, a *Feira da Agrobiodiversidade*, o *Espaço da Saúde*, a *Ciranda Infantil* e apresentações artístico-culturais.

A efervescência de todo esse caldo político e cultural ganhou as ruas de Belo Horizonte em um ato público em favor da agroecologia e da democracia, seguido de uma farta partilha no *Banquete Popular Agroecológico,* que selou o Encontro.

Não só nos dias do IV ENA, mas também nos encontros regionais, estaduais e locais preparatórios, a expressão dessa construção coletiva, descentralizada e diversa reverberou nos diferentes territórios, dando visibilidade às experiências de sujeitos que resistem denunciando as ofensivas do modelo de desenvolvimento dominante e anunciando a potência dos seus modos de existir, produzir e de defender o bem viver.

Para preservar a memória desse rico processo que transbordou nos dias do IV ENA e que permanece gerando frutos, preparamos uma coletânea de registros que conta os desafios e aprendizados desse importante fórum de agroecologia e seus legados para o movimento agroecológico brasileiro. São cadernos que trazem as vozes e diversidades da agroecologia, com o propósito de fazer emergir diferentes pautas, sentidos políticos, convergências e disputas travadas em torno da sustentabilidade da vida.

Esperamos que esta leitura possa despertar o desejo de um Brasil cada vez mais agroecológico – no pleno sentido do projeto de sociedade engendrado pela Articulação Nacional de Agroecologia e por seus sujeitos –, bem como inspirar e animar iniciativas diversas de construção de outra realidade possível: justa, democrática e solidária!

MEMÓRIAS EM MOVIMENTO: COMO OS CADERNOS ESTÃO ORGANIZADOS?

APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E DO CONTEÚDO DOS SETE CADERNOS

Lembrança puxa lembrança, e seria preciso um escutador infinito.
Ecléa Bosi

Neste processo de construção das memórias do IV ENA, a sistematização como um potente processo de registro, organização de conteúdo e de partilha sensível dos nossos aprendizados coletivos tornou-se para nós uma oportunidade de colher histórias e registros para além da feitura de um relatório.

Estes cadernos nasceram da preocupação da Secretaria Executiva e do Coletivo Nacional de Comunicação da ANA em construir um documento acessível, lúdico e com um investimento afetivo e técnico que pudesse partilhar um material com capacidade de diálogo com a sociedade – transbordando nossos campos mais convencionais de comunicação e "falando" para fora das nossas fronteiras de interação.

Com isso, optamos por investir energia em um material didático, no formato de caderno, afastando-nos um pouco da ideia inicial de anais – publicação extensa e comumente usada para registrar encontros e eventos acadêmicos. Arriscamo-nos, assim, a produzir um material interativo, que se desafiasse a estar mais próximo às pessoas e mais presente em nosso cotidiano de trabalho, atuação, estudo e criação.

Cadernos possíveis de rabiscar, recriar, ajustar e comprometidos com esse desafio sempre incompleto de criar "escutadores", como brinca Ecléa Bosi na epígrafe que abre esta apresentação. Cada relatoria, oficina, conversa, foto e vídeo reabriu uma caixa infinita de histórias. Por isso, temos certeza da incompletude deste material.

Outra aposta foi construir um conjunto de cadernos que impulsionassem outros processos pedagógicos e políticos nos territórios. Cadernos de memórias desenhados para serem disparadores de outras histórias e lembranças, reativando a potência do processo de construção do IV ENA.

Cadernos estes só possíveis pela colaboração de muitas mãos, rascunhados e palavreados por representantes de comissões diversas, em momentos e situações distintas. Esse material começou a ser sonhado coletivamente no Rio de Janeiro, em uma reunião no dia 10 de agosto de 2018, com parte da Comissão Organizadora do IV ENA, e, desde então, envolveu uma equipe composta por quatro pessoas, além da parceria atenta da Secretaria Executiva da ANA. Pessoas que mobilizaram muitas outras, em reconhecimento de que seria impossível sistematizar e expressar a beleza e força do Encontro sem partilhar seus princípios coletivos, descentralizados e diversos de construção.

Assim sendo, dois espaços presenciais mais ampliados foram convocados para reunir múltiplas cooperações: uma oficina sobre a alimentação e o *Banquete* do IV ENA, no dia 26 de outubro de 2018, em Belo Horizonte; e uma oficina de imersão, com pessoas das diferentes comissões organizadoras do Encontro, nos dias 6 e 7 de dezembro do mesmo ano, em Prudente de Morais (MG), para compartilhar e revisar coletivamente o material até então elaborado, e também para colher complementações. Mantendo ainda, de forma permanente, diálogos virtuais e presenciais com essas/es e outras/os representantes.

MAPA DOS CADERNOS



CADERNO 1 – AS MUITAS MÃOS QUE SEMEIAM A AGROECOLOGIA E SE ENTRELAÇAM NA ANA

Esse fascículo contextualiza as raízes que sustentam o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) e apresenta a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a trajetória dos encontros nacionais para, então, adentrar a experiência do Encontro, sua constituição, sua realização, seus balanços e seus aprendizados.



CADERNO 2 – SENTIR, PENSAR E AGIR: O PROCESSO PREPARATÓRIO

Apresenta o intenso desenrolar de reflexões e ações que resultaram no IV ENA em Belo Horizonte. Além das estratégias, dinâmicas e atividades construídas pelas comissões organizadoras e supercomissões de trabalho, o Caderno 2 traz também alguns dados, histórias, desafios e aprendizados do processo preparatório do Encontro.



CADERNO 3 – O FAZER COLETIVO DA AGROECOLOGIA: METODOLOGIAS, PROCESSOS COLABORATIVOS E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Partilha aprendizados sobre o processo de construção metodológica do IV ENA, apontando alguns dos seus princípios, e sistematiza em fichas-resumo algumas das diversas atividades que desenharam a programação do Encontro.



CADERNO 4 – SUJEITOS COLETIVOS: PROCESSOS AUTO-ORGANIZADOS E AS PLENÁRIAS NO IV ENA

Apresenta os principais diálogos construídos pelas mulheres, juventudes, indígenas e quilombolas em seus processos auto-organizados preparatórios ao IV ENA, bem como em suas plenárias ao longo do Encontro.



CADERNO 5 – SEMINÁRIOS TEMÁTICOS DO IV ENA: SEMENTEIRAS DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

Compartilha as experiências e reflexões de 14 atividades temáticas que aconteceram simultaneamente no IV ENA. Os temas que serviram de referência para cada seminário foram escolhidos devido ao potencial de aglutinar debates referentes à construção da agroecologia no Brasil e, dessa forma, catalisar novas aprendizagens e propostas de ação.



CADERNO 6 – A VOZ DOS TERRITÓRIOS: ANÚNCIOS E DENÚNCIAS DA AGROECOLOGIA

Esse é o caderno que colhe os frutos, as memórias, os anúncios e as denúncias que pulsam em diversos territórios. Seminários territoriais construídos a partir das *Instalações Artístico-Pedagógicas* são a matéria-prima dessa publicação, que traz sínteses, em mapas e tabelas, que reúnem as mais de 47 experiências agroecológicas socializadas durante as atividades.



CADERNO 7 – AFETOS E REBELDIAS: SOBRE AS FORÇAS QUE NOS MOVEM

Esse caderno fecha ou abre, dependendo do ponto de vista, o ciclo de memórias do IV ENA. Expressa, em imagens, depoimentos, números e emoções, o processo de construção do Encontro e o colorido de seus dias.

A IDENTIDADE DOS CADERNOS: MEMÓRIAS DAS MULHERES

O conceito proposto retrata em uma só tela sete mulheres cujas presença e liderança foram essenciais para a construção do IV ENA. A proposta foi de a tela servir como uma obra de arte em si mesma, mas também como ilustrações individuais de capa para os sete cadernos que compõem esta coletânea.

Essas mulheres representam, cada uma a seu modo, o coração do movimento agroecológico no Brasil. Conhecer um pouco de suas vidas e lutas nos últimos meses foi um sopro de esperança no cenário atual, tão propício a retrocessos e tão ameaçador para a vida desta terra que nos sustenta. Uma lembrança oportuna de quem realmente alimenta este país.

A intenção ao retratá-las, além da homenagem a personalidades específicas, é mostrar o rosto real das lutas agrárias, ambientais e sociais no Brasil – o que muitas vezes é perdido em meio aos ainda enraizados preconceitos e institucionalismos. São femininas as mãos que plantam nosso solo; negras, LGBTI+s, quilombolas, indígenas, curandeiras, camponesas e muito mais. Assim tem sido por toda a nossa história, e esse é um pequeno esforço no caminho do reconhecimento e da valorização do povo que verdadeiramente vive pelas terras brasileiras. Não para esgotar seus recursos de maneira predatória e gananciosa, mas para que elas floresçam, prosperem e alimentem com saúde suas filhas e seus filhos.



Esses rostos foram retratados em meio à natureza, que também protagoniza a agroecologia, entre rios, animais e plantas, que são verdadeiras riquezas deste país. Mananciais de vida que a terra tão generosamente oferece e que, nessa delicada e complexa teia socioambiental, tecem a manta necessária para nossa existência. As bandeirolas, as mandalas de sementes e o rio da vida são elementos afetivos que simbolizaram o IV ENA, lembrando o Encontro construído a muitas mãos, a festa da celebração dos nossos esforços por uma vida mais saudável e harmônica. Um retrato possível do Brasil em suas cores e lutas tão variadas – as quais, nesta vasta extensão territorial, resistem de norte a sul. Que os frutos se multipliquem e que a terra esteja sempre fértil para o plantio de nossas esperanças!

QUEM SÃO AS MULHERES QUE INSPIRAM O QUADRO

JOANA FERNANDES SEBBEN: representante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) da região oeste de Santa Catarina (SC). Joana é uma das entrevistadas do curta-metragem *Mulheres da Terra*, produzido pela Plural Filmes. Ela conta das experiências com sementes e da resistência da mulher camponesa no Sul do Brasil (Capa do Caderno 1).

MAYÓ PATAXÓ: terapeuta indígena da Aldeia Pataxó Nova Coroa (BA). É parceira e liderança em processos terapêuticos nos encontros de agroecologia, principalmente em Minas Gerais, onde anima uma cooperativa voltada aos cuidados, dentre os quais se destaca a Troca de Saberes, na Universidade Federal de Viçosa (UFV) (Capa do Caderno 2).

JULIANA DE MEDEIROS DINIZ: agricultora urbana de Magé (Região Metropolitana do Rio de Janeiro). É integrante do Grupo de Trabalho (GT) Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Aarj) e da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e criadora, entre tantas magias, da farinha de jiló (Capa do Caderno 3).

AMANDA XUKURU: Amanda Leite Santos tem 24 anos e é mais conhecida no seu povo como Amanda Xukuru. Mora no território indígena Xukuru do Ororubá, na aldeia Capim Planta, na cidade de Pesqueira (PE). Faz parte do coletivo Juventude Xukuru do Ororubá Poyá Limolaygo (*Pé no Chão*). Cursou Agroecologia no Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), em Ibimirim (PE) (Capa do Caderno 4).

APARECIDA ARRUDA: mais conhecida como Tantinha, cultiva ervas, produz remédios caseiros de plantas medicinais e lanches naturais no Ervanário São Francisco, em Belo Horizonte, e compartilha seus conhecimentos em oficinas e cursos, bem como na Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau), da qual participa desde o seu início, em 2004 (Capa do Caderno 5).

DONA DIJÉ: Maria de Jesus Bringelo: mulher quilombola, maranhense, mãe e avó, quebradeira de coco-babaçu e fundadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); liderança dos povos e comunidades tradicionais, fez sua passagem em setembro de 2018 (Capa do Caderno 6).

ALESSANDRA MUNDURUKU: jovem líder do povo Munduruku na Amazônia brasileira. Alessandra se juntou à luta de sua comunidade por sobrevivência quando esta foi ameaçada pela inundação do projeto da megabarragem da Usina Hidrelétrica do Tapajós, no Pará (Capa do Caderno 7).

COMO USAR ESTES CADERNOS?

É do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.
Henri Bergson

Ao longo de todos os cadernos, buscamos relembrar a sensível conexão entre discurso e prática. Esperamos que esta publicação possa colorir as prateleiras de organizações, universidades e bibliotecas, mas ir além.

Para nós, partilhar este conjunto de cadernos, desta forma, é mais uma maneira de reforçar a potência da agroecologia de construir novas relações, cuidados, formas de diálogo e ação política.

Listamos brevemente algumas poucas e singelas ideias que podem ser acionadas, além de muitas outras, para que todas e todos nós possamos assumir, nas nossas localidades, colégios, escolas, assentamentos, fóruns, Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e feiras (entre outros muitos espaços nos quais estamos presentes), esse compromisso coletivo de lançar em muitos ventos e terrenos férteis as sementes disseminadas no IV ENA:

enagroecologia.org.br

- Organizar lançamentos dos cadernos em espaços públicos, mesclando a apresentação do material com a exibição de vídeos, com celebrações musicais e gastronômicas.
- Realizar banquetes populares em espaços públicos.
- Fazer *releases* e divulgar o material na imprensa local, em *sites* e jornais regionais, promovendo entrevistas.
- Utilizar parte do material como referência de estudo em aulas, oficinas e palestras.
- Construir jornais murais síntese dos cadernos e expor nas comunidades rurais e urbanas.
- Promover rodas de mulheres para leitura de seções especiais.
- Elaborar varais, *spots* de rádio e exposições fotográficas com trechos, imagens e depoimentos dos cadernos.
- Visitar o *site* **Agroecologia em Rede** e inserir novos relatos e experiências no mapa de anúncios e denúncias.


BIODIVERSIDADE
MPA
BRASIL
UNDER ARMOUR



OS SEMINÁRIOS DO IV ENA

As práticas sociais de construção da agroecologia nos diferentes territórios do Brasil sempre foram os principais elementos orientadores da atuação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A partir da interpretação crítica dos desafios e dos avanços das iniciativas locais e regionais, a ANA define sua dinâmica de interação em âmbito nacional, no esforço constante de vincular as análises sobre essas experiências com os processos de reivindicação e elaboração de políticas de promoção da agroecologia.

Para organizar as suas ações e os seus grupos de trabalho, a ANA parte da compreensão de que alguns temas têm o potencial de aglutinar experiências e reflexões e, dessa forma, catalisar novas aprendizagens. Foi com essa perspectiva que o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) promoveu, na tarde do dia 1º de junho de 2018, 14 seminários temáticos simultâneos, nos quais as/os participantes do Encontro se distribuíram de forma espontânea. Os temas foram escolhidos pela Comissão Organizadora do IV ENA, que, para isso, adotou como referência as trajetórias históricas de construção da agroecologia nos territórios e os debates em torno de temáticas atuais.

Sob a inspiração da pergunta **"Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?"**, o processo de produção de análises críticas e sínteses nos seminários foi orientado por antigas e novas perspectivas:

- Que os temas fossem abordados no duplo sentido da denúncia e do anúncio, a partir das experiências concretas, inserindo nas análises a estratégia de comunicação adotada em cada tema.
- Que o debate dos temas representasse um passo a mais na conexão de organizações parceiras, de alianças e de diálogo intertemas, considerando os resultados e os desdobramentos do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, realizado em Salvador, em 2011.
- Que se intensificasse a interação entre campo e cidade e também a expressão do olhar dos sujeitos dos vários biomas sobre o mesmo tema.
- Que o debate levasse em conta articulações e diálogos em curso na sociedade na relação com as parcerias, a exemplo dos debates do Fórum Mundial das Águas.

* Que fosse um momento de aprofundamento dos temas à luz de conceitos como Bens Comuns e Bem Viver, em oposição à mercantilização e à financeirização.

Para cada seminário, foi formada uma comissão que ficou responsável por elaborar a ementa, pensar a metodologia e organizar e coordenar a atividade. Todos os seminários contaram com apresentação de experiências, definidas previamente, que enriqueceram e serviram de insumo para os debates. Surgiram, das discussões realizadas nos seminários, propostas para a criação e/ou o aprimoramento de políticas públicas, sugestões de ação para organizações e redes do movimento agroecológico e subsídios para a elaboração da Carta Política do IV ENA.

+ http://enagroecologia.org.br/files/2019/03/carta_politica_web.pdf

Para o registro das atividades, participaram 19 relatoras, 8 relatores, 12 facilitadoras e 3 facilitadores gráficos. Como fruto de um intenso trabalho coletivo construído durante o IV ENA, nas páginas a seguir serão apresentadas as principais informações registradas em cada seminário, como a dinâmica da atividade, os depoimentos de participantes, os principais pontos debatidos e os painéis da facilitação gráfica.

> *Entre os significados da palavra **seminário** está **viveiro de plantas**, centro de criação; uma definição bem oportuna para expressar a relevância dos diversos conhecimentos germinados durante o Encontro. Nessa perspectiva, cada seminário temático que aconteceu no IV ENA pode ser compreendido como uma **sementeira do conhecimento agroecológico**, gerando novos saberes a partir das experiências e reflexões das/os participantes.*

Além dos 14 seminários temáticos, este caderno também traz o registro de 5 iniciativas autogestionadas que aconteceram no dia 2 de junho de 2018, chamadas de *seminários nacionais*. Entre os objetivos dos seminários nacionais, estiveram: a apresentação de metodologias de trabalho e de sistematização de redes territoriais de agroecologia; a reflexão coletiva sobre os desafios para a construção de políticas públicas relacionadas à agroecologia; a socialização de estratégias comunitárias, autônomas e criativas de gestão territorial de bens comuns; e a discussão sobre os mecanismos institucionais para oficializar denúncias de violação dos Direitos Humanos.

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: CAMINHOS E DIÁLOGOS ENTRE A AGROECOLOGIA E A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SSAN)



O conceito de *Comida de Verdade*, construído coletivamente a partir do processo da 5ª *Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, fornece-nos bases críticas para analisar os gigantescos desafios e problemas provocados por um sistema alimentar hegemônico, alicerçado nos interesses de grandes corporações e que tem dominado toda a cadeia produtiva – do mercado de agrotóxicos e transgênicos, passando pela concentração de terras e tecnologias, pela produção de alimentos ultraprocessados, até chegar às estratégias de *marketing* que induzem ao consumo nas grandes redes de *fast-food* e supermercados.

Ao mesmo tempo, a defesa da Comida de Verdade nos possibilita conectar diferentes dimensões da SSAN ao afirmar que uma alimentação promotora de saúde e de direitos precisa ser diversificada, produzida em bases ambientais e sociais justas, livre de contaminantes, integrada à cultura e às tradições dos povos e populações e ser regionalmente contextualizada. As trilhas que levam à Comida de Verdade passam pelo fortalecimento de alianças e pela (re)conexão entre o campo e a cidade, pelo reconhecimento e valo-



rização do trabalho das mulheres e pela defesa de um sistema alimentar que assegure, por meio da agroecologia, a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e a garantia da Soberania Alimentar (Sobal).

Esse seminário temático convidou, assim, a refletir, a partir de algumas experiências, sobre o papel da agroecologia na transformação dos sistemas alimentares e suas contribuições para a construção dos caminhos para a Comida de Verdade.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

O seminário foi iniciado com a apresentação da programação e a leitura em voz alta de um documento intitulado **Comida de Verdade no Campo e na Cidade: caminhos e diálogos entre a agroecologia e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**, preparado pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Na sequência, foram apresentadas 5 experiências concretas, que serviram para estimular reflexões críticas sobre caminhos possíveis para conectar o campo e a cidade e pensar a garantia de Comida de Verdade.

As apresentações foram orientadas pelas seguintes questões: a) Que caminhos você e seu grupo têm percorrido com a agroecologia? b) De que forma você considera que sua experiência contribui para a defesa de nossa cultura alimentar e dos nossos biomas? c) A partir da atuação de sua organização, como você avalia que a agroecologia pode contribuir para garantir Comida de Verdade para cada vez mais pessoas? d) Como o atual contexto de desmonte de políticas públicas tem afetado o cotidiano de seu grupo? e) Quais as estratégias e os caminhos que vocês têm encontrado para o fortalecimento e a organização da resistência e sobrevivência em tempos tão difíceis?

Após as apresentações, seguiu-se o debate em plenária.

EXPERIÊNCIAS

1) CENTRAL DO CERRADO E PROJETO *CERRATINGA* / MARANHÃO, TOCANTINS, PARÁ, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO E GOIÁS

A Central do Cerrado é uma central de cooperativas constituída por 35 organizações comunitárias de sete estados (MA, TO, PA, MG, MS, MT e GO) que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. A Central surge do

desejo de fortalecer as formas tradicionais de produção de polpas nativas, derivados do babaçu, castanhas, entre outros produtos do Cerrado, e também de adotar estratégias comuns de acesso a mercados, começando pelo informal para depois acessar outros mais estruturados e ampliar a escala. O foco da apresentação foi o projeto *Cerratinga*, que é uma ferramenta de valorização da cultura alimentar do Cerrado e da Caatinga, por meio da divulgação de informações para consumidoras/es sobre a rica biodiversidade que envolve esses biomas. São identificadas como principais gargalos: as dificuldades de manejo e a agroindustrialização, a regularização sanitária e a formação de público consumidor.

2) REDE ECOLÓGICA DO RIO DE JANEIRO / RIO DE JANEIRO

A Rede Ecológica, movimento social que visa fomentar o consumo ético, solidário e ecológico, é constituída por grupos de consumidoras/es que realizam compras coletivas diretamente de agricultoras/es agroecológicas/os e que também se articulam para incidir sobre políticas públicas. Atualmente, a Rede conta com 14 núcleos de distribuição e 300 famílias consumidoras, que utilizam um sistema *online* para a compra de alimentos secos e frescos. Todo o trabalho é voluntário, e os membros da rede atuam também em movimentos e espaços de participação, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O que motiva as/os consumidoras/es não é apenas a alimentação saudável, mas também o tecer de redes de solidariedade e de estreitamento da relação entre produtoras/es e consumidoras/es. O que se busca é o compromisso das/os membras/os e a mudança da cultura de consumo.

3) CIRCUITO SUL DE CIRCULAÇÃO DE ALIMENTOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA / SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ E SÃO PAULO

O Circuito articula famílias agricultoras de quatro estados brasileiros (SC, RS, PR e SP) na troca e comercialização de produtos agroecológicos certificados pela Rede Ecovida. Compõem a rede 80 famílias que já produzem agroecologicamente, e outras 40 estão em processo de transição. Além de uma rede de certificação participativa, a Rede Ecovida é também uma estratégia que busca conectar regiões que têm mais vocação de produção com aquelas que são mais orientadas pelo consumo de alimentos. Com esse objetivo, foram estruturadas rotas – espécie de espinhas dorsais – que se conectam com outras menores, através das quais já foram comercializados em torno de 200 itens,



entre alimentos *in natura* e minimamente processados. Um dos grandes acertos da Rede foi a escolha por trabalhar exclusivamente com produtos orgânicos, o que possibilitou a criação de uma identidade forte, que fez deslanchar a articulação. A interrupção da Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica (Ater Agroecologia) e a redução dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são fatores que fragilizam a rede.

4) SABERES E PRÁTICAS KARO AR WIRIKANÃ: MABEXÉPKANÃ / RONDÔNIA

Foi uma experiência de resgate de receitas de comidas tradicionais, de saberes ancestrais e de histórias e mitos sobre a alimentação do povo Arara-Karo das aldeias Iterap e Pay Gap, localizadas na Terra Indígena Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná (RO). O projeto *Cultura, Gestão e Gênero: Mulheres Arara buscando qualidade de vida*, desenvolvido em parceria com o Conselho de Missão entre Povos Indígenas e com o Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia, tem como objetivo contribuir para a pesquisa, o resgate e o registro de práticas e conhecimentos tradicionais, o fortalecimento da identidade e a valorização dos saberes e gostos culinários do povo Arara-Karo.

5) CAMPANHA *COMIDA É PATRIMÔNIO* / BRASIL

A campanha *Comida é Patrimônio* é desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e tem como objetivo estreitar os vínculos entre cultura alimentar e a SSAN. Para alcançar seu objetivo, a campanha busca estimular a mobilização popular em torno da promoção de sistemas alimentares mais justos, equitativos, sustentáveis e saudáveis, a partir da defesa da comida como um patrimônio biocultural e como um direito humano. A campanha foi criada em 2015 como forma de enfrentar o desafio de encontrar novas e mais atraentes maneiras de comunicar e mobilizar, levantando as seguintes questões: “Que alimentos estamos e não estamos comendo? O que tem ameaçado a nossa cultura alimentar?”.

VOZES DA PLENÁRIA

> *Comida de verdade é comida pura, nativa, sem veneno. Comida que não traz pressão alta, nem obesidade, nem dá doença. Comemos a comida do mercado também, mas a verdadeira é a nossa. No tempo dos nossos bisavôs, comíamos nossa comida, e a gente nunca via doença. De uns tempos pra cá é que começamos a ter doença. A doença vem do veneno que tá na comida, vem pra nos matar. A comida que é oferecida da natureza direto pra nós é que é de verdade.*

Liderança indígena do povo Arara-Karo

> *Falamos da comida verdadeira para os jovens para ela se tornar atrativa. Tem o gongo do coco, que é assado na palha, tem a batata que a gente come junto também, comemos também com castanha. Tem o pisado de milho, milho crioulo, de índio mesmo. Só consumíamos tempero nativo, daí hoje a gente já consome sal também. Beiju feito na pedra, paçoca que se pisa no pilão. É tudo muito gostoso. Quando tem festa, a gente se reúne, e todo mundo prova a sopa do jacaré, que é moqueado. A macaloba é igual guaraná; se a gente toma, não sente fome. É muito forte, feita de mandioca mansa, cará, batata e açúcar. Quando mata a caça grande, a gente conserva no moquém.*

Liderança do povo Arara-Karo

> *O campesinato precisa espichar sua mesa até a cidade. Temos que aprender a interligar as mesas do campo e da cidade.*

Liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

> *Damos muita atenção a um médico, mas não a uma agricultora ou agricultor que fornece comida direto pra gente.*

Marina, Bahia



ELEMENTOS DO DEBATE

Um dos destaques do seminário foi a percepção de que a agroecologia é a principal estratégia para a recuperação e o desenho de sistemas alimentares sustentáveis e para o resgate da agrobiodiversidade, com base no manejo ecológico dos agroecossistemas e em circuitos de proximidade de comercialização.

Constata-se também o surgimento de novas/os atrizes/atores coletivas/os, criadas/os a partir do desejo de conectar produtoras/es e consumidoras/es, o campo e a cidade, e fazer circular alimentos agroecológicos. Na última década, formaram-se, por todo o país, novas redes e experiências inovadoras de autocertificação agroecológica; circuitos de troca, distribuição e comercialização; e grupos de consumidoras/es que realizam compras coletivas diretamente das agricultoras/es agroecológicas/os e favorecem a formação de sistemas alimentares sustentáveis. Percebe-se ainda o estabelecimento de novas pontes de comunicação e comercialização entre produtoras/es e consumidoras/es, mediadas a partir de parcerias com o setor da gastronomia, chefes de cozinha formadores de opinião e redes como o *Slow Food*.

A realização de iniciativas de pesquisa, resgate e registro de práticas e conhecimentos dos povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais fortalece as identidades, valoriza os saberes e reforça a noção de comida como patrimônio biocultural e alimentar.

Também foi mencionada a invisibilidade de alimentos tradicionais e do conhecimento a eles associado por parte de significativa parcela da população, fruto da desconexão entre produção e consumo e de uma lógica de mercado que esconde a tradição e hegemoniza o consumo.

Entre as dificuldades enfrentadas por produtoras/es ligadas/os às experiências apresentadas, foram citados a formalização de suas agroindústrias familiares e o atendimento das normas sanitárias, que não se adéquam a seus modos tradicionais de produção. Há relatos ainda relacionados às consequências do atual desmonte das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, em especial o desmantelamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) agroecológica e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma vez que é da combinação de várias formas de escoamento de sua produção que se sustentam esses grupos.

DENÚNCIAS

- Risco de aprovação do pacote de projetos de lei e demais normativas que facilitam a aprovação e o uso irresponsável de agrotóxicos.
- Aumento da burocracia e criação de novos impeditivos para a circulação de cítricos, a partir de novas normativas sobre as quais as/os produtoras/es não foram consultadas/os.

PROPOSTAS

- Multiplicação e fortalecimento de redes autônomas e horizontais que conectam produtoras/es e consumidoras/es agroecológicas/os.
- Interação das redes de comercialização com o campo da gastronomia como estratégia de valorização e criação de interesse econômico para os alimentos regionais.
- Adoção de estratégias inovadoras de comunicação e circulação de saberes que ampliem a visibilidade e o consumo de alimentos agroecológicos regionais e tradicionais, com base nas noções de **patrimônio alimentar** e **Comida de Verdade**, levando este debate para as crianças por meio das escolas.

* Fortalecimento da noção de patrimônio alimentar, utilizando-se, inclusive, de salvaguardas e estratégias já adotadas nacional e internacionalmente, como, por exemplo, iniciativas impulsionadas pelo *Slow Food*, como a *Arca do Gosto* e o projeto *Fortaleza*, que identificam e divulgam produtos quase esquecidos e ameaçados de extinção, mas ainda vivos e com potenciais produtivos e comerciais reais.



- Adequação das normas sanitárias aos saberes e às práticas tradicionais.
- Adoção de estratégias de aproximação ao campo do urbanismo, com o objetivo de articular a agenda das cidades com a da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) através do estabelecimento, nos Planos Diretores Municipais, de diretrizes que garantam a SAN e a criação de zonas prioritárias de produção de alimentos saudáveis.
- Suspensão imediata da Lei da Grilagem, Lei nº 13.465/2017.



DIREITO A TERRA E TERRITÓRIO: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA



No marco dos 30 anos da Constituição Brasileira de 1988, o país vive um cenário de violação do sistema público constitucional de proteção ao bem ambiental de uso comum do povo e, ao mesmo tempo, de violação do princípio da função social da propriedade. Cresce a concentração fundiária, junto com a violência e a desterritorialização, colocando em risco a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos do campo e da floresta e criando barreiras para a promoção da agroecologia.

Os objetivos deste seminário foram: atualizar o debate sobre os vários sentidos e dimensões da luta por terra e território, no contexto de desconstrução da legislação fundiária e ambiental e da crescente expansão do agronegócio, da mineração e de grandes projetos; identificar, nas manifestações dos conflitos e nos cenários de ameaças ao direito a terra e território, iniciativas e caminhos próprios de resistência e alternativas que são construídos pelos povos do campo e da floresta em várias regiões; analisar os impactos dos conflitos fundiários sobre a vida das mulheres e suas formas de resistência; e definir ações para o movimento agroecológico.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

Após breve apresentação e contextualização do tema do seminário, Maria Emília Pacheco, coordenadora e mediadora do debate, destacou que, para defender a agroecologia e até mesmo possibilitar a sua construção, é preciso garantir terra e território àqueles que a praticam cotidianamente, que são as camponesas e os camponeses, as/os indígenas, as/os quilombolas e povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil. Dessa maneira, frisou que tanto a metodologia como a escolha das apresentações para o seminário se relacionaram a esse fator, bem como à conjuntura política atual, na qual a disputa pela terra e o questionamento dos seus diversos usos e formas de ocupação estão no alvo do processo contínuo de retirada e ameaça a direitos garantidos, que vem se consolidando desde 2016.

As 4 experiências escolhidas foram narradas por mulheres, que relacionaram firmemente a defesa dos territórios com as maneiras de cultivar a vida, a terra e as relações de produção e troca de forma agroecológica.

As apresentações foram seguidas de intervenções feitas pelas pessoas presentes no seminário, que chamaram atenção para 3 pontos importantes: a) o atual momento de retrocessos referentes aos avanços conseguidos em termos de direitos à terra e direitos territoriais; b) o fato de que o golpe agudizou, sim, a situação, mas que a conjuntura já apresentava piora desde antes de 2016, especialmente por causa do avanço da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional e devido à forte presença armada nos territórios, reforçando o processo de criminalização das/os defensoras/es da terra; e c) que a superação ou o enfrentamento dessas questões depende da cooperação, da articulação, do trabalho em rede nos territórios e do uso coletivo e popular no campo e na cidade.

EXPERIÊNCIAS

1) PROTOCOLO COMUNITÁRIO MUNDURUKU COMO FORMA DE GARANTIA DO TERRITÓRIO CONTRA O AVANÇO DOS GRANDES PROJETOS



Alessandra Korap Munduruku, liderança do médio Rio Tapajós, explicou o processo de construção do Protocolo Comunitário de consulta como ferramenta de defesa territorial. Construído no ano de 2014, em resposta ao processo de licenciamento do Complexo de Hidrelétricas do Tapajós, o protocolo acabou se transformando em instrumento de luta para demarcação e reconhecimento do território Munduruku como um conjunto de terras coletivas integradas. O protocolo foi central para o surgimento de inúmeras discussões sobre controle de convencionalidade e aplicabilidade da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

2) LUTA PELA POSSE E PELO USO DA TERRA DA COMUNIDADE DE FUNDO DE PASTO AREIA GRANDE, TERRITÓRIO DO SERTÃO DE SÃO FRANCISCO / BAHIA

Estelina Melancia relatou a experiência de surgimento, fortalecimento e luta pela permanência da comunidade de Fundo de Pasto Areia Grande, no município de Casa Nova, território do Sertão do São Francisco, na Bahia. Reflexo de muita luta e de resistência para assegurar a posse e o uso de suas terras tradicionalmente ocupadas, Areia Grande é resultado do processo de deslocamento causado pela construção da barragem de Sobradinho e pela transposição do Rio São Francisco. A comunidade resiste e persiste

com seu modo de vida, a partir do fortalecimento de atividades produtivas comandadas pelas mulheres, com destaque para caprinocultura, apicultura e hortas.

3) RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PASSA SETE AO PROJETO *MINAS-RIO*, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO / MINAS GERAIS

A apresentação foi realizada por uma quilombola que contou com forte cooperação de mulheres jovens do Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM). A Comunidade Quilombola Passa Sete fica no município de Conceição do Mato Dentro, região central de Minas Gerais, na vertente oriental da Serra do Cipó, Cordilheira do Espinhaço. Desde que começou a ser implantado o projeto *Minas-Rio*, da mineradora Anglo American, a comunidade vem sofrendo vários impactos e pressões. Por ser uma mina de exploração de minério de ferro a céu aberto, a barragem de rejeitos fica em rios de uso que passam pela comunidade. A barragem, que teve vazamento em 2018, tem gerado remoção de famílias, assoreamento e poluição de rios e córregos, perda de áreas de cultivos e aumento do índice de violência, sobretudo com a crescente criminalização de mulheres na linha de frente da luta.

4) ASSENTAMENTO CONTESTADO E COOPERATIVA TERRA LIVRE, MUNICÍPIO DA LAPA / PARANÁ

Ana Paula Marigold, jovem liderança do Assentamento Contestado, no município da Lapa, Paraná, apresentou a trajetória do assentamento, que tem 108 famílias em um território de lutas históricas pela libertação dos povos escravizados e contra o latifúndio. Esse foi um dos primeiros territórios com assentamento da reforma agrária, e as/os assentadas/os ocuparam a área de forma agroecológica. O assentamento também conta com forte atuação da Cooperativa Terra Livre, que tem 206 associados, entre pequenos agricultores e quilombolas; e ainda abriga a Escola Latino Americana de Agroecologia, que forma agricultoras/es de todo o país e da região latino-americana.

VOZES DA PLENÁRIA

“Não queremos o empreendimento porque as mulheres, os caciques, os guerreiros e as guerreiras, as parteiras, ninguém foi consultado. É como se eles tivessem invadido. O rio quem comanda somos nós, não são aqueles que vivem a 1.000 quilômetros. Às vezes, passamos dias sem ter peixe para pescar porque acabaram com nossa cachoeira e tiraram nossas urnas. Como vamos atrás de caça? Como vamos atravessar o rio? Como vamos atravessar uma estrada, uma ferrovia, que cada vez mais vem destruir o território? O Protocolo é isso; é consultar os povos.

Liderança indígena do médio Rio Tapajós

“Não tem mais água, a cultura de roça está acabando; verdura não tem por causa da água e por causa do pó de minério, que também não deixa plantar. Antes, tinha meeiro para contratar nosso trabalho. Agora, ou trabalha para a Anglo ou não tem para quem trabalhar.

Quilombola de Conceição de Mato Dentro (MG)

“Querendo ou não, a grande mídia fala mal dos assentados, índios e quilombolas, e isso afasta a juventude da mobilização. Para quem tem uma história de luta, dói muito ver a falta de proximidade com a identidade camponesa. É triste ver que a juventude de hoje vai perdendo o interesse em viver no e do campo. É uma pena que a juventude não consiga ver isso hoje. Então, considero que uma parte importante da luta para permanecer na terra seja mobilizar a juventude.

Ana Paula Marigold, do Assentamento Contestado, Lapa (PR)

> *“Por que nós, que produzimos vida, é que temos que proteger as nossas áreas da entrada do veneno? Por que é nossa responsabilidade? Por que não temos um certificado de área livre de veneno? Até quando os que produzem vida serão os bandidos da história? Pergunto isso porque não tem restrição alguma para as práticas que danificam. Então, por que não pressionamos para ter reconhecimento de nossas práticas, como de saúde e de qualidade, para que deixemos de ser criminalizados? Devemos levar esses pensamentos sobre o que estamos aqui vendo para nossas bases para pensar sobre isso e deixar aqui a proposta. O ENA não acaba aqui no dia de domingo. O ENA vai pra casa. Os debates vão para casa.*
>
> César, agricultor do Assentamento Contestado, Lapa (PR)

> *“Unir-se em rede é muito importante, mas é preciso também que o campo e a cidade se unam. É preciso que as pessoas tenham a compreensão de onde que os alimentos vêm. Isso é um desafio. Mesmo que nos unamos com todos os trabalhadores, não vai mudar se não tiver o apoio do povo da cidade. Por isso, o ENA aqui em Belo Horizonte é importante. Ou nós nos juntamos ou o capitalismo destrói todos nós. O capital está destruindo os povos. Ou se organiza ou todos perecerão. Ou a agroecologia aparece como luta contra-hegemônica, contra o capital, ou pereceremos. O tema da terra e território é fundante. É princípio. A partir disso, é preciso organizar uma unidade de todos os povos.*
>
> Paulo Rocha, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) (AP)

ELEMENTOS DO DEBATE

LUTAR, RESISTIR E OCUPAR – EXISTINDO E COEXISTINDO PARA TERRITORIALIZAR E MULTIPLICAR A AGROECOLOGIA

Lutar, resistir e ocupar para garantir a soberania popular e manter os territórios e a terra dos povos e comunidades tradicionais e das/os agricultoras/es familiares são verbos que permearam as falas e as experiências relatadas sobre a defesa dos lugares de vida, de produção e de existência coletiva e resistente frente aos retrocessos no campo dos direitos a terra e território no Brasil. Relembrando a Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), terra e território e sua defesa, enquanto direito de existir,

apareceram como indispensáveis na luta pela agroecologia enquanto projeto de vida e projeto político. A Carta Política do III ENA pode ser consultada aqui:

https://agroecologia.org.br/2014/07/18/carta-politica-iii-ena

Os retrocessos em políticas públicas e em direitos territoriais conquistados são, dessa forma, uma ameaça aos projetos de vida e resistência e à agroecologia enquanto forma de organização social e política. Nesse sentido, o apoio às demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas, à visibilização dos territórios pesqueiros, às Unidades de Conservação de uso direto e sustentável, bem como aos assentamentos da reforma agrária e assentamentos extrativistas, faz-se necessário tanto para reconhecer essas categorias políticas e territoriais como para garantir aspectos essenciais à transição agroecológica. Assim, a existência desses territórios leva, também, ao reconhecimento de que os sujeitos políticos que por eles lutaram – e lutam – são estratégicos e fundamentais para a defesa da própria agroecologia como modo de vida.

A ideia expressa por Belveque, do Movimento dos Sem Terra de São Paulo, de que "os povos e os territórios de uso coletivo estão no limite da expansão do capital e que, portanto, deveriam estar no centro da defesa da agroecologia", foi sustentada em muitas intervenções como algo que deve ser abraçado e defendido por pessoas do campo e da cidade. Tal defesa seria, em última instância, uma defesa dos bens comuns, dos direitos coletivos e difusos e da democracia como um todo. Assim, os participantes do IV ENA foram chamados a fazer esta defesa pelas 4 experiências apresentadas por mulheres comunitárias e, também, pelos mais de 50 representantes de povos e comunidades tradicionais presentes no seminário.

Deve-se ainda atentar para a constante criminalização pela qual vêm passando povos e comunidades, devido à forma como vivem em seus territórios e às lutas que desenvolvem para mantê-los, ou seja, pelo seu jeito de existir e estar na terra e com a terra.

FORMAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS E RACISMO INSTITUCIONAL

As ameaças aos territórios cresceram particularmente após a crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos, quando aumentou a especulação, sobretudo, em torno da terra e da água. Esse momento, que deu margem para o *boom* das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional, permitiu a expansão do agronegócio no campo brasileiro, afetando a vida de povos e comunidades tradicionais e de populações rurais, à medida que também aumentou o investimento (direto e indireto) estrangeiro em terras.

Nessa época, aceleraram-se pressões no Congresso Nacional brasileiro, na forma de um conjunto de projetos de lei, projetos de emenda constitucional, medidas provisórias e decretos que vêm tentando, desde então, questionar os conceitos de território e o corpo de direitos que o protegem, mobilizados desde a Constituinte pelos povos e comunidades tradicionais, buscando desconstruir, assim, o direito à terra conquistado por esses segmentos.

No esteio das denúncias iniciais, trazendo a conexão com as áreas urbanas e periurbanas, também foi ressaltado o problema que os Planos Diretores dos municípios muitas vezes representam para povos e comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares. Com processos pouco democráticos e encerrados em zoneamentos favoráveis à construção de áreas específicas para a industrialização e a expansão imobiliária, os Planos Diretores acabam legitimando sobreposições e a invisibilidade desses povos.

Contra as ações de evidente racismo e desmantelamento dos territórios, algumas experiências positivas na luta apareceram no seminário. Os protocolos comunitários, que garantem a integridade territorial e a consulta livre, prévia e informada – tal qual prevista pela Convenção nº 169 da OIT em situações em que a terra e o território estejam ameaçados –, foram objeto de destaque como instrumentos de garantia da autonomia e do autogoverno dos povos e comunidades tradicionais para gerirem seus territórios. Da mesma forma, as autodemarcações, como resposta aos retrocessos nos processos de demarcação e nas políticas públicas ligadas às especificidades territoriais e identitárias coletivas, foram levantadas como instrumento estratégico na "guerra de defesa" dos lugares e de suas gentes. Igualmente, foram colocadas as diversas articulações entre povos e comunidades tradicionais, e destes com agricultores, demonstrando a capacidade criativa das redes para a resistência, e a importância de que continuem se movimentando a despeito das ameaças. Esses processos foram colocados como importantes, pois territórios e terras já reconhecidos estão sob constante ameaça de alteração, comprometendo direitos já resguardados.

EM FRENTE, CONTRA A MARCHA A RÉ DOS RETROCESSOS, NO CAMPO E NA CIDADE, E CONTRA O CAPITAL TRANSNACIONAL

As intervenções no seminário foram um misto de anúncios e denúncias, refletindo e explicando as estratégias de avanço sobre os territórios e, consequentemente, de regime de apropriação de terras. Mas, ao mesmo tempo, sob as mesmas reflexões, foram apontados aqueles que deveriam ser os pontos principais – e possíveis – de ação para lidar

com o cenário de retrocesso de direitos e de criminalização de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultoras e agricultores.

Nesse sentido, um integrante do Amapá, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), apontou que há uma grande ameaça em todas as Unidades de Conservação de uso sustentável, que foram conquistas do povo trabalhador e dos extrativistas. Na esteira da denúncia, um jovem da Paraíba e da Caravana do Semiárido colocou que, assim como é importante reconhecer terra e território no debate, é relevante destacar o quanto se avançou na luta e no fortalecimento da agroecologia. Ao mesmo tempo, perceber o quanto aumentou o processo de violência do Estado contra as comunidades camponesas e indígenas, por meio de projetos que incentivam o avanço do agro e do hidronegócio.

Com relação ao Rio São Francisco e ao processo de transposição, houve relatos de vazanteiros que fazem parte da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais de que nunca foram a favor do projeto da transposição. Ressaltaram que as áreas de vazante, bem como as áreas de maré, são áreas da União, portanto são do povo. Para o projeto, especificamente, destacaram que toda a vegetação de vazante foi destruída para que fossem construídas moradias para a compensação à transposição. Sublinharam que não houve audiência pública sobre o projeto, que não houve consulta, e que, por isso, não permitirão que avancem mais os deslocamentos e os processos de compensação se antes o território dos vazanteiros não for reconhecido e protegido enquanto área que precisa de proteção especial. Finalizaram a intervenção marcando: *"Se nós não acabarmos com o agronegócio, o agronegócio vai acabar com a gente".*

Na linha das estratégias de luta, Pedro, indígena do povo Guarani, do Chaco boliviano (porção oriental do país, próximo a Santa Cruz de la Sierra), do município Charagua, chamou atenção para as estratégias de autogoverno e de democracia praticada e batalhada pelos povos indígenas na Bolívia. Por ser um Estado Plurinacional, a Bolívia permitiu, pelo Decreto nº 231/2009, a regulamentação de uma lei que criou as Autonomias Indígenas Originárias Campesinas (Aioc). O município de Charagua começou a se mobilizar para ter seu autogoverno e suas estruturas de gestão reconhecidas desde então em todo o território do município. Finalmente, em fevereiro de 2017, Charagua foi reconhecida como a primeira Aioc na Bolívia, processo que legitimou a eleição das autoridades originárias em janeiro do mesmo ano. Este reconhecimento possibilitou que pudessem exigir maior controle sobre investimentos chineses que estão chegando à região, especialmente para projetos de grandes hidrelétricas, que tinham como plano o remanejamento de povos e comunidades tradicionais para sua construção.

CAPITALISMO DE FRONTEIRA DEMANDA ARTICULAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Como relato também de expansão do capital sobre terras e territórios dos povos e comunidades tradicionais na América do Sul, Maria Laura Fernandez, da Argentina, compartilhou a experiência do país, em que o modelo extrativo e o negócio imobiliário estão aliados para destruir e saquear os bens comuns. Ela disse que a situação na Argentina é também muito séria e que a organização da resistência é o que mantém todos vivos nos territórios.

Uma moradora do norte de Minas Gerais chamou atenção para o fato de que o capital transnacional, junto com os governos, sabe que o meio ambiente é importante para os povos do campo. Não é à toa que muitos governos locais estão embarcando com gente do agronegócio em projetos baseados na ideia de promover o Valor Econômico dos Recursos Ambientais (Vera). Colocando preço nos bens ambientais que, na verdade, estão no território, eles teoricamente valorizam o que tem no território – e ainda ganham com isso – dizendo que estão preservando, quando na verdade continuam a fazer o que sempre fizeram. O Vera é apenas uma forma de promover mecanismos para compensar o que degradam.

Acompanhando o público na denúncia sobre o capital transnacional, uma liderança indígena disse que há uma relação entre o que ocorre no Brasil e o que ocorre em países como o Peru. Para ela, que visitou algumas comunidades indígenas afetadas pela mineração e pelas hidrelétricas nesse último país, a entrada de muitos pesquisadores e a existência de projetos de governo nas áreas indígenas têm relação com a quantidade de capital chinês chegando à região. *"Os chineses estão entrando muito na Amazônia"*, disse ela se referindo não só às hidrelétricas, mas a projetos de infraestrutura como o da Ferrovia Ferrogrão, ligando o estado do Mato Grosso ao do Pará, até os portos de Itaituba e Miritituba, que impactarão o território Munduruku. *"Contra esses projetos de morte, construímos, além de nosso protocolo, o mapa da vida Munduruku. O mapa da vida é o nosso mapa, é a nossa casa. O governo aceita demarcar nosso território, mas quer 7% para as áreas de concessão florestal para os grandes projetos do capital internacional"*, disse, em relação à resposta do Executivo sobre a demarcação da TI Sawré Muybu. Por isso, disse que elaboram seu mapa da vida, que é o resultado da autodemarcação do território.

No sentido da articulação contra o capital transnacional, representantes das comunidades quilombolas da Paraíba, organizadas/os na Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (Cecneq), relataram que estão em um campo de batalha com as construtoras, também envolvidas com capital internacional.

Segundo elas/es, há grande pressão pela especulação imobiliária de áreas urbanas no litoral, onde há muitas comunidades. Com esse processo, encontram mais dificuldades para o reconhecimento de seus territórios.

Sendo assim, percebeu-se a importância de manter as redes em movimento, seja para trocar informações, seja para planejar ações em conjunto neste momento de tantas ameaças. Nas atividades de troca, é preciso pensar também como conectar as lutas, reforçando-as. Uma sugestão é que os povos de terreiro do campo poderiam trabalhar junto com os povos de terreiro da cidade, a fim de fornecer os alimentos para os rituais, conectando, assim, as duas territorialidades, que são do mesmo tipo, além do fato de salientar que o alimento é sagrado para esses rituais e, ainda mais, quando vier de territórios de luta, pela própria identidade. As políticas públicas poderiam, então, ser pensadas e exigidas de maneira a provocar estas conexões: o fornecimento do alimento, a preservação da cultura e da religiosidade, a própria cultura alimentar e a defesa dos territórios. No caso dos povos de terreiro, no entanto, há muito a caminhar, especialmente na superação do racismo institucional na formulação das políticas públicas. Nesse sentido, chamou-se a atenção para a necessidade de se estabelecer maior diálogo com a luta dos territórios pesqueiros, que estão muito ameaçados, seja pela pesca predatória, que influi diretamente na soberania alimentar dos povos nesses territórios e em seus mecanismos autônomos de geração de renda, seja pela própria expropriação de suas terras na faixa litorânea para a implantação de empreendimentos imobiliários.

A solidariedade entre os povos apareceu, desse modo, como uma das principais formas de luta, que deve ser fortalecida nos momentos de denúncia, mas, também, nas práticas que podem alimentar os anúncios. Seguindo por esse caminho, um integrante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, oeste do Pará, disse que as/os agricultoras/es, extrativistas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas/os estão se unindo em uma campanha para fazer frente aos efeitos da aprovação da Lei da Grilagem (Lei da Regularização Fundiária , de nº 13.465/2017). A campanha *Não abra mão de sua Terra*, com o lema *Terra, nossa Mãe, nossa vida e nossa riqueza*, tem o objetivo de contrapor a fragmentação que está ocorrendo dentro das comunidades, devido ao estímulo para conseguirem o título de propriedade por mecanismos individuais. Após a consecução do título, a tendência é que haja pressão para a venda das mesmas terras, particularmente por meio dos grileiros locais. Ele afirma que a lei tem estimulado mais ainda a entrada de agentes de mineradoras em comunidades extrativistas na Amazônia. Interessadas em que os comunitários saiam das terras para facilitar a autorização de exploração, as mineradoras, como é o caso da Alcoa, Mineração Rio

do Norte e Rio Tinto, todas transnacionais que atuam em conjunto com o agronegócio, têm se valido do desmantelamento do Incra e de sua superintendência local no oeste do Pará para avançar na emissão dos Certificados de Concessão de Uso (CCU), mecanismos individuais de reconhecimento da posse da terra, estimulando, assim, a venda da terra e o descrédito das associações comunitárias. Sendo assim, esses atores foram novamente denunciados como um dos principais vetores de degradação terri-



torial e de fragmentação das comunidades, especialmente após a aprovação da Lei nº 13.465/2017, facilitando processos de espoliação dos povos e posterior especulação fundiária e imobiliária, bem como o avanço de grandes projetos de infraestrutura e mineração. Por isso mesmo, a conclusão de que a solidariedade deve prevalecer e a luta deve ser integrada para preservar a democracia enquanto se defendem os territórios coletivos ficou ainda mais evidente.



ÁGUA E AGROECOLOGIA: EM DEFESA DAS ÁGUAS COMO BEM COMUM



O cenário de expropriação, privatização, contaminação e até mesmo de total destruição das águas se mostra avassalador. A concentração das águas, em especial nas mãos das grandes corporações, amplia a crise hídrica que impacta diretamente toda a população e, de forma mais intensa, os grupos étnicos e sociais mais despossuídos e menos representados nas esferas do poder.

Para anunciar outros modos de saber, fazer e sentir na relação com as águas e para defendê-las como um bem comum das atuais e futuras gerações, compete enunciar para a sociedade que a agroecologia é uma alternativa poderosa, pois não diz respeito apenas à produção de alimentos saudáveis e à promoção da justiça socioambiental e da saúde, mas também à proteção das águas.

É nesse contexto que diversas populações que vivem no campo, no Semiárido, no Cerrado, na floresta, nas margens de rios, nos manguezais, nas regiões litorâneas e nas periferias das grandes cidades estão protagonizando disputas profundas para garantir o acesso à água como direito e reprodução da vida.

Assim, percebe-se que o movimento agroecológico tem pistas valiosas a oferecer para todas/os aquelas/es que se encontram engajados na defesa das águas como bem comum, entre elas: várias iniciativas agroecológicas de uso e reúso das águas; técnicas e acordos coletivos e comunitários de gestão e manejo; e valores e princípios contra-hegemônicos nas formas de pensar e se relacionar com as águas.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

O seminário foi coordenado por Rejane Cleide de Medeiros, do Centro Feminista 8 de Março e da Marcha Mundial das Mulheres. Após a apresentação das/os participantes, Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará, e Rubens Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fizeram uma contextualização da situação da água no Brasil. Em seguida, houve as apresentações de três experiências.

EXPERIÊNCIAS

1) CASO DA RESISTÊNCIA POPULAR EM CORRENTINA (BA) PELO DIREITO À ÁGUA

Essa experiência localiza-se na cidade de Correntina (BA), no extremo oeste baiano, divisa com o estado de Tocantins. Em 1970, o agronegócio começou a se instalar no município, causando vários conflitos de terra. A partir dos anos 2000, esses conflitos aumentaram devido à chegada das multinacionais, à grilagem de terra e à tentativa de desvio do Rio Arrojado. Mas, no dia 2 de novembro de 2017, mil pessoas, motivadas por rebeldia, coragem e medo de perder seus "modos de vida", ocuparam a empresa do agronegócio Fazenda Igarashi, que utiliza, em apenas um dia, o mesmo volume de água que os 31.000 habitantes do município consomem em um mês. Por causa desse fato, a mídia e o Estado iniciaram um processo de criminalização da comunidade, no qual os trabalhadores eram taxados como terroristas. Posteriormente, em reação a essa imagem de criminalização, mais de 12 mil pessoas foram às ruas para dizer que os envolvidos no ato não eram terroristas, uma vez que a luta era a favor de todas as pessoas de Correntina, pois denunciava o monopólio da água pelo agronegócio.



"DEFENDENDO NOSSOS RIOS, ESTAMOS DEFENDENDO A VIDA DO NOSSO POVO."

2) MOVIMENTO PELAS SERRAS E ÁGUAS DE MINAS GERAIS – MINERAR OU PROTEGER O QUADRILÁTERO FERRÍFERO? EXPERIÊNCIA DA RESISTÊNCIA DA SERRA DO GANDARELA

A Serra do Gandarela é a última Serra do Quadrilátero Ferrífero localizada em Minas Gerais, a 50 minutos de Belo Horizonte (MG), com muitas lagoas, cachoeiras e reservas preservadas. As águas que descem da Serra chegam ao Rio das Velhas, que é responsável por 70% do abastecimento da população de Belo Horizonte e que serve de recarga para o Rio São Francisco. A empresa de mineração Vale considera esta Serra como a nova Carajás, desejando implantar um megaempreendimento chamado *Mina Apolo*. A resistência à implantação desse empreendimento começou em 2007, e, em 2009, iniciou-se o movimento pela preservação da Serra do Gandarela. O fruto desse movimento é o impedimento da liberação da licença da Vale para explorar essa região. Essa luta é para que seja criado, no local, o Parque do Gandarela. O Governo Federal, por meio do Mi-



nistério do Meio Ambiente (MMA), criou um parque, mas deixou de fora a Serra, por pressão da Vale. Na concepção do movimento, a definição é: mineração zero na Serra do Gandarela.

"A MINERAÇÃO AMPUTA TERRITÓRIOS."

3) AS POLÍTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES, DAS COMUNIDADES RURAIS E DO NORDESTE – O CASO DA CHAPADA DO APODI / RIO GRANDE DO NORTE



EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DA CHAPADA DO APODI

Itaciria, agricultora residente no Assentamento Ipanema, na Chapada do Apodi (RN), relatou que, no início do assentamento, não havia água de qualidade, sendo necessário pegar água em locais distantes ou em cacimba. Em 2006, o assentamento foi contemplado com a chegada da cisterna de "primeira água" (para consumo humano), o que causou um impacto imediato na qualidade de vida das mulheres e das famílias. Posteriormente, seis famílias foram contempladas com a cisterna para água de produção (cisterna calçadão). A partir do grupo de mulheres Lutando para Vencer, perceberam que poderiam ter mais água nas propriedades, surgindo a ideia da construção de sistemas de reúso das águas que vinham do banheiro, da pia e da lavagem das roupas. Dessa forma, fizeram, com a ajuda dos homens, três tanques para reúso das águas. Em 2015, as mulheres receberam o *Prêmio de Inovação de Tecnologia Social*, da Fundação Banco do Brasil (FBB), por causa dessa iniciativa do sistema de reúso. Com o valor do prêmio, foram capacitadas sete mulheres que, em regime de mutirão, construíram outros tanques usando a tecnologia de placa de cimento.

EXPERIÊNCIA DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

O Semiárido brasileiro possui 26 milhões de habitantes, uma precipitação hídrica de 200 a 800 mm por ano, déficit hídrico de 3.000 mm de água por ano e secas periódicas, sendo considerado por muitos brasileiros como uma região inviável economicamente. No entendimento do Estado brasileiro, essa região deve ter a seca combatida a partir de



grandes obras hídricas, o que não resolve o problema da seca e concentra a água armazenada na mão de poucos. No entendimento da ASA, a saída é a convivência com essa realidade, trazendo estratégias que permitam a permanência das/os agricultoras/es em suas propriedades, a partir da cultura do estoque da água, das sementes, dos alimentos, etc. Entendendo que as/os agricultoras/es são detentoras/es do conhecimento, a ASA fomenta a troca de experiências em intercâmbios e capacitações e apoia a construção de tecnologias sociais para armazenamento de água, como a cisterna calçadão, a cisterna enxurrada, a barragem subterrânea e o barreiro trincheira.

"DEFENDEMOS OUTRO TIPO DE GESTÃO DAS ÁGUAS COMO BEM COMUM A SERVIÇO DOS POVOS!"

ELEMENTOS DO DEBATE

Crise hídrica sem precedente no Brasil: a água está desaparecendo em todas as regiões, e isso, em grande parte, é resultado da ação criminosa de desmatamento da Floresta Amazônica, da destruição do Cerrado, do uso indiscriminado das águas dos aquíferos e dos impactos diretos da ação de retirada e contaminação das águas por mineradoras e pelo agro e hidronegócio. Estima-se que até 2050 toda a água do planeta esteja contaminada.

Privatização e mercantilização das águas: a solução que governos e grandes empresas apresentam é a privatização das águas. Como primeiro passo nesse caminho, em março de 2018 o Brasil sediou o Fórum Mundial das Águas, fomentado pelas grandes empresas transnacionais com o intuito de tornar as águas doces "águas compartilhadas". Esse compartilhamento é de interesse do capital, que utiliza essa estratégia para monopolizar a água do mundo. O Brasil, por sua posição estratégica em relação às águas, foi escolhido para sediar esse fórum. Neste momento, o governo Temer já negociava a privatização do Aquífero Guarani para grandes empresas e pressionava os governos estaduais a privatizarem seus sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

Experiências de resistência: a disputa pela água é a disputa pelo território com impactos diretos na vida dos povos e da natureza. Nesse contexto, são também muitos os casos de resistência em defesa das águas e dos territórios, conforme apresentado neste seminário.

Outro tipo de gestão pelo bem comum: as muitas experiências de resistência, as denúncias e os anúncios, espalhados por todo o território brasileiro, são expressões do campo agroecológico de defesa, preservação, gestão e uso comunitário das águas. No entanto, apesar de algumas experiências serem de acesso ao Estado e intercessão com outras políticas públicas, estas ações vêm sofrendo com os cortes de recursos impostos pelo Governo Federal, o que exige resistência e denúncias.

PROPOSTAS

- Criar áreas livres de mineração e agronegócio para a garantia da vida, da preservação do meio ambiente e de comunidades tradicionais, repudiando, em função dos impactos que ela causa, a lei que diz que a mineração é um serviço de utilidade pública.
- Criar organicidade para um conjunto de ações em defesa das águas e da preservação dos aquíferos, potencializando e unificando as campanhas já existentes, a exemplo da Campanha pela Preservação do Cerrado.
- Exigir dos órgãos competentes a criação de uma plataforma de transparência, permitindo que toda a sociedade possa acompanhar, em tempo real, os processos de outorga de água, assim como o consumo de água gasta pelas grandes empresas.
- Ampliar o diálogo com a sociedade a partir de campanhas sobre o importante papel que a agroecologia cumpre na defesa das águas como bem comum a serviço dos povos.

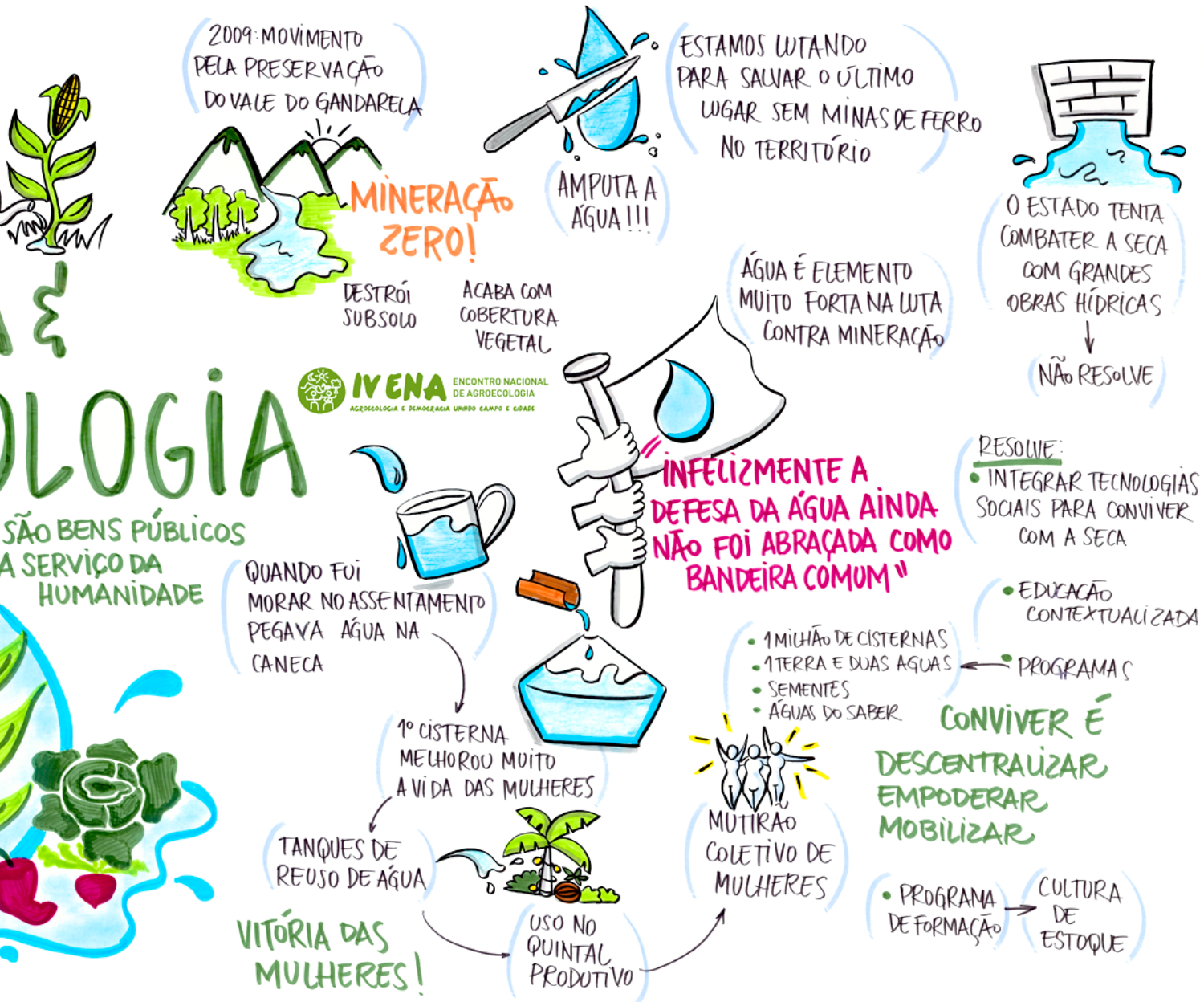


ENCAMINHAMENTOS

- Exigir que o BNDES pare de financiar empreendimentos do hidronegócio e da mineração que impactem a vida das comunidades.
- Denunciar os cortes de recursos para o *Programa Cisternas*, apontando o descaso do Governo Federal com o Semiárido brasileiro e o retorno do Brasil ao mapa da fome.
- Impedir a aprovação da lei de financeirização e estrangeirização da água que está tramitando no Congresso Nacional e denunciar os grandes projetos do agronegócio como usurpadores das águas.




ÁGUA
AGROECO
CONFLITOS POR ÁGUA
FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA: NEGOCIAÇÃO DO AQUÍFERO GUARANI
LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO, HIDRELÉTRICAS & ESCASSEZ DE ÁGUA PARA POVOS E COMUNIDADES
"DEFENDER A ÁGUA É DEFENDER O MODO DE VIDA DO NOSSO POVO"
FOI NO BRASIL POR ACASO? NÃO!
FMA
POLÍTICA NACIONAL DE ÁGUAS TRATA O ASSUNTO COMO NEGÓCIO
ONDE TEM MINÉRIO TEM ÁGUA E TEMOS, COMO HUMANIDADE, QUE ESCOLHER
"NÃO SOMOS TERRORISTAS!"
O MELHOR NEGÓCIO DO MUNDO SERÁ VENDER ÁGUA DESPOLUÍDA
LUTA DESDE 1970: ÁGUA & TERRITÓRIO
HOUVE A CRIMINALIZAÇÃO DE TRABALHADORES E RIBEIRINHOS
CORRENTINA
Pelo Oeste da BA PASSAM 40% DAS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO
MENINA DOS OLHOS DO AGRONEGÓCIO
FAZENDA
ATO DE 2 de NOVEMBRO DE 2017 FOI DE CORAGEM E MEDO
VAMOS PERDER NOSSA ÁGUA?


2009: MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO DO VALE DO GANDARELA
MINERAÇÃO ZERO!
DESTRÓI SUBSOLO
ACABA COM COBERTURA VEGETAL
AMPUTA A ÁGUA!!!
ESTAMOS LUTANDO PARA SALVAR O ÚLTIMO LUGAR SEM MINAS DE FERRO NO TERRITÓRIO
ÁGUA É ELEMENTO MUITO FORTA NA LUTA CONTRA MINERAÇÃO
O ESTADO TENTA COMBATER A SECA COM GRANDES OBRAS HÍDRICAS
NÃO RESOLVE
IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE
OLOGIA
SÃO BENS PÚBLICOS
A SERVIÇO DA HUMANIDADE
INFELIZMENTE A DEFESA DA ÁGUA AINDA NÃO FOI ABRAÇADA COMO BANDEIRA COMUM"
RESOLVE:
• INTEGRAR TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA CONVIVER COM A SECA
QUANDO FUI MORAR NO ASSENTAMENTO PEGAVA ÁGUA NA CANECA
1ª CISTERNA MELHOROU MUITO A VIDA DAS MULHERES
• EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA
• 1 MILHÃO DE CISTERNAS
• 1 TERRA E DUAS ÁGUAS
• SEMENTES
• ÁGUAS DO SABER
PROGRAMAS
CONVIVER É DESCENTRALIZAR EMPODERAR MOBILIZAR
TANQUES DE REUSO DE ÁGUA
MUTIRÃO COLETIVO DE MULHERES
VITÓRIA DAS MULHERES!
USO NO QUINTAL PRODUTIVO
• PROGRAMA DE FORMAÇÃO
CULTURA DE ESTOQUE

AGRICULTURAS URBANAS, AGROECOLOGIA E DIREITO À CIDADE



Nas grandes, médias e pequenas cidades e nas regiões metropolitanas do Brasil, a diversidade de experiências em agricultura urbana (AU) se expressa em diferentes escalas e formas de produção em hortas escolares, hortas comunitárias, quintais produtivos, iniciativas de educação ambiental, ocupações urbanas, acampamentos e assentamentos urbanos, favelas, ocupações de terrenos baldios, iniciativas de guerrilha verde e em sítios com características de produção rural familiar. Essas diversas experiências de agricultura urbana presentes nos territórios permitem reconhecer que a cidade não é apenas um lugar de consumo de alimentos, mas também de espaços produtivos populares e orientados por princípios agroecológicos, que produzem outras cidades em contraponto ao paradigma da cidade capitalista.

Entretanto, nem toda agricultura urbana é agroecológica! O avanço nas discussões faz com que novos atores sociais envolvidos com a temática da agricultura urbana coloquem o conceito em disputa. O conceito de *agricultura urbana* abrange uma diversidade enorme de experiências de cultivo alimentar urbano, o que nos leva à proposição de uma agroecologia urbana que traga em seu bojo conceitual a necessidade de promoção de técnicas sustentáveis e tradicionais de produção de alimentos, do avanço científico baseado nos saberes populares e do projeto político que permita a superação das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e responsável.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

- Apresentação geral e da metodologia do seminário.
- Construção coletiva do *Rio da Vida da Agricultura Urbana*: cada participante utilizou tarjetas para compartilhar experiências e/ou marcos relacionados à agricultura urbana.
- Apresentação dos participantes: quem sou, de onde venho e qual experiência vou registrar no *Rio da Vida*.
- Relatos de experiências de agricultura urbana.

- Fechamento com roda de conversa a partir de perguntas orientadoras (“cochichos” em pequenos grupos):
  - Quais são os desafios para conectar as experiências locais às articulações e aos movimentos de outras escalas: regionais, estaduais e nacionais?
  - Como direcionar as ações para o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (Cnau)?

EXPERIÊNCIAS

1) SERTÃO AGROECOLÓGICO NO TERRITÓRIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, PETROLINA E JUAZEIRO / PERNAMBUCO E BAHIA

Helder Ribeiro Freitas é professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina (PE), e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico. Chegou em Petrolina em 2011 com outros professores em busca de contato com a comunidade e com outras organizações que desenvolvessem práticas de agricultura nos espaços públicos. A realização de um projeto de educação ambiental nas escolas os aproximou de trabalhos diversos, como as hortas escolares. A partir dessas trocas, o grupo passou a desenvolver trabalhos na perspectiva da educação ambiental, da intervenção em hortas, da sistematização das experiências, além de seguir em busca de outras iniciativas nas cidades.

Juazeiro tem uma trajetória relevante em agricultura urbana: em um terreno da igreja, há uma horta em funcionamento há mais de 30 anos. O espaço, com mais de 5 ha, conta com o trabalho de mais de 120 famílias, que atuam na produção orgânica certificada por auditoria desde a década de 1980. Em Petrolina, foram identificadas mais de 20 hortas comunitárias, envolvendo 140 famílias e outros participantes. A soma das áreas produtivas urbanas ultrapassa 5 ha, sendo a produção em sua maioria orgânica, com algumas unidades certificadas.

Atualmente, o Sertão Agroecológico trabalha com intercâmbios e trocas de experiências na cidade e no campo em busca de fortalecimento dos atores locais, principalmente com relação a alternativas de comercialização. O grupo mantém uma horta dentro da universidade, que conta com a dedicação de cerca de 10 famílias. O espaço é um importante meio para a formação das/os agricultoras/es e também de alunas/os e outras/os membras/os da instituição. A partir do envolvimento com os grupos locais, o grupo percebeu demandas e conflitos, entre eles: a necessidade de trabalhar a transição das formas de agricultura na cidade, o acesso à terra e o preço e o fornecimento da água. Além disso, existe a

necessidade de sistematização das experiências, a fim de visibilizar a AU nos territórios e também para contribuir com o debate e a solução dos conflitos.

Ozaneide Gomes é agricultora do Assentamento de Reforma Agrária Mandacaru e participa da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores do Estado de Pernambuco (Fetape), no município de Petrolina, desde 2010. Trabalhava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e recebia diversas demandas para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para agricultoras/es urbanas/os que não conseguiam ter acesso às políticas públicas. Começou a se envolver com o Sertão Agroecológico a partir de uma troca de experiência realizada entre as/os agricultoras/es do campo e da cidade. Seu envolvimento com o grupo, somado à participação num trabalho com agroecologia no assentamento em que vive, possibilitou a criação de hortas na comunidade.

Ela conta que sua cidade é exportadora de manga e de uva (com veneno), motivo de conflitos entre a agricultura convencional e a agroecológica no município. Atualmente, luta pelo reconhecimento da qualidade dos produtos agroecológicos produzidos na região e diz que os consumidores são bons aliados: como grande parte acredita que os produtos são livres dos insumos químicos, a certificação não se torna algo tão necessário. Dos trabalhos realizados, ela destacou a promoção de caravanas que levam consumidores para visitar as propriedades e a produção. Apontou alguns desafios e denúncias, entre eles: a garantia de direitos previdenciários por parte das/os agricultoras/es urbanas/os; a dificuldade de acesso a políticas públicas; e, de forma geral, a falta de políticas agrárias.

2) AGROECOLOGIA NA PERIFERIA, BELO HORIZONTE / MINAS GERAIS

Vivian Tofanelli, do Movimento Brigadas Populares e do Projeto Agroecologia na Periferia, contou que seu envolvimento com a agroecologia começou a partir da luta pelas ocupações urbanas de Belo Horizonte, que nasceram a partir da contraposição de duas lógicas hegemônicas: a especulação imobiliária e o êxodo rural. Ou seja, inclui uma população que foi expulsa do campo para as cidades e que, nestas, não conseguiram acesso à moradia graças à forte atuação do mercado imobiliário.

A partir do envolvimento com atores sociais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), como a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau), a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas e o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ/UFMG), o Agroecologia na Periferia começou diversas experimentações em torno da agroecologia nas ocupações urbanas. Atualmente, o projeto desenvolve trabalhos em duas ocupações: na Izidora, em BH, e na Tomás Balduíno, em Ribeirão



das Neves/RMBH. Um dos eixos do projeto é a promoção de tecnologias alternativas voltadas para o tratamento das águas e para a coleta de lixo. Vivian acredita que as experiências nas ocupações ainda são tímidas, mas contribuem para os processos de aprendizado e envolvimento da comunidade.

O trabalho de desenvolvimento da agricultura urbana nas ocupações contou com a construção de uma horta comunitária na Izidora, proposta que trouxe algumas questões, como o envolvimento comunitário e a necessidade de sensibilização. Como nem todos os moradores conseguem se envolver todos os dias, a consolidação da horta comunitária passa por desafios para se manter. Para mostrar a necessidade do trabalho desenvolvido coletivamente, o grupo apostou nos quintais produtivos. A ideia foi fortalecer os plantios individuais por meio de oficinas, encontros e outras atividades, para que os moradores entendam a necessidade de ampliar o cuidado para o plantio e o cuidado coletivo. Dos desafios, ela acredita que o maior seja a divisão do trabalho coletivo. Questões como as da aquisição de insumos, falta de recursos para investir em equipamentos, comercialização, entre outros, também são fatores limitadores, que poderiam ser mais bem trabalhados se contassem com mais apoio, especialmente das instituições públicas. Vivian acredita que as ocupações sejam espaços potenciais para se pensar outras formas de ocupar e se envolver com os territórios e que a agroecologia tem tido um papel importante. Das denúncias, ela destaca a dificuldade de acesso a terras e a dificuldade com os processos de regularização fundiária; a ausência do Estado; a falta de infraestrutura; entre outras.

3) INARTE URBANA, NATAL / RIO GRANDE DO NORTE

Gabriel Gomes Monte, coordenador do Inarte Urbana, é arquiteto e desenvolve trabalhos com bioconstrução, hortas e permacultura. Ele contou que o Inarte Urbana tinha como objetivo inicial a intervenção artística no bairro Passo da Pátria para fomentar a cidadania em regiões periféricas, estratégia que vai ao encontro do Urbanismo Tático. O bairro está localizado em uma área de mangue, ocupada em sua maioria por moradias populares que, por sua vez, são alvo de especulação imobiliária. Esses processos de especulação geram conflitos diversos, que são potencializados devido às ausências do Estado.

Atualmente, o projeto conta com diversos parceiros, entre eles a ONG Pixo, e realiza reuniões com a população local que se desdobram em experiências de ações coletivas na região, como a criação de um anfiteatro de bambu. Em parceria com o Grupo Viveiro de Mudas, o Inarte produz mudas de hortaliças em uma praça do bairro, além do plantio de árvores nos espaços públicos e a produção de composto orgânico. Também atua na criação de pequenas hortas, na reocupação dos espaços públicos e na produção de plantas ornamentais e alimentícias em praças públicas. Para a realização desses trabalhos, o projeto busca o diálogo com a comunidade na intenção de tornar os processos participativos e integrados. Futuramente, pensam em recuperar as áreas de mangue com sistemas agroflorestais, principalmente com o plantio de banana, açaí e outras espécies da região. Essa projeção deseja incorporar associações e outros parceiros locais.



4) ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO / SÃO PAULO

Teresinha Santos Matos é agricultora da Associação de Agricultores da Zona Leste de São Paulo (AAZL), fundada em 2005 por um grupo pequeno de agricultoras/es. Por meio do plantio e do cultivo de plantas alimentícias e medicinais em terrenos vazios, o grupo contribui para a qualidade ambiental da região, passando a oferecer ocupação e fonte de renda para seus integrantes, que possuem interesses diversos na associação, como a recreação, o acesso à alimentação saudável e/ou geração de renda. Em 2009, eles se inscreveram no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e novas/os agricultoras/es foram incorporadas/os à associação. Teresinha destacou a dificuldade de se cultivar dentro da cidade, principalmente em relação à falta de apoio por parte do poder público e dos moradores da região.

Embora seja filha de agricultores, Teresinha não queria mais trabalhar com agricultura. Mudou-se para São Paulo para tentar outras atividades, mas acabou fazendo um curso de jardinagem, onde conheceu algumas pessoas da associação. Ela conta que sempre plantou em sua casa e que, em 2009, associou-se e passou a plantar em um espaço público na cidade de São Paulo com seu marido e outras/os agricultoras/es. Ela diz que a associação não conta com políticas públicas e julga ser necessário pensar em outras formas de apoio. Atualmente, alguns associados participam de feiras livres, comercializando produtos livres de agrotóxicos e de outros insumos químicos. Após 5 anos de luta, conseguiram a certificação dos produtos a partir de processos comunitários, garantia exigida pelos clientes da feira. Entre os conflitos e desafios, ela aponta o roubo dos produtos e das ferramentas e a dificuldade do diálogo com os moradores da região, mas ressalta que o maior problema está na relação com o poder público. Para o futuro, a associação pretende viabilizar formas de comercializar seus produtos para a merenda escolar.



VOZES DA PLENÁRIA

> *A universidade tem que sair do* campus *e ir para o campo e para as hortas.*
>
> Ozaneide Gomes, Petrolina (PE)

> *Todo dia tem que dizer que no Rio de Janeiro tem agricultura. Pior que ser discriminada é ser invisibilizada.*
>
> Bernadete Montesano, Rede Carioca de AU (RJ)

> *Gostaria de colocar um alicate na margem do Rio da Vida para cortar qualquer cerca que proíba o povo de acessar o rio!*
>
> Cícero, MST (PE)

REFLEXÃO COLETIVA

O debate evidenciou alguns pontos relacionados às agriculturas urbanas, como a diversidade dos espaços, dos sujeitos e das motivações, tais como os novos usos para os espaços públicos, o trabalho individual em quintais *versus* o trabalho coletivo em hortas comunitárias, a produção em terrenos desocupados e nas ocupações urbanas. Falou-se também da importância das redes locais, do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, da agricultura urbana como estratégia de construção de espaços coletivos e de autonomia, além de outras formas de ocupar os territórios.

Além desses, outros pontos que merecem atenção são:

- Necessidade de acesso a políticas públicas e formas de certificação da produção agroecológica em meio urbano.
- Acesso a processos de certificação participativa, como o Sistema Participativo de Garantia (SPG).
- Parcerias entre sociedade civil e poder público em torno da AU.
- Autonomia na geração de renda, alternativas de segurança alimentar e nutricional e abastecimento.
- Diálogo entre universidades, escolas e outras instituições.

- Estratégias de apropriação dos espaços da cidade de forma democrática e popular.
- Aproximação com outras áreas, como o Urbanismo Tático.
- Diálogo com outras lutas urbanas: o acesso à terra em diálogo com movimentos sociais; a questão de resíduos de forma geral em aproximação com os catadores; as permanências do rural na cidade, como, por exemplo, a luta dos carroceiros.
- Experiência da Comuna Urbana do MST.
- Protagonismo das mulheres.
- Oportunidade de aproximação com outros temas, como o bem-estar animal e a saúde humana ambiental.

DENÚNCIAS

- Dificuldade de acesso à água e alto valor do serviço de abastecimento.
- Acesso à terra e vulnerabilidade na permanência das experiências nos espaços produtivos.
- Conflitos em relação à segurança urbana, como depredação e roubo.
- Conflitos a partir da militarização de alguns espaços urbanos.
- Dinâmicas excludentes da cidade, como as de imobiliárias locais, grandes eventos e empreendimentos que resultam em remoções e expulsões da população.
- Ameaças aos povos e comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas.
- Dificuldade no acesso aos espaços de participação social, por falta de mobilidade.
- Dificuldade da apropriação dos espaços da cidade de forma segura pelas mulheres.
- Falta de apoio à AU por parte do poder público e da população local.

- Falta de visibilidade da AU dentro do movimento agroecológico.
- Dificuldades de logística em relação ao transporte da produção.
- Ausência de políticas públicas voltadas para a AU.
- Dificuldade de articulação entre as experiências locais.
- Ausência de infraestrutura: saneamento, abastecimento de água e energia elétrica, principalmente nas periferias, dificultando e/ou impedindo a continuidade das experiências.

PROPOSTAS

- Criar espaços regionais de intercâmbio e construir redes para a comunicação com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).
- Criar e fomentar redes regionais.
- Fomentar a comunicação entre as articulações locais, regionais e nacionais.
- Criar um canal nacional, regional e local, tal como um portal para a comunicação e o diálogo entre as experiências.
- Intensificar o diálogo com a economia popular solidária (EPS) e dinamizar os circuitos curtos de comercialização, incluindo os grupos de compras.
- Viabilizar as experiências locais de abastecimento.
- Mapear as experiências nos estados.
- Realizar encontros municipais e estaduais de AU.
- Promover trocas de experiências entre as/os consumidoras/es que acessam produtos da AU.
- Dar visibilidade e incluir as/os catadoras/es no movimento agroecológico.
- Eleger representantes nos governos locais e nas instâncias de gestão local, como vereadores que pautem a agricultura urbana e a agroecologia em seus mandatos.

* Fortalecer a AU no Nordeste.
* Privilegiar encontros nacionais presenciais.

ENCAMINHAMENTO

* Realização do Segundo Encontro Nacional de Agricultura Urbana (II Enau), com o objetivo de fortalecer as articulações locais e regionais.



CNAU
COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA

ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA 2018

AGRICULTUR
AGROECOLOG

Desafios

AGROECOLOGIA NA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE-MG (8.000 FAMÍLIAS)
- REGULAÇÃO FUNDIÁRIA "EXPULSÕES"
- SEM ACESSO AO SANAMENTO BÁSICO
- TRABALHO COLETIVO
- COMERCIALIZAÇÃO

SERTÃO AGROECOLÓGICO - PE
ASSENTAMENTO MANDACARU
REFORMA AGRÁRIA
- NÃO HÁ ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS
- LEI NACIONAL 30% LEI MUNICIPAL 10% DA MERENDA ESCOLAR
- HORTAS CERTIFICADAS
- APOIO DA UNIVERSIDADE

IN
UR
GR
HORTA
Urban
REAT

ATUAÇÃO DAS MULHERES FEMINISMO
FORTALECER A COMUNICAÇÃ
DAR EVIDÊNCIA AS EXPERIÊNCIAS DE ABASTECIMENTO
2º ENCONTRO AU.
CRIAR PORTAL DA AGRICULTURA URBANA
REALIZAR ENCONTRO DO COLET
Quais são as propostas para a Nacional de Agricultur Urbana para fortalecer a a

"NÃO TEMOS APOIO DA PRÓPRIA CIDADE"



EU SOU AGRICULTORA!

D. TEREZINHA

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA ZONA LESTE - SP

POUCOS ESPAÇOS PRODUTIVOS

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA



RETOMADA DA IDENTIDADE COMO AGRICULTOR/A



65% DOR RESÍDUOS DA CIDADE VEM DA CONSTRUÇÃO CIVIL


RAS URBANAS
IA E DIREITO A CIDADE
ARTE/-RN
BANA
AFITE NA PERIFERIA
AS COLETIVAS
rismo tático
IVAÇÃO DE LOCAIS ABANDONADOS
DECIDIDOS PELA COMUNIDADE
REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS-RN
RECUPERAÇÃO DOS MANGUES COM SAFs
COMPOSTAGEM DO LIXO URBANO
Anúncios
POTENCIALIZAR OS QUINTAIS PRODUTIVOS
BIOCONSTRUÇÃO NA CIDADE EM-RN
ESCOLAS, TEATROS...
DESENVOLVIMENTO DE NOVOS USOS PARA OS ESPAÇOS URBANOS COMO ESTRATÉGIA DE LUTA PELO DIREITO À CIDADE!
CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA EM TEMPOS DE CRISE
ACESSAR POLÍTICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA
DIÁLOGO COM OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS LUTAS
CATADORES
CARROCEIROS
MOVIMENTO DE MORADIA
A NOSSA
O
ADEIA
ERRITORIAL
ESTADO
NACIONAL
ARTICULAR OS TERRITÓRIOS
PRODUÇÃO DE MATERIAL
TEMOS QUE TER ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
TROCA DE EXPERIÊNCIAS COM OS GRUPOS DE CONSUMO
OS
TINO
TROCA DE EXPERIÊNCIAS CONSUMIDOR/AGRICULTOR
CRIAR UMA REDE
MATERIAIS AUDIOVISUAIS
INCLUIR A ECONOMIA SOLIDÁRIA
coletivo
a
rticulação de experiências?

BIODIVERSIDADE: BENS COMUNS E SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITORIAL DOS POVOS DO BRASIL



A agrobiodiversidade e a sociobiodiversidade são as expressões dos conhecimentos, da cultura, da sabedoria, da história, da ancestralidade e do trabalho das/os camponesas/es, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais brasileiras. Foi por meio das técnicas de manejo, cultivo, melhoramento, conservação, troca, circulação e cruzamento das espécies que esses povos sobreviveram, garantindo, assim, os principais recursos para a vida.

Ocorre, entretanto, uma ofensiva brutal aos recursos naturais, aos territórios, aos saberes tradicionais desses povos e à biodiversidade. Tal processo se apropria do patrimônio genético, ambiental e cultural e o transforma em mercadoria, em bens apropriáveis e negociáveis. O processo de avanços tecnológicos foi acompanhado de marcos regulatórios de concentração de tecnologias e patentes, de apropriações dos conhecimentos tradicionais, de facilitação de pesquisas e de comercialização das sementes híbridas e transgênicas e de brechas para o avanço da biologia sintética e indução genética.

Mesmo assim, os povos resistem como guardiãs e guardiões da biodiversidade, fundando, criando e reinventando iniciativas de defesa das sementes crioulas, mudas e animais agroecológicos. Criam redes de proteção e articulação, desenvolvem feiras e festas de sementes, constroem mecanismos de trocas e edificam casas de sementes. Travam lutas contra as ameaças agrícolas, econômicas e legislativas e criam espaços agroecológicos e territórios livres de transgênicos e agrotóxicos, possibilitando o desenvolvimento da soberania dos povos com alimentos saudáveis e garantia de meio ambiente equilibrado para as gerações futuras.

O Grupo de Trabalho (GT) Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) propôs um debate crítico e atualizado sobre a sócio e agrobiodiversidade – bem comum e elemento fundante da soberania alimentar e territorial dos povos do Brasil – e sobre as disputas no contexto contemporâneo. Ao mesmo tempo, buscou anunciar as resistências cotidianas nos lugares e as práticas sociais das/os agricultoras/es familiares, dos povos e comunidades tradicionais, práticas essas ancoradas em saberes e articuladas em movimentos que têm muito a contribuir com a agroecologia, a soberania alimentar e a democracia no campo e nas cidades.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

Fernanda Monteiro deu as boas-vindas a todas/os, convidando Dona Dijé para uma canção. Cláudia Schmitt assumiu a condução do espaço, incitou a apresentação dos presentes e, então, fez uma contextualização histórica e temática do GT-Biodiversidade da ANA, falando sobre a necessidade de a biodiversidade ser pensada como bem comum, que se sustenta em diversas ações e experiências locais de luta pelo uso da biodiversidade. O GT pensa a biodiversidade de forma ampla, para além do sistema produtivo, e, assim, ela não deve ser pensada de forma descolada dos sujeitos sociais que a constroem. Após a contextualização do GT-Biodiversidade, foi apresentada a metodologia do seminário: 1) relato de experiências; 2) debate; 3) síntese do debate; 4) nova rodada de comentários das/os participantes; e 5) síntese final.

EXPERIÊNCIAS

1) MANEJO E MANUTENÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE PELO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB) / MARANHÃO, PARÁ, PIAUÍ E TOCANTINS

Dona Dijé (Maria de Jesus) começou agradecendo a oportunidade de poder apresentar, no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), a experiência na qual ela está inserida. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é um movimento de mulheres que nasceu nos anos 1990, em quatro estados do Brasil, em um momento de muitos conflitos pelo uso das terras, pois *"as terras não eram para as pessoas, mas para os bois"*. O movimento foi criado para lutar pelas palmeiras que fazem parte da sociobiodiversidade e sustentam a vida de muitas famílias em seus territórios. *"Nosso projeto é preservar, é produzir para a nossa soberania alimentar. Se tiver sobras, a gente vende, mas, se não tiver, a gente produz para se alimentar. A gente quer produzir com qualidade, queremos ter alimentos para viver, e não alimentos para morrer."* Dona Dijé destacou ainda que os povos tradicionais têm um conhecimento que não está escrito em nenhum livro, mas na memória do povo. E que a resistência é uma ação que aprenderam com os seus antepassados. *"Pra gente sobreviver, a gente tem que ir pra luta."*

2) GUARDA DAS SEMENTES PELAS/OS AGRICULTORAS/ES, POLÍTICAS PÚBLICAS E RESILIÊNCIA CAMPONESA PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, A PARTIR DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

Maitê Moronhas, assessora do Programa Sementes do Semiárido, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), contou que o programa teve início em 2016, envolvendo 24 organizações da ASA. Ela destacou que a prática de guardar sementes e as Casas de Sementes são algo anterior ao programa. Nos anos 1970, a partir dos trabalhos com as Comunidades Eclesiais de Base, já se lutava pela autonomia, pela água e contra o coronelismo. A Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) foi outra iniciativa realizada antes da ASA, que buscou associar o conhecimento dos agricultores com o saber acadêmico para conservação e melhoramento genético. Essas experiências refletem a estratégia comunitária de conservação e manejo de sementes, que visa dar segurança e soberania às comunidades. A ASA, ao olhar essa dinâmica, busca sistematizar e traduzir essas experiências em programas executados pela sociedade civil. A Lei de Sementes reconhece as sementes crioulas e abre algumas brechas, como a possibilidade de multiplicação entre agricultores familiares, sem precisar de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e a permissão de que as sementes estejam em programas nacionais de apoio à agricultura familiar. Todo esse contexto fortaleceu a criação do Programa Sementes do Semiárido, da ASA, que avançou muito em explicitar que as sementes são mais que patrimônio genético, são conhecimento tradicional associado. Assim, o programa avança em capacitações sobre: 1) identificação da agrobiodiversidade; 2) gestão de estoque (como o espaço pode e deve funcionar); e 3) seleção, produção e multiplicação. Por meio do programa, já foram criadas e/ou fortalecidas 640 Casas e Bancos de Sementes Comunitários nos 9 estados da região semiárida.

3) TERRITÓRIOS, FINANCEIRIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE A PARTIR DA COMISSÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DOS PAMPAS / REGIÃO SUL DO BRASIL

Amilton Camargo falou que o Bioma Pampa, reconhecido em 2006 pelos órgãos nacionais, ocupa 63% do Rio Grande do Sul e que já foram realizadas muitas ações para caracterizar a biodiversidade animal e vegetal desse bioma, que apresenta diversas paisagens, além do campo natural. Apesar de existirem espaços florestais, o campo nativo, ou o campo natural, constitui a maior parte dos pampas, com a presença de 450 espécies de gramíneas. *"Lá se fala 'A Pampa', aqui o povo fala 'Os Pampas'. Mas não tem como falar do bioma sem falar das pessoas."* A partir de 2015, percebeu-se a necessidade de realizar mais trocas entre as comunidades do bioma. Nesse sentido, foi realizado

um primeiro seminário com 7 identidades tradicionais: quilombolas (126 comunidades), pecuaristas familiares (pampeanos com relação forte com os campos naturais – 40 mil famílias), pescadoras/es artesanais do Rio Camaquã, povo cigano, indígenas (Guarani e Kaingang), pomerano, povo de terreiro. Em 2015, formou-se o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) dos Pampas, que trabalha com educação, direitos e contra as ameaças aos PCTs e ao bioma. O território sofre constante pressão de mineradoras e com a presença de grandes empresas que incentivam as plantações de eucalipto e soja. Em relação à resistência, foram criados grupos com "novos pensamentos". Um desses grupos é formado por 450 famílias pecuaristas, que constituíram a Associação pelo Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã com o objetivo de apresentar outro projeto de desenvolvimento, que respeite o direito das/os agricultoras/es. Nesse contexto, também está sendo pensada a transição agroecológica, descartando-se, por exemplo, os medicamentos, além de reduzir a dependência do mercado. *"A gente pensa que a saída é a agroecologia e a valorização da nossa biodiversidade."*

VOZES DA PLENÁRIA

> *"O banco de sementes é o espaço de gestão coletiva, surge como autonomia para resistir. Os bancos preservam memória e são espaços de solidariedade. Banco conserva a vida, a biodiversidade. Precisamos fortalecer a luta por um Brasil livre de transgênicos. Contra os transgênicos: sementes da paixão.*
>
> Rejane Alves de Lima, Paraíba

> *"A agroecologia é uma palavra nova, mas ela está no modo de viver. A gente não sabe a palavra, mas a gente vive isso no dia a dia. Quando ocupamos este espaço* [ENA]*, quando a gente fala de semente, não é a semente da roça, mas da vida, da cultura. Esse espaço é de muito aprendizado. Mas também é um espaço de pedir socorro, pois o principal componente para a gente fazer agroecologia é o território – que está ameaçado pelos eucaliptos, pelas Unidades de Conservação e pela mineração. Outra coisa é garantir os direitos básicos. Agroecologia é tudo isso, e não apenas as sementes. É a educação, o acesso a políticas públicas básicas, não ser criminalizado por manter seu modo de vida.*
>
> Tatinha, apanhadora de sempre-vivas (MG)

> *Devemos reforçar, na Carta Política do ENA, a questão da reforma agrária. Não temos onde plantar se não temos o nosso lugar.*
>
> Eveline

> *Nós, agricultores, vivemos de desafio, e isso nos deixa mais fortes, pois temos raízes, história.*
>
> Lô, Assentamento Tapera, Riacho dos Machados (MG)

> *O que garante a nossa vida é a nossa resistência e teimosia. Continua até hoje. No primeiro ENA, a discussão era o transgênico, mas entrou no Brasil. A gente tem que lutar pelo território. A reforma agrária trata de território, e não de um pedaço de terra.*
>
> Cristovino, Assentamento Americana, Grão Mogol (MG)

> *Eu participei do Programa Sementes do Semiárido. Nas nossas experiências da Bahia, percebemos uma alta biodiversidade, mas também muita perda. Não basta grupo em comunidades, precisamos atingir o território como um todo. Assim, temos o fortalecimento a partir da formação.*
>
> Claudiano, MPA Pernambuco

> *Não dá para tratar de agroecologia sem o contexto político de golpe, a relação da agroecologia com a democracia. Além de trocar experiências, a gente precisa politizar as experiências. É preciso constar na carta a questão da "financeirização dos territórios e a economia verde".*
>
> Naiara, Terra de Direitos

PROPOSTAS

- Incluir, na Carta Política do IV ENA, a importância de: i) fortalecer as trocas de experiência; ii) fortalecer os processos de resistência e luta pela terra e pelo território; iii) mobilizar os consumidores pela agroecologia; e iv) fortalecer a luta pela reforma agrária, pela demarcação de terras indígenas e pela titulação e pelo reconhecimento de territórios tradicionais.

REFLEXÃO COLETIVA

A primeira grande questão colocada no debate foi a luta pela autonomia das/os agricultoras/es e a luta pelos direitos. Por exemplo, para plantar, não se necessita do mercado ou de empresas. A luta pela autonomia tem tudo a ver com a Segurança Alimentar, com a produção de alimentos de qualidade e em quantidade. A luta pela autonomia é a luta pelos direitos.

Outros pontos que sintetizam os debates realizados no seminário são:

- Agro e sociobiodiversidade são intrínsecos aos modos de vida tradicionais, e essa vida depende de território.
- Biodiversidade é sinônimo de luta por direitos, e as sementes, neste contexto, têm um sentido muito mais amplo. Semente é história e memória, é alimento e vida.
- A agroecologia sempre esteve na essência dos modos de vida tradicionais, nos quais não se usava esse termo.
- Biodiversidade e conhecimento não são passíveis de patenteamento, não são mercadorias.

O seminário destacou ainda a necessidade de denunciar: 1) as ameaças aos territórios (mineração, usinas eólicas, transgênicos, agrotóxicos, desmatamento, monoculturas de eucalipto e soja, Unidades de Conservação); e 2) os cortes ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), à Ater Agroecológica, ao Programa de Acesso à Água e à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

No entanto, as/os participantes também reafirmaram a necessidade de: 1) manter a memória e o reconhecimento do papel das lideranças, sobretudo das mulheres e dos que foram assassinados; 2) fortalecer as articulações locais e nacionais para troca de experiências, ou seja, para viabilizar os intercâmbios em todos os níveis; 3) garantir a elaboração de leis, marcos regulatórios e políticas públicas de livre acesso à sociobiodiversidade; e 4) demarcar, titular e garantir os territórios tradicionais e de Reforma Agrária Popular, de forma não mercantilizada, para garantir a sócio e a agrobiodiversidade.

Para preservar a biodiversidade nós precisamos ter onde plantar
#REFORMA AGRÁRIA já!

Quebradeiras de Coco



NOSSA LUTA É POR TERRITÓRIO PARA TODOS OS POVOS!

CRIAMOS ESSE MOVIMENTO FEMININO PARA LUTAR PELA VIDA DAS PALMEIRAS!

O nosso conhecimento tá na memória de nosso povo, tá no dia a dia e é expressão de resistência!



Para preservar é preciso conscientizar a cidade e o consumo



BIODIVE

& direito ao livr



Valorizar as sementes e seus guardiões

Preserva conhecim tradicion as comun



PAMPAS

Nossa região é alvo das Minerações

quilombos, grupos indígenas, ciganos e pescadores

A biodiversidade também se apoia na diversidade social!



gr

· Ass
S
· Pro
· Es
· D
no

IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

E RSiDADE

re uso!

r o
ento
al e
idades

Lutar pelo direito à terra e território!



rupo de Trabalho
em Biodiversidade:

ociar gentes e outras espécies
SOCIO BIODIVERSIDADE
duzir informaçoẽs
paço de articulação
iscussoẽs não se encerram
ENA!

~No banco de sementes guardamos as memórias de nossos ancestrais, os guardioẽs que vieram antes~



~SEMENTES DO SEMI ÁRIDO~

Capacitaçoẽs para agricultores
Intercâmbios/visitas entre comunidades



Os bancos de sementes garantem a preservação das variedades



É preciso observar as energias "limpas" que estão ocupando nosso território! e privando o direito de ir e vir



Em memória de nossos companheiros e companheiras que perderam a vida lutando pela biodiversidade

SAÚDE INTEGRAL E MEDICINA TRADICIONAL



Pensar saúde integral a partir da agroecologia exige reconhecer que, na diversidade de experiências agroecológicas, em cada cantinho deste país continental que é o Brasil, estão sendo estabelecidas relações com a saúde. A valorização dos diferentes saberes, da agrobiodiversidade, dos cuidados com os bens comuns e do protagonismo das mulheres, de jovens e de pessoas mais experientes é um princípio agroecológico que contribui para práticas promotoras de saúde e para territórios e agroecossistemas mais saudáveis (mesmo que a palavra *saúde* não seja explicitada).

A medicina praticada por comunidades tradicionais define-se como um modo de vida, um saber viver alicerçado em cuidados preventivos que inclui os saberes atribuídos de ancestralidade, espiritualidade e continuidade, a produção e a troca de conhecimentos e de processos de investigação sobre a utilização dos recursos da biodiversidade e da água, além da produção de alimentos saudáveis. No entanto, a despeito da existência desses saberes e dessas práticas de saúde, assim como da conquista recente de algumas políticas públicas relacionadas ao tema, as práticas populares de cuidado permanecem marginalizadas, enfrentando barreiras estruturais, desqualificação e criminalização. Neste seminário temático, foi dada ênfase às conexões entre saúde e agroecologia, a partir de práticas populares de cuidado que reconhecem e valorizam os conhecimentos tradicionais, a construção compartilhada do conhecimento e a autonomia comunitária.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

- Mística de abertura.
- Apresentação do trabalho da Comissão de Saúde.
- Apresentação das experiências.
- Falas das/os participantes, sendo a primeira rodada de falas, preferencialmente, das/dos agricultoras/es, com gestão solidária do tempo.

As atividades foram abertas com a fala de Lourdes Laureano (Lourdinha), da Articulação Pacari.

A proposta do seminário é apresentar as experiências das raizeiras, benzedeiras e curandeiras, que são raízes da medicina tradicional na agroecologia e sobrevivem através da prática. De componente espiritual forte, ancoram o atendimento na solidariedade, de forma caseira, atuando nos locais onde vivem: as comunidades tradicionais. Promovem uma relação mais dinâmica do que só a produção de remédios caseiros, passando por muita fé e reza, alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Querem acessar livremente o umbu, o pacari, o babaçu, a erva-baleeira, a marcela, a carqueja!

> *"Generosidade, conhecimento. Nunca depredamos os recursos porque temos conhecimento ancestral produzido e reproduzido nas farmacinhas caseiras, nos sindicatos, na pastoral de saúde, na casa das raizeiras. Precisamos de políticas públicas que escutem essa realidade. Reconhecemos avanços nas políticas públicas, como a Política de Práticas Integrativas e Complementares, mas nós, raizeiras e raizeiros, queremos uma política pública específica e nos unimos aos povos e comunidades tradicionais em defesa dos seus territórios. Esse espaço da agroecologia é onde ficamos à vontade para contribuir e construir. Como exemplos dessa luta da medicina tradicional, desse Brasil rico de sociobiodiversidade, serão apresentadas três experiências que existem pela resistência e pela luta, principalmente, das mulheres.*
>
> Lourdes Laureano (Lourdinha), Articulação Pacari



EXPERIÊNCIAS

1) EXPERIÊNCIA DE DINAMIZAÇÃO DA HOMEOPATIA POPULAR NOS REINOS ANIMAL, VEGETAL E MINERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA E NA AMAZÔNIA



Neusa, de Nova Brasilândia (RO), contou que participa de formação em homeopatia popular em todo o estado de Rondônia. Iniciou na Diocese de Ji-Paraná, com um bispo, tendo como foco a população mais pobre. Convidou uma enfermeira e começou um trabalho de informação sobre saúde. O novo bispo, chegando em seguida na diocese, iniciou o *Projeto Padre Ezequiel*. A partir desse projeto, iniciou a formação de multiplicadores em homeopatia na diocese para pessoas que vinham de outros municípios. Cerca de 600 pessoas multiplicadoras levam as experiências aos núcleos (pequenas bases). Pessoas de outras cidades e do Mato Grosso começaram a se formar como multiplicadoras também. Atualmente, estão acontecendo formações no estado do Pará, iniciadas por pessoas que se formaram em Rondônia. A Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP), em Cuiabá, atende cerca de 50 mil pessoas que passam pelas bases por ano. Elas desenvolvem experiências na agricultura com as homeopatias (para plantas, animais e solo) para tratar o meio onde as pessoas vivem. Rondônia tem o solo muito doente com agrotóxicos, e a homeopatia desintoxica os solos mais rapidamente.

Cláudio, de Alto Paraíso (RO), contou que se formou no trabalho da Pastoral e faz parte do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Ajuda a divulgar o trabalho tendo compromisso maior com a terapia homeopática na agroecologia. Era preciso criar formas de comprar menos insumos para uso na agricultura. Até hoje, há uma dúvida na sociedade sobre o uso da homeopatia. Tempos atrás, um empresário bancou um programa na televisão para convencer a sociedade de que a homeopatia é placebo, mas alguns argumentos e fatos, como, por exemplo, uso de homeopatia na criação animal, comprovaram que ela tem ação efetiva, além de ser simples, barata e possível de ser utilizada com todos os seres e elementos da natureza. Com a desconstrução da ideia de que a homeopatia só produz efeito placebo, surgiu o interesse das grandes indústrias, que perseguem as experiências populares de homeopatia. O vínculo entre homem e terra aumenta com o uso da homeopatia. Os insetos considerados “pragas” fazem parte do ecossistema, existe sensibilização das/os agricultoras/es sobre a natureza e o respeito a todos os seres. Combatem-se doenças fúngicas com homeopatia, há relato de plantio de lavoura com homeopatia em que o agricultor teve lavoura de café bem-sucedida em apenas um ano. Cláudio conclui dizendo que essas experiências precisam ser divulgadas e que a agroecologia é viável, mas tem que garantir para o camponês o insumo necessário. Se não der para ele a ferramenta correta para trabalhar, ele não vai acreditar na agroecologia.

2) MEDICINA TRADICIONAL – FARMACINHAS COMUNITÁRIAS COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E DE ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE – ARTICULAÇÃO PACARI



Aparecida Vieira (Tantinha), do Ervanário São Francisco de Assis, contou que sua avó era raizeira, benzedeira e parteira. Ela achava que a mãe mantinha as práticas por falta de dinheiro. A doença de um filho a motivou a participar de um curso de plantas medicinais na igreja. Seu marido, Fernando, ficou bravo, não acreditando na cura pelas plantas medicinais. Ela resistiu e estudou, mesmo com a desaprovação do companheiro. Eles moravam no bairro Alto Vera Cruz, região da capital mineira de vulnerabilidade social. O frei que ministrava o curso acabou por cuidar do irmão de Fernando e, quando eles se conheceram, tornaram-se amigos. Fernando tinha insuficiência renal, era transplantado e estava deprimido. O frei conseguiu levá-lo para atuar como multiplicador do trabalho com plantas medicinais. Tantinha aprendeu a fazer farinha enriquecida porque soube que as doenças do filho eram causadas por baixa qualidade nutricional. Ela juntou-se com outras mulheres para produzir a farinha. O quintal da família foi inscrito em um projeto para "melhorias de quintal" e tornou-se uma farmácia viva. A família tem uma farmácia caseira, que se chama Ervanário São Francisco de Assis. Eles foram aprendendo que era preciso qualificar o trabalho.

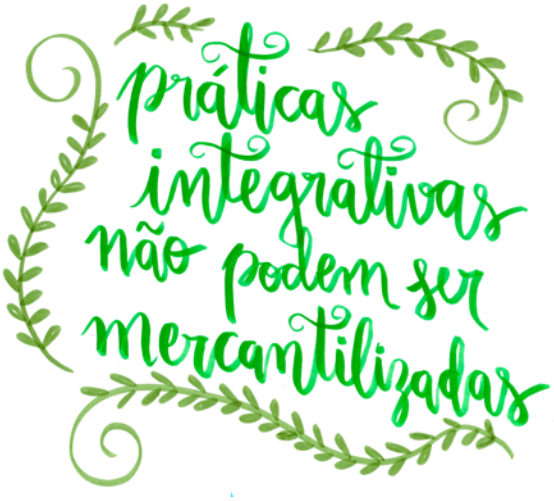
Fernando começou a fazer cursos de boas práticas de remédios caseiros promovidos pela Articulação Pacari, que envolveram intercâmbios para que raizeiras/os pudessem avaliar as condições de suas farmacinhas, caseiras ou comunitárias, e avaliar coletivamente os procedimentos mais adequados às suas realidades. Esse processo deu origem ao que ficou chamado de *POP-POPs*, os Procedimentos Operacionais Populares para a preparação de remédios caseiros, no contexto da proposta de "autorregulação da medicina tradicional" (a sigla POP-POP é uma referência aos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), da Anvisa). A Articulação Pacari reúne raizeiras do Maranhão, de Tocantins, de Goiás e de Minas Gerais, e todas fazem remédios caseiros adotando critérios de boas práticas. Nesse processo, em 2009, a Articulação Pacari publicou a *Farmacopeia Popular do Cerrado*, um registro sobre o manejo e uso de nove plantas medicinais do Cerrado e o levantamento de mais de 300 espécies prioritárias a serem estudadas. A elaboração da *Farmacopeia Popular do Cerrado* contou com a participação de 262 raizeiras/os, e o Fernando, seu marido, foi um dos autores. Na época, Tantinha estava cuidando dos filhos pequenos.

Em 2015, a Pacari publicou o *Protocolo Comunitário Biocultural: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional*, e Tantinha fez parte do Conselho das Raizeiras, responsável por sua elaboração. As mulheres da medicina tradicional protegem os

territórios onde estão fincadas as medicinas naturais. O foco da medicina tradicional e popular é a intenção de cuidar das pessoas. Só fazem remédios com a boa intenção de cuidar do outro.

Fernando não está mais neste "plano", e, durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), foi o aniversário de um ano da sua passagem. O Espaço da Saúde do IV ENA leva seu nome em reverência à sua contribuição. Tantinha também faz parte da Articulação de Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Amau), da Rede Terra Viva e da ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas.

O conhecimento não fica guardado. O frei capuchinho despertou no casal o desejo de serem multiplicadores do conhecimento. Tantinha falou sobre a importância do resgate da nossa essência ancestral, que não tem donos, somente herdeiros. Entre os desafios, destaca que a Vigilância Sanitária impede a produção dos remédios em casa. Tantinha não conheceu a avó, mas sente a presença dela em tudo o que faz. Finaliza dizendo que é muito grata pela caminhada e pela oportunidade de estar contando um pouco da sua experiência no Encontro.



3) EXPERIÊNCIA COM PLANTAS MEDICINAIS EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS COM VALORIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE RAIZEIRAS, BENZEDEIRAS E PARTEIRAS DA CAATINGA

Silvanete é benzedeira da Rede de Agricultores e Agricultoras da Chapada do Araripe, Exu (PE), Ceará e Piauí; da Associação dos Agricultores(as) Familiares da Serra dos Paus Dóias (Agrodóia); e da Rede de Agricultores e Agricultoras Experimentadores/as do Araripe (PE).

A Rede de Agricultoras/es da Chapada do Araripe surge em 1983, mas não era assim denominada. Todas as lutas, conquistas e desafios surgem nesse período. Em 2014, ocorre, no Ceará, o encontro de saberes tradicionais e conhecimentos científicos sobre as plantas medicinais. Nesse momento, há uma discussão sobre a origem do grupo, e a busca por responder a essa questão levantou inquietações nas/os membras/os, que ficavam pensando: "Quem somos de fato? Qual a nossa identidade?". Silvanete disse que reafirmava para si: "Sou benzedeira e sou raizeira. Meu primeiro chá fiz pra minha mãe, que estava com hemorragia".



Em 2015, houve o primeiro encontro de agricultoras/es experimentadoras/es. O Código Florestal Brasileiro provocou a necessidade de defesa das plantas que são utilizadas pelas raizeiras e benzedeiras, que compõem o conselho. Foi feito um levantamento de 173 plantas com direito de uso pela comunidade tradicional como medicinais e alimentícias. Foi realizado o primeiro *Encontro de Raizeiras, Benzedeiras e Parteiras da Caatinga* em 2016, com 200 participantes. No encontro seguinte, participaram 400 pessoas, também de outros estados e das cidades (além dos campos). Para Silvanete, todas as comunidades possuem uma história, mas somos um único povo, cujas raízes e conexões estão fragilizadas. *"Fizemos as rodas de benzimentos e de identificação de plantas. Foram mais de 100 plantas utilizadas para remédios. Teve também o momento dos aprendizes, com as/os filhas/os, sobrinhas/os, com as/os curiosas/os e a juventude."*

Silvanete disse ainda que um povo que não conhece a sua história é um povo fraco, um povo que sofre golpes políticos. *"O momento político atual nos fortalece e mostra que somos gente da terra: a terra somos nós, e nós somos a terra! Precisamos valorizar a nossa história, sem vergonha de quem realmente somos. É preciso realizar vivências que sejam convidativas para nossas filhas e nossos filhos. O conhecimento científico é imposto na educação, que desconstrói o saber popular. Por isso, é necessário que o espaço da ciência seja ocupado por jovens que ajudem a validar os saberes ancestrais nas universidades. A lógica academicista dos órgãos de regulação, como a Anvisa, precisa ser desconstruída, e isso pode ser feito pelas juventudes. É importante resgatar o conhecimento da nossa ancestralidade para fortalecer a resistência à utilização das práticas e medicinas tradicionais e populares, que estão nas nossas origens."*

"Ontem, na abertura do ENA, ouvi quase a mesma frase de um menino que disse ter vergonha do benzimento ao ver o povo de branco (do terreiro). Isso nos provoca a fazer um trabalho para que nossas/os filhas/os consigam se sentir convidadas/os a serem a/o cientista e a/o pesquisadora/or para validar os saberes das raizeiras. Precisamos acompanhar o raciocínio que está sendo imposto às nossas crianças e às/aos nossas/os jovens. Elas/es vão validar o que estamos falando aqui e passar a dar voz e vez ao que

estamos fazendo. Qual educação queremos? Precisamos preparar nossos filhos e filhas para entrar nas universidades. Nós precisamos quebrar os desafios e acreditar que nossa voz poderá ser a voz de nossas/os filhas/os. Elas/es que vão enfrentar a Anvisa. Precisamos prepará-las/os para enfrentar os desafios junto conosco. Decidimos que as/os filhas/os das/os associadas/os precisam ocupar as universidades, mas que elas/es não podem fazer qualquer curso." Silvanete contou que foi questionada sobre isso e disse que não está impondo suas escolhas aos filhos, mas dizendo quais são as necessidades do campo para direcioná-los. "*Precisamos olhar mais longe e entender que o governo nos proíbe não só de fazer remédios, mas nossa forma de existência. Só conseguiremos resistir se soubermos de fato quem somos e qual a história de nossos ancestrais, senão seremos levados ao vento, fáceis de manipular.*"




MATEIRAS
CURANDEIRAS
ERVEIRAS
cuidam
da saúde
e da
biodiversidade
PARTEIRAS
RAIZEIRAS
MEZINHEIRAS
BENZEDEIRAS
promovem a
agroecologia

VOZES DA PLENÁRIA

"As crianças hoje em dia se identificam mais com o que assistem na televisão do que com os conhecimentos dos mais velhos. Remédio caseiro é diferente de fitoterápico! Antigamente, as homeopatias eram levadas em maletinhas e distribuídas para as pessoas, e elas faziam suas farmácias populares. Nós queremos ter nossa autonomia de praticar nosso conhecimento no dia a dia. Esse conhecimento está em disputa, assim como a biodiversidade brasileira está em disputa.

Lourdinha, Articulação Pacari

"O maior desafio é resgatar as nossas origens, acabar com o comportamento da ganância na forma de explorar e destruir os bens comuns, em busca de dinheiro. Conscientizar sobre a importância de a juventude permanecer na terra, sem considerá-la como meio de exploração destrutiva.

Domingas (PA)

"É importante buscar a troca de conhecimentos para fortalecimento da luta. Sou filha de índio com africano, fomos construindo nossa história. Moro em mata de 500 hectares. Onde houver uma planta viva, nós estamos presentes também. Somos parte da energia das plantas, saúde é muito maior que as ervas. É necessário autoconhecimento para reconhecer as demandas do nosso corpo. Tive partos sozinha, o parto é o que as mulheres entregam à mãe terra, a forma como nossos frutos deverão viver.

Chica, parteira e raizeira, Movimento Popular de Saúde do Estado de Sergipe

"O momento político requer união das experiências tradicionais para o fortalecimento das resistências e organização de parceiras/os pra enfrentar a perseguição das práticas tradicionais e populares de saúde por parte da indústria farmacêutica e do campo da medicina alopática. É a homeopatia que ajuda o povo pobre. Atualmente, existe bispo e padre proibindo o trabalho popular com a homeopatia, fecharam a farmacinha popular. Dentro da Igreja também tem essas disputas. Criaram exigência de farmacêutico pra produzir a terapia homeopática.

Zé Pinto, Belo Horizonte (MG)

> *Somos enfrentadores do desafio da proibição da homeopatia popular. Na revolução verde, terapeutas naturais foram perseguidos e mortos. As pessoas estão demandando muitos medicamentos, mas existe grande adoecimento psicológico.*

Primo Dalmázio, agroecologista, terapeuta de reflexologia, *reiki*, homeopatia e cura energética, Nova Venécia (ES)

> *Grandes obras causam a extinção dos conhecimentos tradicionais, pela destruição do território. Importante fortalecer o corpo e a alma das pessoas que atuam como terapeutas.*

Vilmar, Agrodóia

> *Quem trabalha com a raiz tem que saber fazer os pedidos à terra. Só colhe a raiz pro lado que o sol se põe.*

Lourdes, rosariense, raizeira, purganteira, curadeira, benzedeira, agricultora agroecológica e feirante

> *É importante ocupar o SUS com as práticas tradicionais do Brasil e da América Latina para poder disponibilizar esse conhecimento e tratamento à população.*

Ana, Belo Horizonte (MG)

> *Agroecologia é a volta pra casa, pra nós mesmos, pra terra. É fundamental trabalhar a mudança do ser humano. Remédio é pra curar a dor, importante buscar a origem do adoecimento que vem do nosso desvio de caminho, da rota na nossa relação com a terra. A Bayer produz veneno e remédio.*

Morador de Paracatu (MG)

> *"Benzeção é dom, passado de mãe pra filha, não pode cair no caminho da mercantilização. Promove práticas integrativas como forma de união de comunidades, como forma de amor.*

Marlene, missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

> *“Cada povo conhece seu território e a maneira de cura, que são diferentes em todo o Brasil. A questão do território é muito importante; não adianta a cura do corpo com ameaça ao território onde a vida gera e é gerada. Há um grave índice de suicídio no território Xakriabá pela ausência do compartilhamento da espiritualidade, principalmente da juventude. A oralidade no aprendizado e a espiritualidade são importantes.*
>
> Célia Xakriabá, indígena, São João das Missões (MG)

REFLEXÃO COLETIVA

- Mulheres rezadeiras, benzedeiras e mezinheiras são cuidadoras da saúde. Trabalham com elementos da natureza, com medicina tradicional, reconhecem as plantas, têm conhecimentos também relacionados à espiritualidade e à fé, e o componente ancestral é muito forte.
- A medicina tradicional resiste sem o apoio do governo. A conservação dos recursos naturais é feita através do uso generoso e cuidadoso das matérias-primas.
- É necessária a construção de políticas públicas específicas, inclusive para a defesa dos territórios onde as medicinas tradicionais estão. Já existem algumas políticas de práticas tradicionais e de estímulo à agroecologia, mas falta uma política específica. As políticas atuais também não estão plenamente implementadas.
- Necessidade de autonomia das raizeiras e benzedeiras para uso dos conhecimentos populares e ancestrais, pois é um conhecimento em disputa.
- A sociedade, de forma geral, desvaloriza o matuto e seus saberes.
- Importância da união das lutas no resgate da sabedoria ancestral, da qual todas e todos somos herdeiros. Há vários encontros regionais e locais acontecendo para fortalecer esses saberes e práticas.
- O reconhecimento do cheiro da nossa região é importante.
- A homeopatia popular está presente em vários estados do Brasil, em todas as regiões, e há inúmeras iniciativas em que a homeopatia é utilizada tanto para

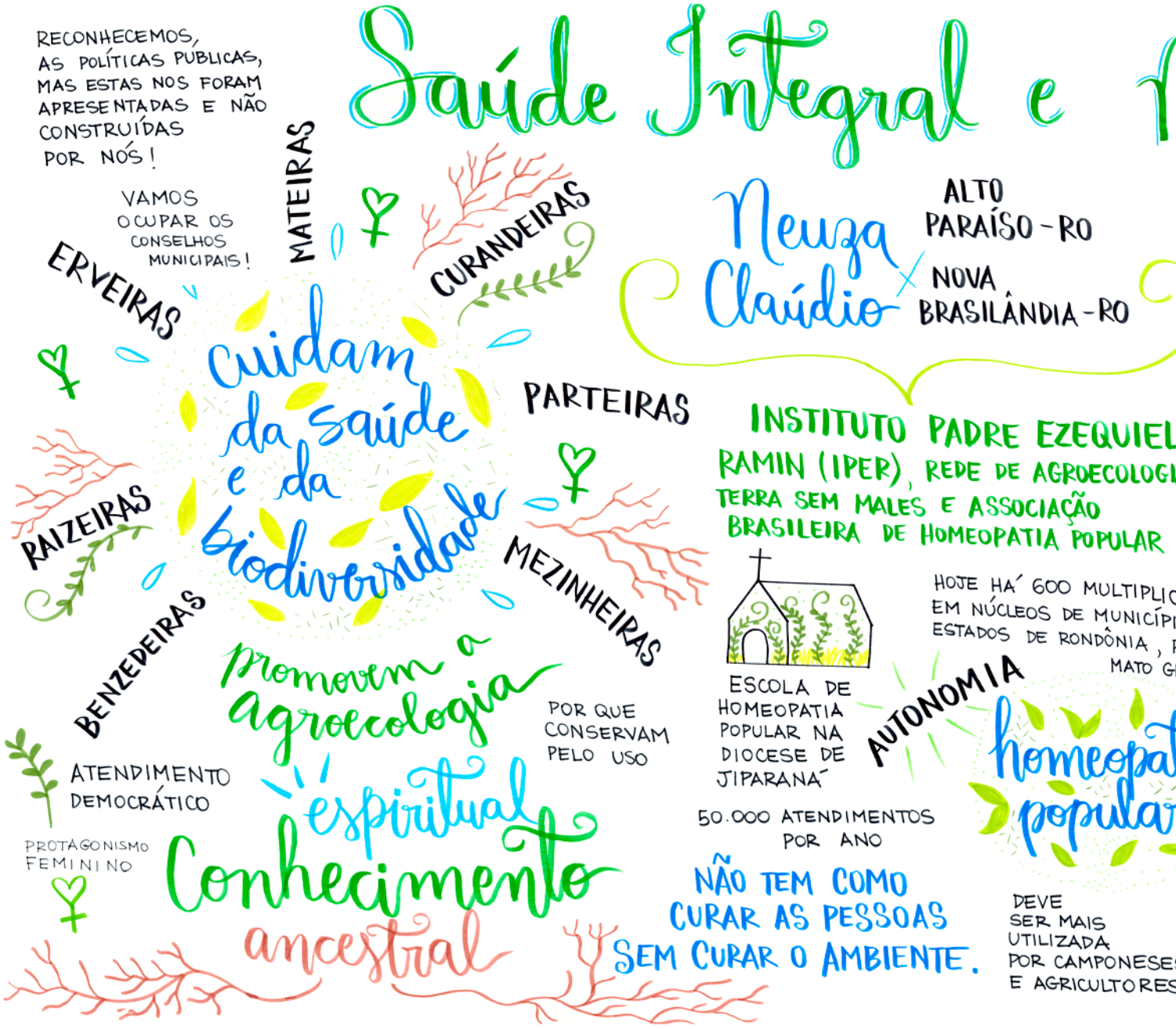
a saúde dos solos, dos animais, dos vegetais e dos minerais como das pessoas. A homeopatia tem contribuído para o fortalecimento da agroecologia e para a conexão da humanidade com a natureza.

PROPOSTAS

- Construção de muitas redes de experiências e práticas em medicina tradicional e popular. É necessário avançar no fortalecimento dessas articulações, construir uma rede de articulação desses coletivos e encontros. Um caminho para isso talvez seja a criação de um GT de Saúde da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).
- Ocupação de conselhos municipais de saúde é muito importante no atual cenário político.
- Elaboração de uma carta de repúdio à Anvisa pela perseguição às práticas tradicionais com recolhimento das matrizes da homeopatia em Rondônia. O órgão precisa mudar o posicionamento e ampliar o diálogo e o respeito às práticas tradicionais.

Observação: após o seminário, todas/os as/os participantes foram convidadas/os a ficar na tenda para uma reunião com uma gestora da Anvisa, para buscar esclarecimentos e pensar a forma de atuação.

Encaminhamento após a conversa: ao fim da reunião, avaliou-se que o melhor encaminhamento é provocar um diálogo entre organizações do campo agroecológico e instituições do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) – Anvisa e Agevisa (Agência Estadual de Vigilância Sanitária de Rondônia). A gestora se comprometeu a mediar esse contato dentro da Anvisa, tendo em vista que ela própria esteve em Rondônia para discutir o caso em que experiências em homeopatia popular sofreram com o recolhimento de matrizes. A ANA, representando o conjunto de organizações do campo agroecológico, deve encaminhar uma solicitação de oficina de trabalho à Anvisa para tratar do reconhecimento e da valorização das medicinas tradicionais e populares. A atuação da Vigilância Sanitária sobre experiências de homeopatia popular em Rondônia deve ser tratada nesta oficina, que precisa envolver a Agevisa, organizações do campo agroecológico locais – como o Instituto Padre Ezequiel Ramin – e a Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP). Responsáveis: Secretaria Executiva da ANA, Instituto Padre Ezequiel Ramin (Chicão e Neuza), ABHP e Anvisa (Daniela Jorge).


Saúde Integral e
RECONHECEMOS, AS POLÍTICAS PÚBLICAS, MAS ESTAS NOS FORAM APRESENTADAS E NÃO CONSTRUÍDAS POR NÓS!
VAMOS OCUPAR OS CONSELHOS MUNICIPAIS!
MATEIRAS
CURANDEIRAS
ERVEIRAS
Cuidam da Saúde e da Biodiversidade
PARTEIRAS
RAIZEIRAS
MEZINHEIRAS
BENZEDEIRAS
promovem a agroecologia
POR QUE CONSERVAM PELO USO
ATENDIMENTO DEMOCRÁTICO
PROTAGONISMO FEMININO
espiritual
Conhecimento ancestral
Neuza Claúdio
ALTO PARAÍSO - RO
NOVA BRASILÂNDIA - RO
INSTITUTO PADRE EZEQUIEL RAMIN (IPER), REDE DE AGROECOLOGI
TERRA SEM MALES E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMEOPATIA POPULAR
HOJE HÁ 600 MULTIPLIC
EM NÚCLEOS DE MUNICÍPI
ESTADOS DE RONDÔNIA,
MATO G
ESCOLA DE HOMEOPATIA POPULAR NA DIOCESE DE JIPARANÁ
AUTONOMIA
homeopat
popular
50.000 ATENDIMENTOS POR ANO
NÃO TEM COMO CURAR AS PESSOAS SEM CURAR O AMBIENTE.
DEVE SER MAIS UTILIZADA POR CAMPONESES E AGRICULTORES

IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

Medicina Tradicional

Tantinha
SABARÁ - MG

ARTICULAÇÃO PACARI



TUDO COMEÇOU EM UM TERRENO DE 50 M², TANTINHA E SEU COMPANHEIRO PLANTARAM + DE 175 PLANTAS MEDICINAIS

PARA AUTO-REGULAÇÃO DA MEDICINA POPULAR, FORAM ELABORADAS BOAS-PRÁTICAS:



O POP-POP
PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO POPULAR

ANIMAIS
PLANTAS
TERRA

farmacinhas populares

ESSE CONHECIMENTO NÃO TEM DONOS, TEM HERDEIROS.

Silvanete
EXU - PE

REDE DE AGRICULTORES EXPERIMENTADORES DA CHAPADA DO ARARIPE

EXPERIÊNCIA INICIADA EM 1983

2014 - ENCONTRO DE SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

PERNAMBUCO, CEARÁ E PIAUÍ SE ARTICULARAM E IDENTIFICARAM 173 ESPÉCIES, CONSEGUIRAM O DIREITO DE USO SEM AS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO FLORESTAL.

ENCONTRO DE SABERES DA CAATINGA

PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DO GRUPO DE JOVENS COMO APRENDIZES DE SABERES.

quem somos nós de fato?

Viva os remédios caseiros!

práticas integrativas não podem ser mercantilizadas

NEM TUDO QUE DÁ BELEZA DÁ SAÚDE, ÀS VEZES DÁ CÂNCER.

PRECISAMOS NOS CONHECER E LUTAR!
A ANVISA NÃO ESTÁ PROIBINDO DE FAZER REMÉDIO ESTÁ NOS PROIBINDO DE SER QUEM SOMOS!

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA



Feminismo e agroecologia fazem parte da construção de um mesmo projeto de transformação da sociedade, que busca garantir a soberania dos povos sobre seus territórios e promover a produção e o consumo de alimentos saudáveis, a partir do uso e manejo sustentável dos agroecossistemas, ao mesmo tempo que reconhece o trabalho e a contribuição econômica das mulheres para a sustentabilidade da vida, proporcionando autonomia, igualdade e liberdade.

Não basta produzir sem agrotóxico. É preciso transformar as relações sociais entre homens e mulheres e entre gerações, ressignificando as conexões entre campo e cidade. As mulheres rurais, urbanas e dos povos e comunidades tradicionais são protagonistas, renovando conceitos e práticas, estando à frente de processos de transição agroecológica e resistindo aos avanços da mercantilização da vida e da natureza.

É com o feminismo – que é popular, anticapitalista, antirracista e antiLGBTfóbico – junto à agroecologia que se pode enfrentar o capitalismo e o patriarcado, vencendo a divisão sexual do trabalho que está na base da opressão das mulheres. No atual cenário de retrocessos, em que o golpe misógino, midiático, parlamentar e jurídico tem intensificado o projeto político neoliberal e patriarcal – viabilizado devido à aliança com o setor financeiro internacional, as transnacionais do setor energético, os impérios agroalimentares e outras grandes corporações –, algumas organizações da agroecologia não estão conseguindo responder a essa ofensiva à altura, pois, diante da falta de recursos, têm diminuído ou suspendido suas ações com as mulheres.

As mulheres afirmam que não se calarão e não admitirão retrocessos, muito menos nos seus espaços de militância! É preciso barrar o avanço do golpe e do conservadorismo, não tolerando o machismo e a violência contra as mulheres na sociedade e nas próprias organizações. Reafirmam juntas que: SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

DINÂMICA DA ATIVIDADE

MOMENTO 1: ABERTURA ~ As participantes fizeram uma batucada saindo do palco central até a tenda do seminário. Durante o trajeto, foram cantadas diversas músicas feministas.

MOMENTO 2: APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS E DA METODOLOGIA DO SEMINÁRIO ~ Coordenação da mesa: Sarah Luiza (Marcha Mundial de Mulheres (MMM) / GT Mulheres da ANA).



MOMENTO 3: ACOLHIMENTO DAS PARTICIPANTES ~ Uma vez na tenda, foi solicitado que todas as companheiras dessem as mãos e se apresentassem umas às outras. Em seguida, foi feita uma roda de autocuidado, e as mulheres fizeram massagem nas companheiras que estavam ao seu lado.

MOMENTO 4: REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS DO LEMA *SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA* ~ Responsável pela apresentação: Miriam Nobre (Marcha Mundial das Mulheres (MMM) / Sempreviva Organização Feminista / GT Mulheres da ANA).

MOMENTO 5: APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS ~ Durante o seminário, foram apresentadas três experiências.

MOMENTO 6: ABERTURA PARA INTERVENÇÕES ~ Depoimentos das participantes.

MOMENTO 7: INFORMES ~ Foram realizadas 5 oficinas no dia 02/06 como parte das atividades do IV ENA:

- Oficina sobre criptografia e segurança na internet / Marcha Mundial de Mulheres
- Oficina sobre pedagogia feminista / MMTR-NE

- Oficina sobre a Caderneta Agroecológica / GT Mulheres da ANA
- Oficina sobre quintais / Movimento de Mulheres Camponesas
- Oficina sobre a Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico

MOMENTO 8: ENCERRAMENTO ~ Foi realizada uma ciranda com todas as pessoas presentes no seminário.

EXPERIÊNCIAS

1) GRUPO DE TRABALHO MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (GT MULHERES DA ANA)

Segundo **Beth Cardoso**, contar a história do GT Mulheres é contar a história da própria Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Para isso, é necessário voltar a 2002, época da realização do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), considerado o primeiro encontro massivo de agroecologia no Brasil, e da formação da própria ANA. O GT Mulheres nasce nesse período, porém a discussão sobre mulheres e agroecologia é anterior a isso. Com a criação do grupo, a ideia era que ele pudesse, além de fazer uma intervenção na ANA, incidir também nas políticas públicas, em temas que iam desde a organização produtiva das mulheres rurais até as políticas de assistência técnica rural. Percebendo o tamanho do desafio de levar esse debate para todo o país, o grupo passou também a dialogar com articulações regionais.

Rita Teixeira lembrou que o primeiro projeto realizado em rede pelo GT foi o *Agroecologia em Rede*, com o qual, a partir de articulações regionais com organizações como o Movimento de Mulheres Camponesas e a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia, foi possível envolver as cinco regiões do país no debate sobre feminismo e agroecologia.

"Ó ABRE ALAS QUE AS MULHERES VÃO PASSAR.
COM ESSE ENA, MUITA COISA VAI MUDAR.
NOSSO LUGAR NÃO É NO FOGO OU NO FOGÃO.
A NOSSA CHAMA É A CHAMA DA REVOLUÇÃO."

2) CADERNETA AGROECOLÓGICA

Liliam Teles explicou que a caderneta é um instrumento metodológico elaborado para o monitoramento da renda monetária e não monetária da agricultura familiar e camponesa com o objetivo de dar visibilidade e valorizar a produção agroecológica, sobretudo das mulheres agricultoras. Com uma diagramação simples, a caderneta possui 6 colunas: 4 para anotar os itens cultivados e produzidos (consumiu, deu, trocou e vendeu), 1 pequena para anotar o valor atribuído à produção e 1 outra para apontar a quantidade de cada item produzido. Ela pontuou também como a caderneta é um instrumento revolucionário que pode transformar a vida das mulheres no que tange às relações familiares, ao mostrar que o trabalho das mulheres gera renda. Tais mudanças também podem ser vistas na relação com o Estado e com as políticas públicas.

Já **Vanilda**, quilombola do Vale do Ribeira, localizado na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, disse que o trabalho dos homens que enchem os sacos e os paióis é sempre visibilizado. Porém a produção do miúdo, do que a mulher produz para o consumo da família, o trabalho de guardar as sementes que são divididas e trocadas com vizinhos, não recebe reconhecimento. Quando ela começou a anotar seus dados na caderneta, percebeu o quanto produzia, a ponto de precisar de mais páginas para fazer as anotações. Como existe uma coluna para colocar o preço, ela percebeu que tinha que colocar um valor maior, porque o que produzia era de qualidade e livre de veneno. Para ela, a caderneta permite que o trabalho desenvolvido pelas mulheres, o trabalho que fica escondido, seja revelado e visibilizado.

A **pajé Vanda Makuxi**, de Roraima, que também utiliza a caderneta para sistematizar a sua produção, disse que produz artesanato e desenvolve a agricultura desde criança, mas nunca havia monitorado sua renda. A partir da caderneta, ela teve um controle da sua produção, aprendeu sobre a agroecologia e, hoje, multiplica o conhecimento junto a outras mulheres.

"A CADERNETA TÁ FALANDO ATÉ DEMAIS.
TUDO QUE PLANTEI, EU ANOTO, E ELA FALA.
A CADERNETA TÁ FALANDO ATÉ DEMAIS.
TUDO QUE VENDI, EU ANOTO, E ELA FALA.
SE PLANTEI COUVE, EU DEI.
SE PLANTEI MILHO, TROQUEI.
SE PLANTEI FEIJÃO, VENDEU.
SE CRIEI GALINHA, COMEU [...]"

3) *CAMPANHA PELA DIVISÃO JUSTA DO TRABALHO DOMÉSTICO*

A *Campanha Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico* foi um dos resultados do processo de construção coletiva do Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) – Feminismo e Agroecologia, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2017 por agricultoras, universidades, assessoras técnicas de Ater de organizações feministas e mistas de todos os estados do Nordeste. A campanha nasceu da necessidade de se discutir com toda a sociedade a divisão desigual do trabalho de cuidados e as consequências disso na vida das mulheres, propondo uma mudança social: o compartilhamento das tarefas entre as pessoas que moram na mesma casa.

Ao longo do processo de construção da campanha, as pessoas envolvidas tiveram a preocupação de fazer um movimento que ajudasse a problematizar as ações de assessoria técnica a partir de um olhar sensível para as desigualdades de gênero. Segundo **Laeticia Jalil**, a invisibilidade do trabalho das mulheres e o não reconhecimento das atividades realizadas como trabalho – por exemplo, o cuidado com o quintal – são um impeditivo para que as mulheres acessem as políticas públicas. O trabalho realizado pelas mulheres é invisível para as ações de Ater, para o gestor público, para os técnicos das organizações. No entanto, é um trabalho cansativo e é fundamental para a reprodução da vida. Isso acarreta impactos concretos na vida das mulheres, como dificuldades de participar de encontros e reuniões.

Conforme disse **Gabriela Monteiro**, a campanha nasceu do diálogo com várias pessoas e tem a intenção de interagir com as condições materiais de vida das mulheres. Já **Ana Paula Ferreira** lembrou que todo o material da campanha pode ser livremente reproduzido e distribuído.

"PISA LIGEIRO, PISA LIGEIRO.
QUEM NÃO PODE COM AS MULHERES
NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO.
PISA LIGEIRO, PISA LIGEIRO.
QUEM CONSTRÓI O FEMINISMO MUDA O PAÍS INTEIRO."

VOZES DA PLENÁRIA

> *“A agricultura urbana ainda é invisibilizada dentro das discussões sobre agroecologia. No entanto, pensar nas cidades também como local de produção de alimentos é fundamental para o debate sobre segurança e soberania alimentar.*

Edjane, Centro de Medicina Popular (PE)

> *“A questão racial é importante, precisamos ter a representação de mulheres negras na agroecologia. Não podemos invisibilizar nossa resistência negra, e há a proposta do* Sem Feminismos, Não Há Agroecologia*, porque somos muitas. As mulheres negras são mortas de maneiras mais violentas, e estas mulheres estão presentes e lutando de diversas formas, por isso falamos de feminismos. O GT não pode fechar o olho para isso. Propomos que, “Sem Feminismos* [frisou o plural]*, Não Há Agroecologia”.*

Moradora de uma ocupação urbana no Rio de Janeiro

> *“O que eu queria falar mesmo era da caderneta. Eu comecei a anotar à mão e acho que não vou mais parar. Eu comecei a anotar para mostrar a esse sistema o que nós produzimos. Nós não podíamos pegar nem crédito. Mas eu consegui provar para mim mesma que eu produzo, consegui mostrar para minha família que eu produzo. Quero continuar anotando para mostrar para os meus netinhos que a gente produz comida boa, comida de qualidade.*

Carmem Munarini, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Chapecó (SC)

> *“Venho pedir intervenção para falar sobre os problemas de saúde que atingem as mulheres negras, como a anemia falciforme. Acho que temos que fortalecer essa pauta dentro do debate sobre a agroecologia.*

Rita da Paz (PE)

“Nós fizemos um encontro de mulheres assentadas e firmamos a mesma proposta: nenhum direito a menos! Não queremos que mexam nas aposentadorias, precisamos manter o salário-maternidade. Se existe um povo sem direito, o governo não pode ter paz.

Adélia, Araras (SP)

“Sou agricultora. Não sou muito reconhecida na minha casa, mas sou reconhecida por vocês. Eu comecei a fazer as cadernetas antes do projeto. As pessoas falavam que eu não poderia tirar DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf] porque eu não era agricultora. Eu comecei a anotar e, em 6 meses, tirei a minha DAP. A maioria das agricultoras de Magé são mulheres, mas são os homens que tiram o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar].

Juliana de Medeiros Diniz (Dona Juju), GT-Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) – Magé (RJ)

“Para chegar até aqui no ENA, com a questão da greve das/os caminhoneiras/os, faltou combustível em todos os locais, inclusive na cidade onde eu moro. Eu queria chegar na BR-232 para pegar o carro até o Pajeú. Da cidade até a BR, são 12 km; da comunidade até a cidade, são mais 5 km. São 17 km ao todo. Tive que ir de bicicleta [...]. Mas não importa, porque, no final, estou participando do ENA.

Maria José (Mazé), Comunidade Quilombola de Mirandiba (PE)

“Queria fazer uma pergunta sobre as políticas para as mulheres lésbicas no campo que sofrem com o estupro coletivo na saída de casa. Queria saber se existe esse debate dentro da agroecologia e se esse debate está presente nas discussões da ANA. Essas mulheres constroem agroecologia, e não vejo esse debate.

Isabella Leal, Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (MG)

“*Queria socializar a experiência das mulheres agricultoras da Paraíba, do Polo da Borborema, onde somos 14 organizações atuando no território. Há desafios nas nossas instituições de entenderem que direitos são de mulheres e homens e as responsabilidades também. É a partir desse lema que temos que voltar para nossas comunidades, para nossas igrejas, para levar a campanha* [pela Justa Divisão do Trabalho Doméstico]. *A maioria das mulheres agricultoras faz tudo, são as primeiras a acordar e as últimas a dormir. [...] Lá levamos a experiência da campanha através do teatro.*

Moradora do Polo da Borborema (PB)

“*Ontem, pude ver, ouvir e sentir durante a Plenária das Mulheres e vim aqui fazer um comunicado. Foi justamente com essa preocupação de integrar as mulheres nas atividades do ENA que foi criada a* Ciranda. *Então queria dizer para as mulheres que elas podem deixar suas crianças conosco, a partir dos 4 anos, a partir das 8h da manhã, e também estamos discutindo corpo, afeto e sociedade para falar sobre sexo e sexualidade para crianças a partir de 10 anos. Serve para começar a ensinar às crianças sobre assédio sexual, sobre o próprio corpo.*

Luana (MG)

“*Eu não estive na Plenária das Mulheres porque viemos do Acre e, para a gente, o acesso é bem difícil. Vim aqui falar sobre a história das mulheres negras. Quando ouvimos falar da Amazônia, nunca ouvimos falar das mulheres negras. Temos que falar também da mulher camponesa, a agricultora dessa região que se reconhece como negra. Queria muito que a minha filha estivesse aqui escutando tudo [...] A primeira vez da minha vida que vi uma apresentação quilombola foi aqui. E ver uma ação quilombola mexeu muito comigo.*

Gabriela (AC)

> *“Gostei muito do que aprendi aqui. Sou a prova viva do preconceito contra a mulher. Sou mãe de três filhas, e uma delas engravidou de um homem branco e foi abandonada.*
>
> Desuita dos Santos Silva, Jacobina (BA)

> *“A preparação do ENA foi uma trabalheira danada, foi muito duro construir esse Encontro em uma conjuntura completamente adversa para nós [...]. Nós não podemos mais permitir que essa estrutura de desigualdade continue existindo na agroecologia. É necessário reafirmamos a ideia de que, “Se tem racismo, não há agroecologia!”.*
>
> Luiza (PE)

> *“É muito bom estar em um espaço construído por mulheres e para as mulheres. Os espaços mistos são importantes, mas é fundamental termos espaços construídos por nós. [...] Temos o desafio de trazer o feminismo em espaços como a Articulação Semiárido Brasileiro, as mulheres precisam estar nesses espaços, dando pitacos. [...] No ENA passado, tivemos a ocupação da Embrapa pelas mulheres, e foi uma ação importante na luta contra os transgênicos.*
>
> Maria Elza (PB)

REFLEXÃO COLETIVA

OS SENTIDOS DO LEMA *SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA*

Miriam Nobre lembrou que o lema *Sem Feminismo, Não Há Agroecologia* surgiu em um momento de conflito, quando era necessário pautar a experiência das mulheres dentro do movimento agroecológico. Para ela, o conflito representa a possibilidade de enfrentar coletivamente uma questão e gerar mudanças, sendo o estopim para ações de criatividade e solidariedade.

Partindo da compreensão de que o feminismo é a ideia radical de que as mulheres são gente, é necessário avançar na discussão sobre uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados, uma vez que as mulheres assumem quase que integralmente essas tarefas

na família e na sociedade, especialmente as mulheres negras e indígenas. A ideia é tornar visível a vida das mulheres, para que suas ações possam ser valorizadas em todos os espaços, seja no trabalho ou em suas comunidades.

Os lugares de trabalho das mulheres desaparecem diante do poder público; por isso, é necessário que, ao mesmo tempo que se visibilize esses espaços, haja também uma maior divisão de tarefas. Nesse contexto, é importante questionarmos como podemos, através da agroecologia, problematizar esse debate, lembrando que as mulheres querem poder decidir também sobre as questões familiares e a divisão da renda. Uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados permite que as mulheres possam ser mais ativas politicamente e estar em lugares como o ENA, por exemplo.

A frase *Não Matem as Formigas e Não Maltratem as Mulheres*, lema do II ENA, foi retomada no seminário, fazendo um paralelo sobre como a violência cotidiana impacta a vida das mulheres. A agroecologia, ao trazer a discussão sobre a integridade dos territórios, precisa considerar que o corpo das mulheres também é um território a ser defendido.

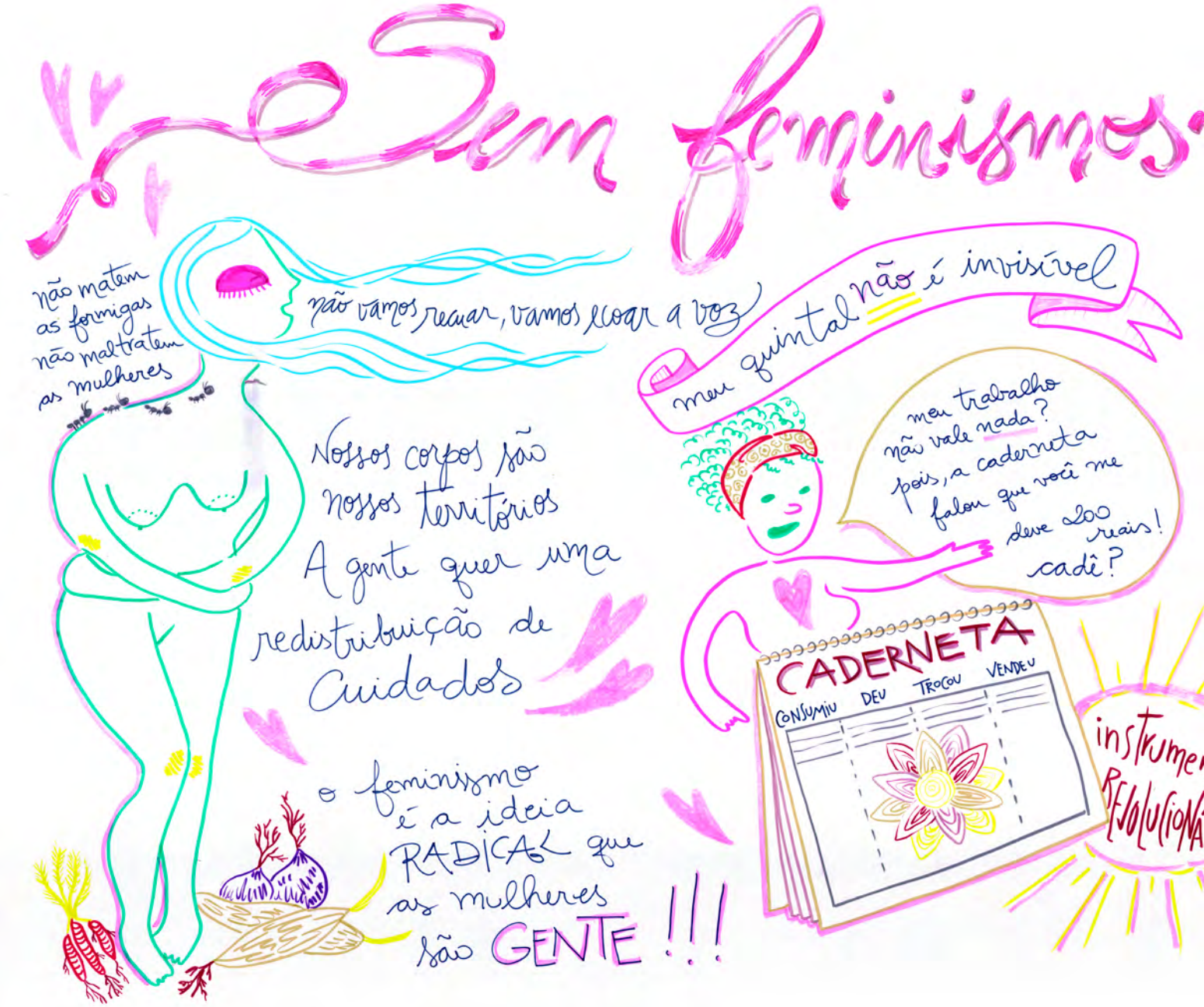
Muitas mulheres e homens se utilizam de "falsas soluções" para lidar com a questão do tempo e da alimentação: comidas congeladas, enlatadas, etc. Mas isso esconde outro debate: contra os transgênicos e sobre soberania e segurança alimentar, tanto no campo quanto na cidade. Se os trabalhos não são visibilizados e compartilhados, não é possível avançar no debate sobre uma alimentação de qualidade para todas e todos.

Durante o debate, as mulheres trouxeram diversas questões, como a necessidade da construção de um feminismo plural que incorpore a luta antirracista, a atual conjuntura e a reafirmação de que é necessário lutar contra os retrocessos e a perda de direitos.

DENÚNCIAS

- As mulheres presentes no seminário denunciaram o desmonte sistemático de políticas públicas a partir do golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff.
- Denunciaram também o racismo estrutural e a falta de reconhecimento dos direitos de povos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.
- Além disso, apontaram a necessidade de aprofundamento do debate relativo à divisão sexual do trabalho e a políticas públicas de Ater e crédito que incorporem o debate sobre gênero.

"NENHUM DIREITO A MENOS!
FORA, TEMER, LULA LIVRE!
SE TEM RACISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!
SE TEM VIOLÊNCIA, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!
SE TEM MACHISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!
SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!"




não há Agroecologia
campanha
PELA DIVISÃO
JUSTA
DO TRABALHO DOMÉSTICO
Eu provei pra mim mesma, minha família e para os políticos machistas da região que eu produzo sim, e muito !!
direitos são para homens e mulheres
Responsabilidades também
A sobrecarga é um impeditivo para a mulher participar da vida política
e não sobra tempo para o autocuidado
Queremos fomento para as mulheres que nos empodere sendo já somos rainhas
vamos combinar, feminista tem que ter dinheiro!
Queremos mais homens nos nossos espaços sendo nossos telespectadores
Quero ver a mulher camponesa do interior se reconhecer negra
porque com RACISMO não há agroecologia
Eu quero ser quem sou
Eu tenho meu valor
e esse não tem preço
IV ENA
01 · JUNHO · 18
Belo Horizonte - MG

AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS



O seminário Agrotóxicos e Transgênicos no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) abordou quatro eixos. O primeiro deles se referiu ao desafio da produção de sementes crioulas de milho frente à contaminação dos transgênicos. O segundo eixo abordou a pulverização aérea de agrotóxicos, que vem sendo utilizada como arma química contra comunidades indígenas e camponesas, bem como apresentou casos de municípios que conseguiram banir a pulverização aérea e que tiveram, com isso, ganhos em sua produção agroecológica. O terceiro eixo abordou o uso de agrotóxicos em regiões urbanas e metropolitanas. Apesar de ser uma realidade em muitas cidades do Brasil e de trazer sérios perigos à população, a produção agrícola com uso intensivo de venenos dentro ou nas proximidades de grandes aglomerações urbanas ainda é um tema pouco estudado. Finalmente, o quarto eixo tratou da questão das abelhas e polinizadores impactados pelo agronegócio e das iniciativas de resistência que estão sendo organizadas.

O seminário apresentou ainda uma carta-denúncia sobre os casos de perseguição de pesquisadores e militantes que se posicionam contra os agrotóxicos e em defesa da vida.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

* Organizado pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, pelo Grupo de Trabalho sobre Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia (GT ABA Agrotóxicos e Transgênicos) e pelo GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o seminário foi coordenado por Alan Tygel e Fran Paula.

* Alan iniciou o seminário resumindo o histórico da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, que há sete anos atua na denúncia dos impactos dos agrotóxicos e no anúncio da agroecologia. Além disso, aglutina as lutas contra os agrotóxicos construídas com diversos sujeitos sociais, tais como grupos de pesquisadoras/es e de agricultoras/es.

* Em seguida, houve apresentação de quatro experiências relacionadas à temática de agrotóxicos e transgênicos e uma roda de conversa com todos os participantes.



EXPERIÊNCIAS

1) A QUESTÃO DA PULVERIZAÇÃO AÉREA – A FORMA MAIS AGRESSIVA E PERIGOSA – VERDADEIRA ARMA QUÍMICA UTILIZADA NA APLICAÇÃO DOS AGROTÓXICOS

A moradora de Caarapó (MS) disse que participa das retomadas de aldeias que recebem ataques com agrotóxicos. Ela afirmou que as aldeias estão no meio das plantações de soja e de cana e que a população está com muitas doenças. *"Quando vamos ao posto de saúde, escutamos muitos relatos de dores de cabeça e de barriga que achamos que estão associados à contaminação por veneno."*

O representante da Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms), morador de Glória de Dourados (MS), contou que a associação entrou na Justiça e acionou o Ministério Público para tratar sobre os prejuízos devido à morte dos bichos-da-seda. A causa seria a contaminação em decorrência da pulverização aérea de agrotóxicos. O promotor Marco Antônio, do município de Dourados, sugeriu, além do ressarcimento, a criação de uma lei que proíba essa prática no município. O Projeto de Lei municipal nº 016/2016, que "Dispõe sobre a proibição do uso de pulverização aérea de agrotóxicos no município de Glória de Dourados", foi discutido e aprovado no fim de 2016. Muitas foram as discussões sobre a temática, que tem prejudicado em grandes proporções as atividades da agricultura familiar, em especial os sericicultores (criadores do

bicho-da-seda). Mesmo com a lei, observou-se que os bichos continuam morrendo porque a deriva da pulverização nos municípios vizinhos está chegando a Glória de Dourados. O representante da Apoms ressaltou que muitos dos agrotóxicos utilizados no Mato Grosso do Sul chegam pelo Paraguai na forma de contrabando e concluiu dizendo que a associação está organizando um seminário sobre segurança alimentar.

2) RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DE SEMENTES CRIOULAS – OS DEBATES DOS AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS ANDAM JUNTOS, POIS FAZEM PARTE DO MESMO PACOTE

Philipe Caetano, do Movimento Camponês Popular (MCP) / Sergipe e Nacional, explicou que o movimento surgiu em 2008, em Goiás, e se nacionalizou em 2012. O MCP tem como objetivo organizar as famílias para lutar pelos seus direitos e fortalecer a autonomia camponesa, livrando-se da dependência da aquisição de sementes e insumos do agronegócio. Então, a ideia principal é a autonomia na cadeia produtiva como desafio para o poder popular. A semente crioula faz parte da história das/os camponesas/es, e cada camponesa/ês possui uma variedade de sementes que garante uma identidade a partir dessa variedade. Nos últimos anos, tentam tirar isso da/o camponesa/ês, introduzindo a semente híbrida e, mais recentemente, os transgênicos.

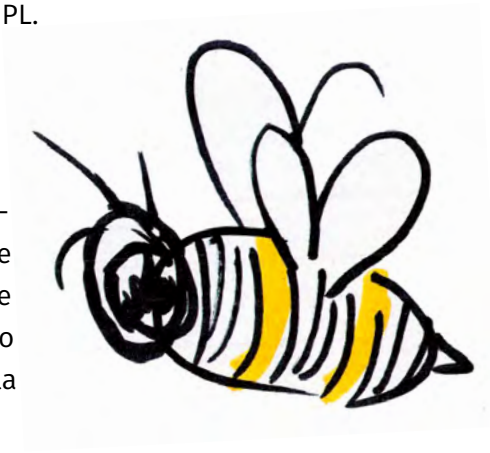
A experiência em Sergipe já resgatou mais de 20 variedades de milho e 15 de feijão. O processo de resgate inclui a identificação das/os guardiãs/ões das sementes crioulas e a realização dos ensaios participativos de sementes crioulas para que cada camponesa/ês veja qual é a melhor variedade. As/os guardiãs/ões fazem a produção de sementes nos campos de reprodução. Para armazenamento, estimula-se a organização de bancos comunitários e individuais. Organizam, ainda, cursos para melhorar o manejo e,



consequentemente, a qualidade do processo. Para a comercialização, há a iniciativa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Sementes).

O MCP também tem atuado junto ao governo do estado para que adquira as sementes crioulas em vez de investir um montante de mais de 4 milhões na compra das espécies comerciais (híbridas e transgênicas). *"Com a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, estamos sendo perseguidos nesse processo do PAA Sementes. Um risco para o processo é o Registro Nacional de Sementes e Mudas (Renasem), pois antes não havia necessidade desse registro. Essa exigência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pode inviabilizar a iniciativa"*, explicou Philipe.

Julia Rosa Ferreira, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), alertou sobre a proposta que está circulando no Senado para retirar a rotulagem dos transgênicos nos alimentos processados. Os produtores terão que fazer uma análise para provar que o alimento não é transgênico, por exemplo. Há uma petição *online* que já tem mais de 20 mil assinaturas contra o que ficou conhecido como o PL do Heinze. Julia ressaltou a importância de manter a campanha de assinaturas contra o PL.



3) A QUESTÃO DAS ABELHAS

Um agricultor da Comunidade Mutuca, Nossa Senhora do Livramento (MT), relatou que perdeu 14 caixas de abelhas e que foi conversar com o fazendeiro produtor de soja, mas este disse não ter nada a ver com isso. Em relação à contaminação das águas, o fazendeiro também disse que não utiliza aquela água e ainda o expulsou de sua propriedade.

Um representante do MST acampado em Paracambi (RJ) denunciou que o uso do Roundup (herbicida fabricado pela Monsanto cujo princípio ativo é o glifosato) para capinar está matando as abelhas. Ele relatou que já perdeu 15 caixas de abelhas e que, se elas forem dizimadas, a humanidade terá quatro anos de vida. *"Somos feitos também de microrganismos"*, concluiu.

4) O USO DE AGROTÓXICOS EM REGIÕES URBANAS

Um agricultor do Assentamento Ho Chi Minh, do MST, no município de Nova União (MG), relatou que a fazenda vizinha ao assentamento possui uma produção de banana-caturra que é feita com uso de agrotóxicos, em especial o Roundup. Ele contou que os casos de intoxicação não apareciam no Posto de Saúde e que os problemas derivados da contaminação estão aparecendo na forma de doenças respiratórias.

Marilda Quintino Magalhães, da Articulação de Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Amau), ressaltou os problemas decorrentes da falta de respeito aos prazos de carência do uso de agrotóxicos.

Edmar Gadelha, da Emater de Minas Gerais, falou sobre a existência da Lei Estadual de Agroecologia e sobre o processo de elaboração do *Plano Estadual de Redução de Agrotóxicos*. Por meio de um decreto publicado pelo governador, 15 instituições do estado de Minas Gerais elaboraram um plano que conta com 5 eixos de ação para a redução do uso de agrotóxicos no estado. A expectativa era que o governo fizesse o despacho de aprovação e o lançamento do Plano durante o IV ENA.

VOZES DA PLENÁRIA

> *"São importantes as parcerias com a campanha, com a Fiocruz e com os territórios. O Inca apoia a luta contra os agrotóxicos, já que 80% dos cânceres são de fatores ambientais. O câncer é uma doença determinada socialmente, e nosso modo de vida é dominado pelo modelo de sociedade. Temos de pensar parcerias, ver o que podemos desenvolver em conjunto nesse tema. Estamos com o* Projeto Casimiro de Abreu *e com uma exposição fotográfica sobre a experiência agroecológica no Rio de Janeiro.*
>
> Fernanda, Instituto Nacional de Câncer (Inca)

> *"A nossa luta contra o capitalismo e os agrotóxicos e os transgênicos é sem fronteiras! Um saludo para todos.*
>
> Ramon Eskivel, Organización de Lucha por la Tierra (OLT), Paraguai

“*O PL* [do veneno] *pode ser votado no dia 6, utilizando esse momento que o país está vivendo e a nossa dificuldade de atuar em vários* fronts. *O relatório organizado mostra o quanto são falaciosos os dados que eles mostram para enganar a população.*

Marco Antônio Delfino de Almeida, procurador do MPF

“*Há vários países lutando pela mesma coisa: a soberania alimentar. Então, podemos nos juntar em uma luta unida e forte: Fora, Monsanto!*

Andrea Garcia, Plataforma Fuera Monsanto (em guarani)

“*Teresópolis, uma das cidades que mais usam agrotóxicos no Rio de Janeiro, tem três Unidades de Conservação que são superimportantes. Há uma ocorrência considerável de câncer, de suicídio. Temos de ocupar os espaços de participação popular e político-institucionais.*

Conrado, Associação Agroecológica de Teresópolis (RJ)

“*As sementes guardadas nas unidades federais foram tomadas dos agricultores e, nos laboratórios, são utilizadas para fazer as transgênicas.*

Roberto

“*Os venenos, os inseticidas e os agrotóxicos para destruir a população humana já foram muito utilizados no Brasil. Na entrada para o Centro-Oeste, usavam os agrotóxicos para facilitar o trabalho, e, na Guerrilha do Araguaia, teve pelo menos uma tribo indígena que foi dizimada.*

Ana Maria Tambeline, professora

> *É preciso apoiar as comunidades nas regiões de plantio de soja no Tocantins. Há contaminação, inclusive com mortes.*
>
> CPT (TO)

> *Minas Gerais, além de berço do agronegócio, também é um bastião de resistência.*
>
> Marilda, Belo Horizonte (MG)

> *Para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), agrotóxicos e transgênicos têm de ser olhados de uma maneira geral, pois são contrários a tudo que propomos. O terceiro encontro do MPA definiu que só o basta não dá conta. O movimento vem construindo um plano para a agricultura camponesa. Mesmo com o plano, são muitos desafios: resgate da semente, armazenamento, comercialização. Sem semente, não tem campesinato nem agricultura sustentável.*
>
> José Carlos, MPA (RO)

ELEMENTOS DO DEBATE

O Projeto de Lei nº 6.299/2002 (PL do Veneno), que altera a lei de agrotóxicos, foi criado por Blairo Maggi e é um ajuntamento de vários projetos. Constituiu-se no Congresso Nacional por meio de um relator que fez um novo projeto com o pior de tudo o que existia.

Na audiência pública, não chamaram as pessoas que eles não tinham interesse de ouvir. E fizeram um relatório como se tivessem ouvido. A comissão especial que analisa o PL do Veneno é majoritariamente da bancada ruralista, financiada pela indústria do veneno e do agronegócio. A Abrasco, para não se omitir e poder incidir sobre o processo, organizou outro dossiê, em que reúne mais de 20 notas técnicas que questionam o PL. A boa ciência e a técnica comprometida não estão tendo espaço.

CHEGADEAGROTOXICOS.ORG.BR => MAIS DE 250 MIL ASSINATURAS, CONJUNTO AMPLO DE ORGANIZAÇÕES QUE ENTENDERAM QUE ESSA LUTA TEM DE SER MAIS AMPLA.

Outra boa notícia é o início dos trabalhos da comissão especial da Câmara dos Deputados criada para analisar o Projeto de Lei nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara). O PL prevê medidas que estimulem a diminuição progressiva do uso de agrotóxicos e promovam práticas sustentáveis como a agroecologia.

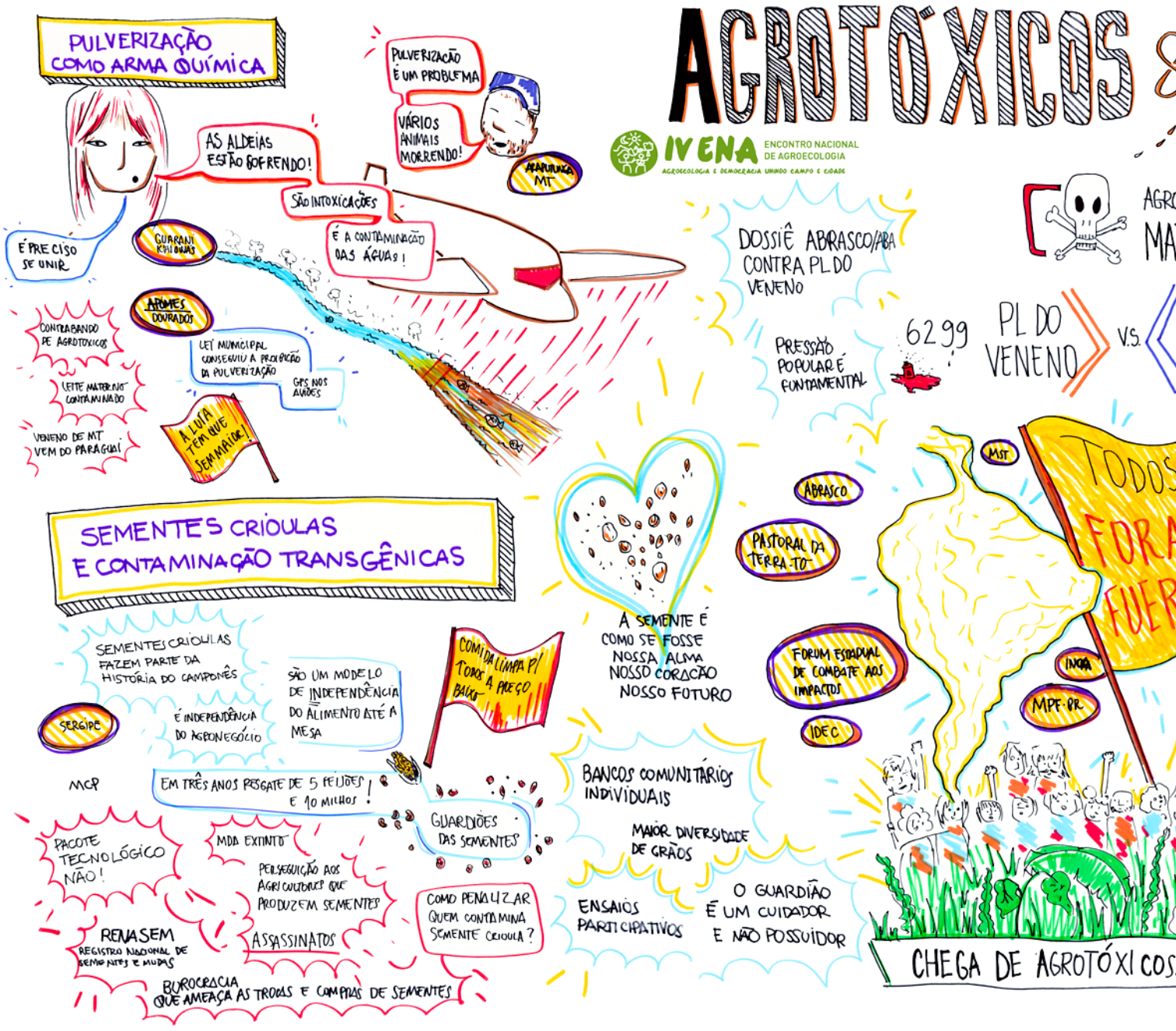
PROPOSTAS

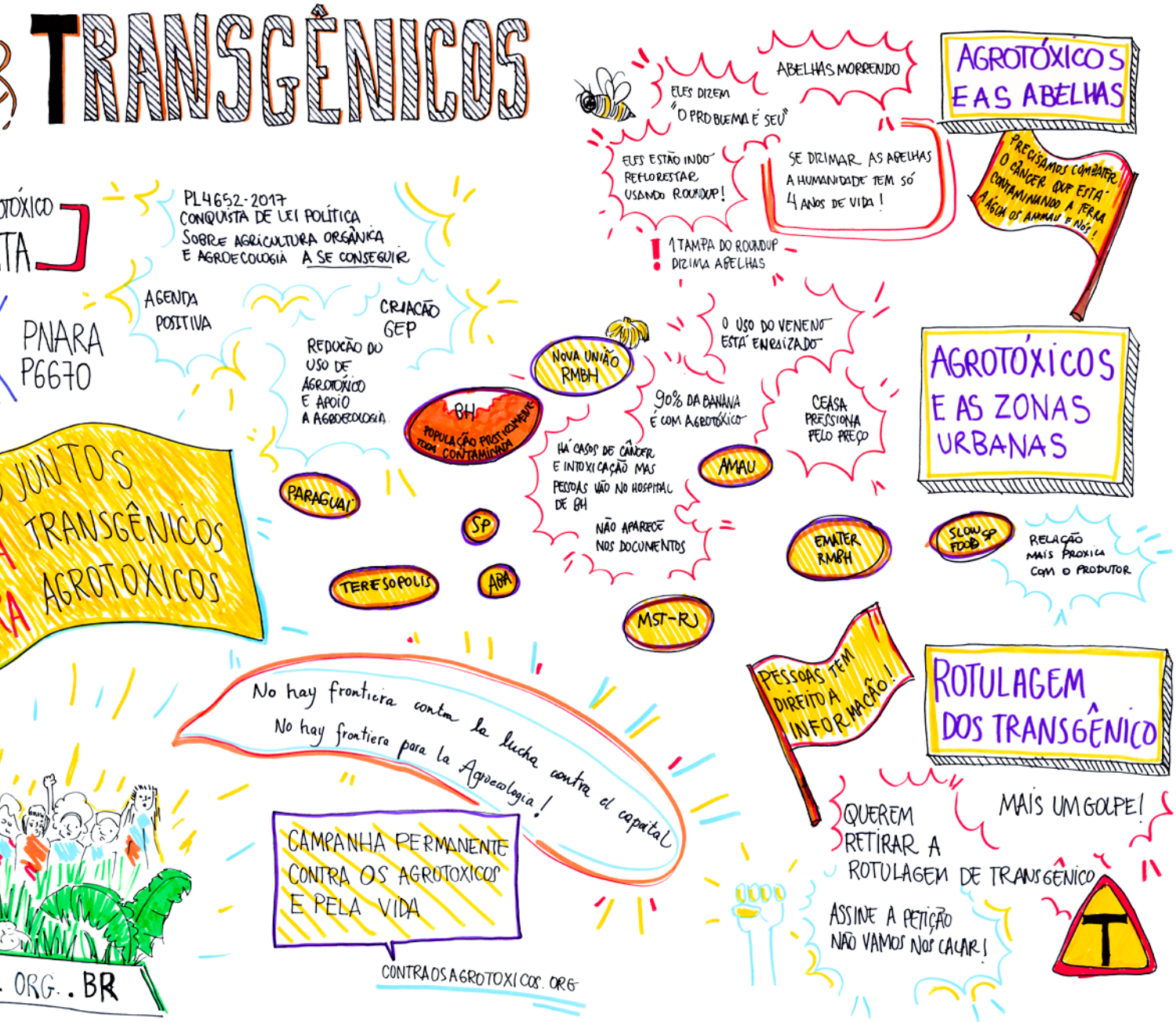
- Barrar a proposta de exigência do Registro Nacional de Sementes e Mudas (Renasem) para os agricultores comercializarem suas sementes crioulas.
- Barrar o PL do Veneno (Projeto de Lei nº 6.299/2002) e aprovar o PL da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara) (Projeto de Lei nº 6.670/2016).
- Criar leis e normas para proteger a/o agricultora/or que cultiva sementes crioulas, uma vez que, atualmente, essa/e agricultora/or é a/o responsável por controlar o risco de contaminação de suas sementes.
- Barrar a alteração da rotulagem de alimentos transgênicos no Congresso.
- Pressionar o governador Fernando Pimentel, do estado de Minas Gerais, para que aprovasse o Pnara mineiro.

ENCAMINHAMENTOS

- Registrar os problemas oriundos da contaminação por agrotóxicos e fazer denúncia ao Ministério Público.
- Buscar formas de fortalecer a unidade nas lutas.
- Potencializar as petições e consultas *on-line*.




AGROTÓXICOS &
IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE
PULVERIZAÇÃO COMO ARMA QUÍMICA
AS ALDEIAS ESTÃO SOFRENDO!
É PRECISO SE UNIR
PULVERIZAÇÃO É UM PROBLEMA
VÁRIOS ANIMAIS MORRENDO!
ARARUNA MT
SÃO INTOXICAÇÕES
É A CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS!
GUARANI KAIOWAS
ARROMES DOURADOS
CONTRABANDO DE AGROTÓXICOS
LEITE MATERNO CONTAMINADO
VENENO DE MT VEM DO PARAGUAI
LEI MUNICIPAL CONSEGUIU A PROIBIÇÃO DA PULVERIZAÇÃO
GPS NOS AVIÕES
A LUTA TEM QUE SEMPRE MAIOR!
DOSSIÊ ABRASCO/ABA CONTRA PL DO VENENO
PRESSÃO POPULAR É FUNDAMENTAL
6299
PL DO VENENO
V.S.
SEMENTES CRIOULAS E CONTAMINAÇÃO TRANSGÊNICAS
SEMENTES CRIOULAS FAZEM PARTE DA HISTÓRIA DO CAMPONÊS
SÃO UM MODELO DE INDEPENDÊNCIA DO ALIMENTO ATÉ A MESA
É INDEPENDÊNCIA DO AGRONEGÓCIO
SERGIPE
MCP
COMIDA LIMPA P/ TODOS A PREÇO BAIXO
EM TRÊS ANOS PEGATE DE 5 FEIJÕES E 10 MILHOS!
GUARDIÕES DAS SEMENTES
PACOTE TECNOLÓGICO NÃO!
MDA EXTINTO
PERSEGUIÇÃO AOS AGRICULTORES QUE PRODUZEM SEMENTES
ASSASSINATOS
RENASEM
REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS
BUROCRACIA QUE AMEAÇA AS TROCAS E COMPRAS DE SEMENTES
COMO PENALIZAR QUEM CONTAMINA SEMENTE CRIOULA?
A SEMENTE É COMO SE FOSSE NOSSA ALMA NOSSO CORAÇÃO NOSSO FUTURO
BANCOS COMUNITÁRIOS INDIVIDUAIS
MAIOR DIVERSIDADE DE GRÃOS
ENSAIOS PARTICIPATIVOS
O GUARDIÃO É UM CUIDADOR E NÃO POSSUIDOR
ABRASCO
PASTORAL DA TERRA-TO
FORUM ESTADUAL DE COMBATE AOS IMPACTOS
IDEC
MST
INCRA
MPF-PR
TODOS FORA FORA
CHEGA DE AGROTÓXICOS


TRANSGÊNICOS
PL4652-2017
CONQUISTA DE LEI POLÍTICA
SOBRE AGRICULTURA ORGÂNICA
E AGROECOLOGIA A SE CONSEGUIR
AGENDA POSITIVA
CRIAÇÃO GEP
REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICO E APOIO A AGROECOLOGIA
PNARA
P6670
JUNTOS TRANSGÊNICOS AGROTOXICOS
PARAGUAI
BH
POPULAÇÃO PRATICAMENTE TODA CONTAMINADA
SP
TERESOPOLIS
ABA
MST-RJ
No hay frontiera contra la lucha contra el capital
No hay frontiera para la Agroecologia!
CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTOXICOS E PELA VIDA
CONTRAOSAGROTOXICOS.ORG
. ORG . BR
ABELHAS MORRENDO
ELES DIZEM "O PROBLEMA É SEU"
ELES ESTÃO INDO REFLORESTAR USANDO ROUNDUP!
SE DIZIMAR AS ABELHAS A HUMANIDADE TEM SÓ 4 ANOS DE VIDA!
1 TAMPA DO ROUNDUP DIZIMA ABELHAS
AGROTÓXICOS E AS ABELHAS
PRECISAMOS COMBATER O CÂNCER QUE ESTÁ CONTAMINANDO A TERRA A ÁGUA OS ANIMAIS E NÓS!
NOVA UNIÃO RMBH
O USO DO VENENO ESTÁ ENRAIZADO
90% DA BANANA É COM AGROTÓXICO
CEASA PRESSIONA PELO PREÇO
HÁ CASOS DE CÂNCER E INTOXICAÇÃO MAS PESSOAS VÃO NO HOSPITAL DE BH
NÃO APARECE NOS DOCUMENTOS
AMAU
AGROTÓXICOS E AS ZONAS URBANAS
EMATER RMBH
SLOW FOOD SP
RELAÇÃO MAIS PROXIMA COM O PRODUTOR
PESSOAS TEM DIREITO A INFORMAÇÃO!
ROTULAGEM DOS TRANSGÊNICO
QUEREM RETIRAR A ROTULAGEM DE TRANSGÊNICO
MAIS UM GOLPE!
ASSINE A PETIÇÃO NÃO VAMOS NOS CALAR!

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS



Os circuitos curtos de comercialização e os sistemas de caráter local passam por um processo de construção social que permite que as famílias de agricultoras/es e consumidoras/es envolvidas/os alcancem níveis cada vez maiores de autonomia. Isso passa pelo acesso aos canais de comercialização já existentes, mas principalmente pela construção e pelo controle social de novos circuitos de comercialização de seus produtos, independentemente das grandes redes transnacionais de distribuição e varejo.

Esse seminário pretendeu, a partir do que vem sendo posto em prática por milhares de famílias que trabalham sob os princípios agroecológicos, analisar o cenário e apontar possibilidades para o fortalecimento desse esforço coletivo. Um olhar atento sobre três experiências significativas e um debate entre as/os participantes foi o meio utilizado para lançar luzes sobre os caminhos que devem, a partir de agora e no contexto vivenciado, ser trilhados.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

- Contextualização do tema *Construção Social de Mercados.*
- Apresentação das experiências, tendo como roteiro os seguintes pontos:
  - Nome da experiência, local, território, estado/região.
  - Contextualização (surgimento/concepção e articulação da experiência).
  - Desenvolvimento (avanços e desafios na construção social e relação com os mercados).
- Debate em plenária.
- Síntese do seminário.

O seminário teve cantos e poesias nos intervalos das intervenções e participações.



EXPERIÊNCIAS

1) REDE ESPAÇO AGROECOLÓGICO – FEIRAS (PE)

Davi Fantuzzi, do Centro Sabiá, falou sobre o envolvimento das comunidades e dos municípios e do apoio dado pelo Sabiá para a rede de feiras agroecológicas no Recife e apresentou **Carla** e **Maria José** como protagonistas da ação e mobilização da Rede Espaço Agroecológico. A dupla reconheceu o apoio do Centro Sabiá e contou como a feira surgiu há 25 anos, na cidade de Bom Jardim, distrito de Umari. Inicialmente, não houve adesão da população do município, desestimulando as/os produtoras/es agroecológicas/os. A proposta de articulação com outras organizações e grupos produtivos de 14 municípios (Bom Jardim, Gravatá, Chã Grande, Abreu e Lima, Lagoa de Itaenga, Igarassu, Vitória de Santo Antão, São Lourenço da Mata, Feira Nova, Itamaracá, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Paulista) fez com que a feira fosse transferida, em 2015, para o Recife (PE).

A articulação resultou na Rede Espaço Agroecológico, que passou a tomar decisões em assembleias com gestão feita pelas/os agricultoras/es. O grupo padronizou marca, barracas, tabela de preço, produção/comercialização. Atualmente, a rede de feiras é composta por 7 associações, que representam 245 famílias, incluindo a agricultura urbana, que produz fitoterápicos, com importante participação de mulheres e jovens (39% do total). Ao longo de sua trajetória, a Rede vem fortalecendo estratégias de comercialização direta ao consumidor. Há a necessidade de melhor compreender o desempenho econômico das feiras, que movimentam cerca de R$ 1.200.000,00/ano. Essa informação precisa ser visibilizada para credibilizar as iniciativas coletivas e autogestionárias de comercialização, na perspectiva da geração de renda.

Entre os ganhos, Carla e Maria José destacam o comércio justo, o abastecimento de alimentos da agricultura familiar, a saúde, a segurança alimentar, as relações entre quem produz e quem consome. Elas apontam dois fatores limitantes para a ampliação da rede: 1) a ausência de pertencimento de algumas famílias das associações que fazem parte da rede, que não se sentem integrantes por não participarem das feiras e/ou da gestão da rede; e 2) a falta de assessoria no trabalho cotidiano.

"CAMPO E CIDADE JUNTOS A LUTAR POR DEMOCRACIA POPULAR."

2) A CERTIFICAÇÃO PELO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DA REDE ECOVIDA; A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA (AOPA/COAOPA); E O DEBATE SOBRE A AMPLIAÇÃO DE 40% PARA 100% REFERENTE À OBRIGATORIEDADE DA COMPRA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PREVISTA EM LEI ESTADUAL DO PARANÁ

Apresentada por **Carina**, da Rede Ecovida, a experiência destacou a certificação participativa como uma possibilidade de regulamentar a produção orgânica e agroecológica. Há três formas de regularização da produção orgânica reconhecidas pelos órgãos de controle e fiscalização: 1) a Certificação por Auditoria, em que a/o agricultora/or paga pela análise dos produtos; 2) o Sistema Participativo de Garantia (SPG), com relações horizontais de corresponsabilidade entre produtoras/es, técnicas/os e consumidoras/es, que se consolida por meio de visitas, reuniões e plenárias. O SPG é reconhecido como uma conquista das/os agricultoras/es junto aos órgãos de controle e fiscalização; e 3) a Organização de Controle Social, em que pequenas/os agricultoras/es orgânicos, de produção familiar, comercializam sua produção através dos circuitos curtos, em feiras e comunidades, sob autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A Aopa/Coaopa é certificada pelo Sistema Participativo de Garantia, reconhecida pelo órgão de fiscalização como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac). O sistema agrega cerca de 4 mil famílias certificadas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Conta com reuniões mensais de grupos produtivos e bimestrais de núcleos municipais. Desenvolve visitas e trocas de informações e conhecimento, firmadas em ata e apresentadas ao Mapa. O SPG promove a isenção da contratação de terceiros, pois as/os próprias/os agricultoras/es certificam os produtos orgânicos da Rede junto a organizações parceiras e consumidoras/es.

Cerca de 300 escolas públicas são abastecidas pela Aopa/Coaopa via Pnae – Alimentação Escolar, em cumprimento à lei estadual que institui obrigatoriedade de 40% para alimentos agroecológicos/orgânicos. A rede defende que a lei seja alterada para que 100% dos alimentos para as escolas sejam orgânicos. No Paraná, a Aopa/Coaopa tem o maior contrato de fornecimento de alimentos orgânicos para a alimentação escolar. Em Curitiba, fornece para mais ou menos dez prefeituras da Região Metropolitana. O abastecimento via cooperativa envolve a produção de 400 cooperados. Na construção da ação, apontam-se alguns desafios: mapear produtoras/es agroecológicas/os que já comercializam em outros espaços para direcioná-las/os para a merenda escolar; pensar o cardápio, considerando a sazonalidade da produção orgânica da agricultura familiar local; aumentar o *mix* de produtos (polpa, mel, melado); e abraçar agricultoras/es em transição, inspirando-se na Lei Orgânica do Município de São Paulo.

"EU QUERO VER, EU QUERO VER
EU QUERO VER O QUE VOCÊ VAI FAZER
EU QUERO VER SE VOCÊ NÃO SE MEXE
EU QUERO VER QUEM SE MEXE POR VOCÊ."

3) EXPERIÊNCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL, COM UMA ABORDAGEM INOVADORA SOBRE A APLICAÇÃO DA RDC Nº 49

Daniela Macedo Jorge, da Anvisa, começou a conversa com as seguintes perguntas: Quem já teve problemas para regularizar seu produto? Quem considera que a Anvisa muitas vezes atrapalha? Quem considera que o trabalho conjunto entre sociedade civil e poder público pode ajudar? Em seguida, contou que sua fala é sobre a Resolução RDC nº 49/2013, que "dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário". Trata-se de uma orientação para que a Vigilância Sanitária trate de forma diferente as diferenças, ou seja, que ela tenha liberdade para

distinguir o tratamento de uma empresa de grande porte, como a Nestlé, e o de uma cozinha que produz pães caseiros. Ela também falou que, no debate da construção social de mercados, é importante que a sociedade civil possa se apropriar dessas normas.

Haideline Mertens Kuff, da Vigilância Sanitária do município de Terenos (MS), contou que este trabalho ampliou sua forma de olhar para as leis. Com a reflexão de que o alimento vem do campo e de que é preciso ir até lá, a equipe da Vigilância Sanitária identificou 18 assentamentos com farta produção de frutas, verduras e ovos cuja entrega era terceirizada. Houve um incentivo por parte do governo estadual com a premiação de um carro para projetos com a RDC n° 49 na *1ª Mostra de Experiências Exitosas em Vigilância Sanitária*. Vencido o medo inicial de ir para o assentamento, agendaram uma primeira reunião junto às/aos agricultoras/es com participação de 20 pessoas. Uma barreira superada nessa etapa foi a desconfiança por parte das/os agricultoras/es, que não sabiam o que a Vigilância queria com eles. Apresentaram o projeto e deixaram claro que o objetivo era ajudá-los a conseguir o visto da inspeção sanitária, e não punir ou multar. Na segunda reunião, 55 pessoas compareceram. Foi oferecida formação sobre boas práticas e manipulação de alimentos, e, a partir daí, cada encontro foi em um assentamento diferente. Uma parceria com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) forneceu o código de barras gratuitamente para os produtos aprovados pela Vigilância Sanitária; uma ação importante, já que a licença para a obtenção do código encarece o produto. Inscreveram os produtos no Sistema Nacional de Informações da Vigilância Sanitária (Sinavisa) e cadastraram as/os participantes no Produtos Dispensados de Registro (Prodir), programa da Anvisa que permite a venda da mercadoria em nível nacional, com exceção de produtos de origem animal.

Haideline pontuou que, assim, a Vigilância Sanitária passa a se aproximar dos empreendimentos, com melhor compreensão da realidade, assumindo papel de mediadora entre as exigências da lei e a forma mais adequada de respondê-la de acordo com o contexto. Antes do projeto, havia 24 cadastros na Vigilância Sanitária, entre doces e hortifrúti. Ao final do projeto, foram contados 47, e, atualmente, 71 produtos possuem o cadastro. Para Haideline, a experiência representou uma quebra de paradigmas; e fechou a apresentação com a frase de Paulo Freire: “A inclusão acontece quando aprendemos com as diferenças, e não com as igualdades”.

“CHEGUEI, MEU POVO, CHEGUEI PRA PARTILHAR...
SEM VIVER DEMOCRACIA, AGROECOLOGIA NÃO HÁ...
COM DIREITO A POESIA E A CULTURA POPULAR...”

VOZES DA PLENÁRIA

“*Os doidos é que estão melhorando o país. A família é a primeira que condena o trabalho que a gente faz sem usar veneno. Depois, quando percebe que dá certo, muda de ideia.*

José Júlio, Vale do Aracatiaçu (Vale do Curu)

“*Para seguir fortalecendo a agroecologia, é necessário não ter medo de falar em dinheiro nem de fortalecer economicamente nossas experiências. É fundamental pautar a democratização do acesso ao dinheiro em outra perspectiva de economia, diferente do sistema econômico capitalista. É necessário construir espaços, políticas e estratégias econômicas que dialoguem com os princípios da Economia Solidária, pois a economia capitalista oprime e fragiliza a agricultura familiar.*

Lidiane Freire, Fórum Brasileiro de Economia Solidária



“O bicho feio é o Mapa [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento]. O nosso problema está nas carnes e nos derivados de carne. A fiscalização é ambiental, sanitária e fiscal, e as grandes indústrias permanecem expulsando as pessoas da terra. A legislação coloca nas mãos das grandes empresas os produtos da agricultura familiar. A Vigilância Sanitária está impedindo até de fazer festas tradicionais: estão exigindo que a gente tenha carteirinha de saúde.

Agricultora de Santa Catarina

“Quando fundamos a cooperativa, o pessoal dizia que era loucura, que eu não tinha o que fazer em casa. Hoje, são eles que estão correndo atrás da cooperativa para se associar. Antes, eles vendiam nas feiras. Hoje, estão em 60 escolas em Palmas e Porto. Não tinham apoio do poder público para o acesso ao mercado institucional. Uma estratégia para ganhar esse mercado foi ir para dentro das escolas fazer palestras sobre agroecologia. Eles levavam os produtos, explicavam o jeito da cooperativa de trabalhar e produzir. Isso chamou a atenção da gestão pública, e agora vão começar a comercializar pela Conab e realizar o Encontro de Agroecologia de Tocantins.

Maria do Carmo, Porto Nacional (TO)

“O mercado institucional tem nos provocado a nos organizar. Os problemas sanitários com os animais são semelhantes aos problemas de Santa Catarina. O pessoal que está na ponta não compreende. É importante a articulação para incidir no estado e modificar a cultura da ponta.

Marcos, Vale do Jequitinhonha, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg)

“A dificuldade maior não é a normativa em si, mas o próprio agente da Vigilância Sanitária que prefere ficar na sua zona de conforto. É para colocar a legislação debaixo do braço e chegar lá na ponta.

Carlos Pereira, Associação Agroecológica Tijupá (MA)

ELEMENTOS DO DEBATE

Vera, do Agreste alagoano, contou que, com o apoio de projetos de investimento, foi criada uma agroindústria de produção de doces. Mas, por causa das exigências sanitárias e de mercado, as/os agricultoras/es não conseguiam escoar a produção, que muitas vezes acabava sendo dada como alimento aos porcos. Com o tempo, aderiram à produção de polpa de frutas, aproveitando a infraestrutura já existente, e hoje fazem entregas aos programas institucionais de mercado – em 18 escolas e em outros municípios, pois localmente não foi dado crédito ao trabalho. As/os agricultoras/es estabeleceram um diálogo constante com a Vigilância Sanitária e hoje sua polpa é considerada a de melhor qualidade.

Em Nova Iguaçu, por meio de um acordo de comodato com a Transpetro, algumas famílias transformaram lotes em hortas comunitárias, produzindo em cima dos dutos e comercializando na Feira da Roça. Segundo **Osenir**, 35 produtoras/es formaram uma associação e ajudaram a propor uma lei formalizando a Feira da Roça como patrimônio público de Nova Iguaçu (Lei nº 4.753, de 17 de abril de 2018).

Paulo, que faz parte da Rede Povos da Mata, destacou que, no Território de Irecê (BA), há 13 grupos e 12 feiras, com previsão de comercialização de R$ 700.000,00 em 2018. No entanto, ele relata a dificuldade de conseguir o selo com a prefeitura municipal, mas acredita que o material da Anvisa poderá ajudar. Atualmente, a rede conta com o apoio de José Antônio Marfil, da Aopa/Rede Ecovida, para desenvolver a articulação dos agricultores e implementar o Sistema Participativo de Garantia (SPG).

No Assentamento Oziel Alves, no Núcleo Rural Pipiripau II, em Planaltina (GO), foram implantadas 8 Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). De acordo com **Flávio**, do MST (DF), a CSA consegue unir campo e cidade ao construir uma relação na qual os grupos de consumidoras/es se transformam em coprodutores junto com a família agricultora. No Assentamento Canaã, já irão organizar a segunda CSA.

Já **Antônio Gomes**, de Boqueirão (PB), disse que a associação da qual faz parte começou a comercializar em uma tenda e, hoje, coordena 6 feiras. Ele ressalta ainda a importância de as associações criarem fundos rotativos solidários para dar sustentabilidade ao trabalho.

Ao final do seminário, Carlos Eduardo Leite (Caê), do Sasop (BA), ressaltou os seguintes pontos que apareceram nos debates:

- As experiências nascem pequenas e vão avançando sobre dois pilares: 1) capacidade organizativa e de gestão; e 2) participação e apropriação política.
- A perspectiva de rede é uma conquista, como nos mostra o exemplo da Rede Ecovida, que se reúne para fazer uma certificação participativa.
- O desafio atual é o desmonte das políticas públicas federais.
- A pressão social é fundamental para o avanço da política pública: é uma conquista a legislação garantir que ao menos 30% da compra institucional para alimentação escolar venha da agricultura familiar.
- Destaque para gestores públicos que pensam a partir do diálogo com a sociedade.
- Atenção com produtos do agroextrativismo e desafio da comercialização dos produtos de origem animal.

PROPOSTAS

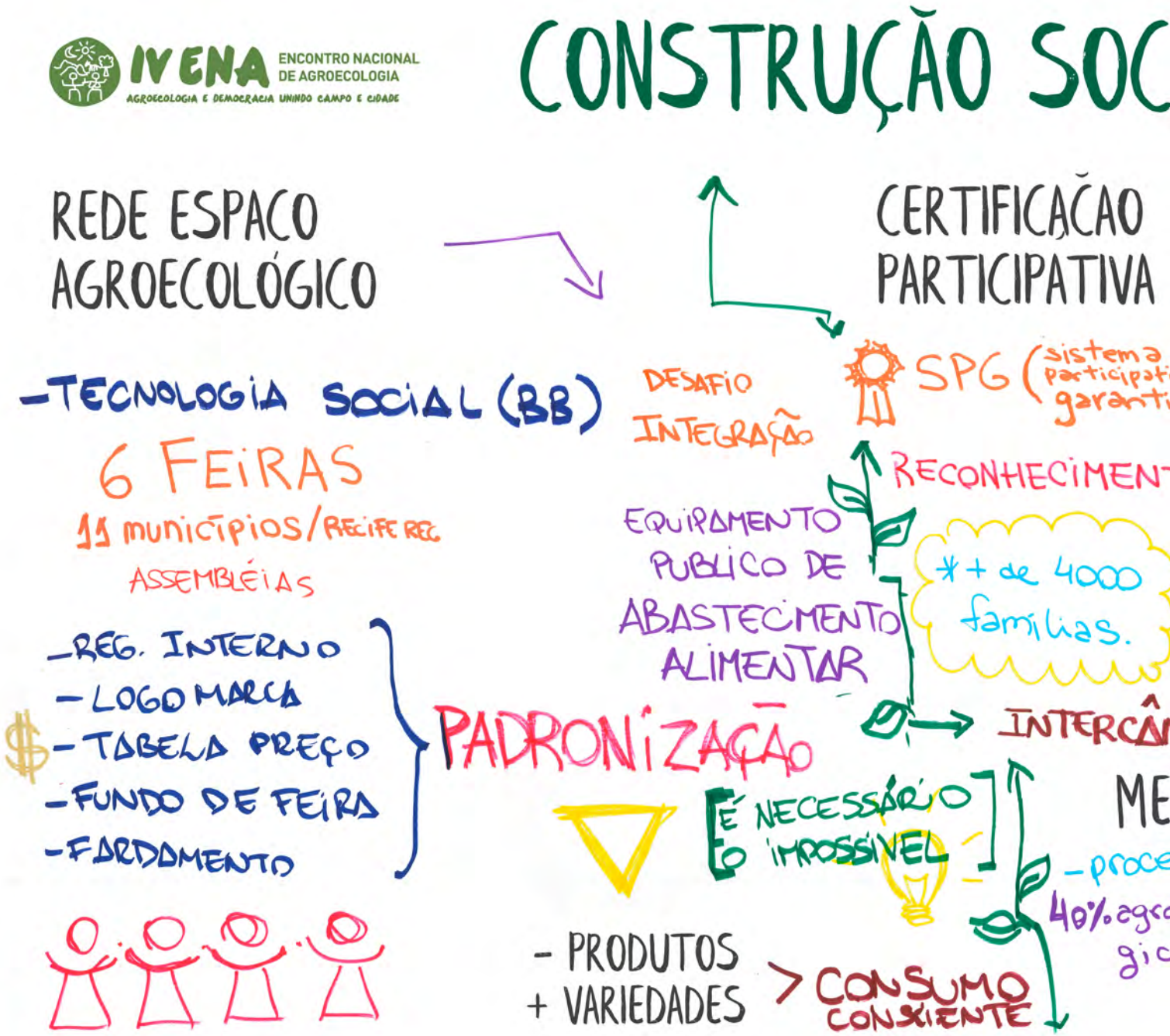
- Olhar para experiências como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) e o Fundo Rotativo Solidário, pequenas estruturas coletivas que ajudam a acessar o mercado.
- Organizar grupo de trabalho que estude a legislação.
- Incidir para ter políticas de apoio à agroecologia nos estados e municípios.
- Rever a ideia de que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) acabou e garantir que haja legislação de PAA nos estados e municípios.
- Fazer a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) pensar no circuito amazônico e em como os produtos de indígenas, de ribeirinhos e de extrativistas podem entrar no mercado.
- Afinar agroecologia e economia solidária. O financiamento pode vir das finanças solidárias, por exemplo. Ainda que não dê para retomar o Grupo de Trabalho de Comercialização da ANA, que possa ser retomada a pauta para criar um espaço permanente para isso.
- Resgatar a experiência do *Encontro Nacional de Diálogos e Convergências* realizado em 2011.

- Fortalecer os processos de atuação em rede, a exemplo da Rede Ecovida.
- Quebrar burocracias que dificultam o acesso ao mercado. Sugestões: criar comitês para acompanhar o desenvolvimento do PAA e do Pnae e as questões relacionadas à vigilância sanitária, bem como para entrar no espaço da gestão pública e monitorar os processos das políticas.
- Valorizar a dimensão econômica: mostrar a capacidade da agroecologia de gerar renda.
- Mapear feiras agroecológicas no país.
- Criar espaço permanente da agroecologia que favoreça a troca de experiências.

ENCAMINHAMENTO

- Socialização por e-mail da cartilha RDC nº 49 da Anvisa. Daniela Jorge, sob representação institucional da Anvisa, se dispôs a compartilhar com todas as pessoas interessadas.




IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE
CONSTRUÇÃO SOC
REDE ESPAÇO AGROECOLÓGICO
CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA
-TECNOLOGIA SOCIAL (BB)
6 FEIRAS
11 MUNICÍPIOS/RECIFE REC
ASSEMBLÉIAS
DESAFIO INTEGRAÇÃO
SPG (sistema participati garanti
RECONHECIMENT
EQUIPAMENTO PUBLICO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR
+ de 4000 famílias.
-REG. INTERNO
-LOGO MARCA
-TABELA PREÇO
-FUNDO DE FEIRA
-FARDAMENTO
PADRONIZAÇÃO
INTERCÂ
É NECESSÁRIO
IMPOSSÍVEL
ME
- proce
40% agro gi
- PRODUTOS
+ VARIEDADES
> CONSUMO CONSCIENTE


IAL DE MERCADOS
SELO ORG. BR
- AUDITORIA $$$
SPG $
mediado pelos agric.
> qualidade do produto?
REGULARIZAR AGRICULTORXS → ANVISA
- AGRICULTOR FAMILIAR
- MEI
- EMPREEND ECONÔMICO SOLIDÁRIO
RDC 49
TRATAR AS ≠ PARA ATENDER AS NECESSIDADES
TROCA DE EXPERIÊNCIAS
PARTICIPATIVA
INCLUSIVA
FEMINISTA
exemplo:
Terenos → produção Hortaliças → boas práticas
↘ riscos sanitários
PARCERIA ANVISA → encontros ≠ lugares
DESAFIO:
→ mapear agricultores p/ entrega
→ mix produtos
→ sazonalidade
CADASTRADO / FORMALIZADO
CÓDIGO BARRA FREE
UTILIZANDO RECURSO EXISTENTE
RENDA ESCOLAR
esso p/ entrega
100% ORG
ATRAVÉS DE CERTIFIC.

DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO DA AGROECOLOGIA



O arranjo institucional que dá suporte ao financiamento do crédito rural não possibilita atender satisfatoriamente aos empreendimentos econômicos de base familiar, tampouco à diversidade dos sistemas produtivos. Agrava esse quadro a insuficiência de recursos públicos para apoiar a transição agroecológica e a sua consolidação, em especial para o fomento à produção e aos investimentos para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos familiares e das redes de agroecologia espalhadas por inúmeros territórios nos diferentes biomas brasileiros.

As experiências apresentadas neste seminário visaram oferecer alternativas ao modelo oficial hegemônico, que opera exclusivamente por meio de uma institucionalidade bancarizada, segundo as normas do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Em relação à agroecologia, o formato estabelecido não foi elaborado segundo os seus princípios e não entende as dinâmicas produtivas dos sistemas de produção agroecológicos. Dessa forma, fizeram uma transposição das normas do Manual de Crédito Agrícola – aplicadas ao modelo convencional de produção – para os financiamentos em agroecologia.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

O seminário foi assim estruturado:

- Introdução.
- Apresentação das quatro experiências associadas a financiamentos para a agroecologia e a transição agroecológica.
- Encerramento com debate.

Paulo Petersen, da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, abriu o seminário afirmando que a proposta era ouvir, aprender e trocar com quem viveu as experiências dos relatos. Nesse sentido, destacou a sensibilidade necessária para os financiamentos agroecológicos, uma vez que a agroecologia não se pauta exclusivamente pela circulação de capital. Ele fez um convite à reflexão para que as/os presentes pensassem

a agroecologia como uma proposta de emancipação do modelo dependente de capital que, tantas vezes, gera dependência das/os agricultoras/es e dos atores locais com os bancos. Assim, a proposta do seminário foi pensar formas de financiamento que garantam a autonomia dos atores nos (e dos) territórios. Paulo ainda colocou algumas questões-chave para fomentar as discussões:

* Quem elabora o projeto de financiamento?
* De onde vem a ideia do que será financiado?
* Qual a importância de o Estado financiar fundos não reembolsáveis?
* Como o financiamento tem a perspectiva de gênero e geração?
* Como ampliar a escala da agroecologia nos territórios?
* Como os financiamentos podem promover a autonomia?
* Como as organizações se articulam para escrever os projetos em rede?
* Como pensar outros critérios, para além dos econômicos, que indicam o sucesso dos projetos?



EXPERIÊNCIAS

1) PRONAF AGROECOLOGIA: DESBLOQUEIOS DOS RECURSOS DO PRONAF AGROECOLOGIA A PARTIR DOS DEBATES COM BANCOS PÚBLICOS

Giovanni Medeiros, ex-presidente da Emater da Paraíba, contou que a experiência aconteceu na Paraíba e envolveu, além do governo do estado, a ONG AS-PTA, os Colegiados Territoriais e o tecido social do território. Os dados nacionais de 2017 registraram 1.057 projetos do Pronaf Agroecologia: 601 estão localizados na Paraíba, e a maior aplicação de recursos é no Rio Grande do Sul. Na Paraíba, os financiamentos eram centrados em criações animais, fazendo com que as/os agricultoras/es só tivessem acesso a bancos que ofereciam financiamento a esse tipo de projeto. Todavia, os sonhos e as necessidades das/os agricultoras/es transitavam em outras esferas. Uma primeira ação no sentido de alterar o que podia ou não ser financiado foram as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A partir de seis contratos, foram acompanhadas quase 12 mil famílias em mais de 100 municípios, o que possibilitou conhecer a realidade desses atores e identificar quais eram os projetos dos sonhos.

Ele destacou a importância de as/os técnicas/os contratadas/os serem sensíveis à perspectiva agroecológica. A partir das chamadas públicas de Ater, do fomento da Emater e das relações desenvolvidas entre técnicas/os e famílias nos territórios, foi possível financiar as reais necessidades das famílias e das propriedades, como as cisternas, a construção de infraestruturas hídricas e o armazenamento de forragem. Também foi organizado o Siga Ater, em que as/os técnicas/os apresentavam os trabalhos desenvolvidos com as famílias agricultoras, a realidade dos atores e o desenvolvimento social e ecológico. Ficou claro que a lógica bancária impunha entraves nos sonhos e nas necessidades das/os agricultoras/es, impedindo, inclusive, que as realidades destas/es fossem o objeto central dos projetos. Algumas mulheres, por exemplo, tinham vontade de criar galinhas, mas os bancos não aceitavam esse tipo de projeto. A justificativa era que essas atividades não produziam renda e que seria difícil para elas quitar o financiamento. Assim, foi instituído que a/o técnica/o de Ater só colocasse projetos em bancos que eram flexíveis aos diferentes projetos e dimensões de vida. A vitória da Paraíba foi facilitar o acesso aos créditos de forma desburocratizada, contando com a construção conjunta de técnicas/os e agricultoras/es das matrizes de sonhos de financiamentos.



2) *PLANO CAMPONÊS* – MPA (RS)

Miqueli Schiavon, do *Movimento dos Pequenos Agricultores* (MPA), contou que o *Plano Camponês* vem sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul desde 2003 pelo MPA e parceiros. O plano, construído em contraposição ao modelo do agronegócio, foi pensado inicialmente como um objeto de estudo, um plano político que contemplaria diversos eixos, como produção, cultura, ciência e questões de gênero. A dimensão da produção apontou desafios no sentido de compreender os diferentes setores da agricultura familiar e então organizar estratégias de construção de políticas públicas em conexão com as práticas dos atores. Em 2012, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do Rio Grande do Sul, que já vinha construindo projetos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apontou possibilidades de os recursos e as parcerias com o banco serem estendidos à Via Campesina. Havia um limite de financiamento por parte dos bancos, que, quase que exclusivamente, só aprovavam créditos para a produção de soja e de projetos do agronegócio. Assim, o MPA realizou conversas com o governo do Rio Grande do Sul, objetivando o desenvolvimento dos projetos já levantados pelo *Plano Camponês*. Em parceria com o governo do estado e com o BNDES, foi firmado que o crédito não passaria por bancos e que, a cada 1 real investido pelo governo do estado, o BNDES colocaria mais 1 real. O valor atingido foi de 50 milhões de reais.

A gestão do crédito ficou sob responsabilidade das cooperativas que integram o *Plano Camponês*. O programa financia exclusivamente projetos de matrizes agroecológicas e é aberto a agricultoras/es que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e/ou declarações emitidas pela Emater. O acesso é feito de forma coletiva, por meio das associações e cooperativas que participam do Plano: as cooperativas reúnem as pessoas e mapeiam as suas necessidades agroecológicas; e os projetos são organizados em um só e enviados ao grupo gestor da Via Campesina, que avalia os documentos e os envia à



Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul. Se contemplado, o projeto segue para o Conselho do Fundo e, finalmente, para a contratação. Na fase de implantação, o recurso vai para a cooperativa ou associação, que fica responsável por buscar as empresas que forneçam o que está descrito no projeto. A estratégia do Plano aumentou em muito a produção, e deu-se início à comercialização por meio de feiras locais. É central destacar que o *Plano Camponês* só foi viabilizado devido à mobilização popular. Como estratégia de pressão ao governo estadual para a aprovação do Plano, 2 mil camponesas/es da Via Campesina foram enviados a Porto Alegre, e o povo da cidade adensou a luta com mais 4 mil pessoas, pois as pessoas que eram atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sentiram que a luta também era sua, como é o caso da federação dos metalúrgicos. Os fundos não reembolsáveis têm de estar a serviço dos povos do campo e das cidades!

3) FUNDO DEMA / AMAZÔNIA

Vânia Carvalho, da Fase (Programa Amazônia), contou que o Fundo Dema surgiu há 15 anos na Amazônia paraense devido às lutas e resistências dos movimentos sociais do Pará. Havia uma situação de inconformidade entre os povos locais ao verem a enorme quantidade de madeira de mogno apodrecendo ou indo parar nas mãos de madeireiros ilegais. Os movimentos sociais das regiões Transamazônica e Xingu se organizaram e, conjuntamente com o Ministério Público Federal, conseguiram que o Ibama doasse a madeira a eles, que foi revendida. O valor arrecadado deu origem ao Fundo Dema. O nome homenageia uma liderança da região Transamazônica que lutava pela defesa das florestas e dos povos locais e foi brutalmente assassinada em sua casa, na frente de sua família.

O Fundo começou a operar nas regiões Transamazônica e Xingu. A gestão do Fundo acontece de forma compartilhada por meio de comitês específicos, que são: Comitê Fundo Dema de Apoio às Comunidades Quilombolas do Pará, Fundo Indígena do Xingu (FIX) e Fundo Autônomo de Mulheres Rurais da Amazônia. Os princípios do Fundo Dema estão ligados ao fortalecimento das organizações comunitárias. Assim, os projetos enviados ao Fundo são de cunho coletivo, e é necessário o envolvimento de, no mínimo, 6 famílias para a participação nos editais. A ideia é de que esse arranjo promova ajustes territoriais, o que pode ser muito difícil na ótica individualizada. A escrita e a execução

coletiva dos projetos retomam práticas que haviam sido perdidas, como é o caso dos mutirões, por exemplo.

A lógica de funcionamento do Fundo é desbancarizada, com vistas a incorporar as/os interessadas/os. Isso porque, na lógica bancária, há uma exclusão das/os pequenas/os produtoras/es observada em ações como a demora na abertura de contas, as exigências burocráticas e as dificuldades na prestação de contas. A Secretaria Estadual exigia licenciamento ambiental para a implementação de SAFs para as/os agricultoras/es, o que passou a não valer mais graças às lutas do Fundo Dema. No governo Temer, essa facilidade foi cancelada, reabrindo novamente a luta.

Atualmente, há 400 projetos aprovados de diferentes temáticas, e a maioria são projetos associados às mulheres e à juventude, trazendo para o debate o papel fundamental das mulheres e dos jovens. Entre os esforços de construção de autonomia por meio do fundo e dos projetos aprovados, há muita perseguição do Ibama: por terem doado o mogno, a instituição se sente no direito de dizer como o dinheiro deve ser utilizado, por exemplo, insistindo na plantação de mogno, que, em muitos casos, não é o que as famílias estão buscando. O Fundo apoia atividades de intercâmbio e de encontros entre os atores, o que, na compreensão do Ibama, não é uma centralidade. Entre as atividades do Fundo, destaca-se a organização de seminários e encontros, como as lutas contra Belo Monte, Fóruns Sociais Mundiais, participação no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) e na *Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida*. No âmbito da troca de conhecimentos, uma das estratégias do Fundo Dema tem sido a comunicação, por meio da produção de diferentes materiais.

4) REDE BICO AGROECOLÓGICO NO *PROGRAMA ECOFORTE*

Maria do Socorro, quebradeira de coco-babaçu no Tocantins, explicou que o *Programa Ecoforte* tem dois anos, mas para compreendê-lo é preciso fazer uma retrospectiva. Em 1989, havia um intenso conflito pela terra, visando à criação dos assentamentos no Bico do Papagaio. Felizmente, as/os pequenas/os agricultoras/es conseguiram acessar a terra, e o próximo passo era viabilizar a produção. Assim, as/os agricultoras/es passaram a acessar o Pronaf, que, nesse período, possuía a inclinação específica para o financiamento de bovinos, porém uma das atividades dos grupos de agricultoras/es era, por exemplo, o cultivo de feijão. Numa situação de quase imposição, muitas/os agricultoras/es passaram a cuidar de vacas e a fazer pastos. Na lógica do banco, era esse tipo de atividade que gerava renda e possibilidade de ressarcimento dos débitos.

Enquanto isso, as mulheres quebradeiras de coco-babaçu já estavam organizadas na proteção do meio ambiente e na preservação dos babaçuais. Passaram, então, a fazer

um trabalho de convencimento com os homens para que eles não plantassem mais capim. Mas como isso poderia ser feito, já que havia a dívida no banco para ser quitada? Maria do Socorro lembra que a terra do assentamento já estava toda desmatada, e o esposo, que recebeu vacas por meio do Pronaf, não tinha nenhum dinheiro para pagar o banco. Foi aí que ela mandou que o marido vendesse as vacas a um açougueiro, que só pagou a metade do prometido. Com esse dinheiro, D. Maria comprou 8 caixas de abelhas conjuntamente com a Associação de Apicultura. No dia de pagar o financiamento das vacas, o esposo estava com o dinheiro em mãos. É por essas e outras que "Sem mulheres, não há agroecologia"!

A APA-TO, ONG que assessora pequenas/os agricultoras/es, passou a apoiar a apicultura, as/os agricultoras/es e as quebradeiras de coco. Surge, daí, a Rede Bico Agroecológico, que passa a ser apoiada pelo *Programa Ecoforte*. O *Ecoforte* viabilizou, nos momentos precisos, a construção de cisternas, os sistemas de apicultura, a criação de galinhas associada com a produção de hortas e as experiências de criação de abelhas nativas com a juventude. Por meio do fomento não reembolsável do *Ecoforte*, foi possível a participação em feiras e vendas para o PAA e para o Pnae. A diversidade dos quesitos do projeto possibilitou integrar os mais diferentes públicos e atividades, como a mobilização da juventude por meio das Escolas Família Agrícola (EFAs), a titulação das/os participantes do Projeto em nome das mulheres, o envolvimento de 16 organizações, como sindicatos, cooperativas e associações. Destaca-se a gestão social possibilitada pelo *Ecoforte*, pois os atores envolvidos escreveram o projeto e depois executaram de acordo com suas matrizes de sonhos. Outro ponto frisado foi a grande importância do Programa no que se refere à formação de agricultoras/es e de jovens, pois muitos vinham da visão restrita de criação de vacas, e, por meio do Programa, foi possível uma assessoria pautada pela agroecologia sem uso de agrotóxicos.

Os desafios seguem, uma vez que ainda não foi possível abarcar todas as famílias da Rede Bico Agroecológico, já que o *Ecoforte* se mostrou pequeno em relação à dimensão atingida pela rede. Os entraves vivenciados no âmbito de acesso a créditos pela Rede assentam-se principalmente na expansão da fronteira agrícola, nos desafios políticos e nos problemas bancários, pois estes se cristalizam no financiamento de projetos para a criação de vacas. *"O que queremos que seja apoiado são as coisas que precisamos, pois aí podemos mostrar para o povo o que nos traz futuro."*



VOZES DA PLENÁRIA

“As experiências chamam atenção por serem formas de gestão singulares em ambientes e biomas variados. São organizações sociais que possuem a perspectiva de construir a agroecologia, a gestão coletiva e o diálogo com o Estado para criar novas formas de governança.

Sílvio, Rio de Janeiro (RJ)

“Há uma necessidade de que as falas apresentadas sejam permeadas pelas universidades federais para que a formação de profissionais seja também orientada a uma lógica não bancarizada. A demanda poderia ser apresentada ao Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]?

Marcos, Belo Horizonte (MG)

“A assistência técnica pautada pelo agronegócio desconstrói a agroecologia, e isso passa por uma discussão do reconhecimento do profissional entre o engenheiro agrônomo e o agroecólogo. A categoria da agronomia está em disputa e precisa ser pautada pelos agroecólogos.

Karen, estudante de Agroecologia da UFSCar, São Carlos (SP)

“Nós vivemos cercados pelos grandes projetos de soja, mineração, gado e hidrelétricas. O Fundo Dema permite desdobramentos para enfrentar essas situações, como o fundo específico para as mulheres trabalhadoras rurais. O primeiro edital possibilitou a criação de associações para trabalhar a produção e a autonomia, possibilitando a visibilidade da mulher atuante na área.

Márcia, Baixo Amazonas (AM)

“*Mesmo que existam muitos projetos para grandes empreendimentos que destroem a Amazônia, há possibilidades abertas, como o* Ecoforte*, que permitem ouvir as pessoas, o que elas querem e como elas são impactadas pelos projetos hegemônicos. O* Ecoforte *está dentro de uma estratégia maior, pois não é uma política de governo. Em parceria com o BNDES, foi estruturado, a partir do espelho do Fundo Dema, o Fundo Babaçu. Outra frente central é sensibilizar os consumidores da cidade para apoiar a luta, pois essas relações permitem a construção de diferentes estratégias de luta, como é o caso das Comunidades que Sustentam a Agricultura.*

Jorlando Ferreira, APA-TO, Augustinópolis (TO)

“*Temos a preocupação de combater o uso intensivo de agrotóxicos. Uma das estratégias são os Fóruns de Combate aos Agrotóxicos, como o que será realizado em Minas Gerais no dia 8 de junho. Outra ferramenta virtual é o Observatório de Agrotóxicos e Agroecologia, que evidencia os problemas e aponta as soluções. A luta contra a contaminação pelos agrotóxicos é de todos nós.*

Maria do Rosário, Fundacentro, Belo Horizonte (MG)

“*Através do* Ecoforte*, foi possível articular e criar organizações na Amazônia que permitem atuações no âmbito das políticas públicas. Destaca-se a criação da Política Estadual de Agroecologia para aprofundar as técnicas, a produção e o acesso a financiamentos. Isso é fundamental na contraposição aos pacotes tecnológicos difundidos na região. A sistematização das práticas agroecológicas demonstra as possibilidades de outras formas de produção que evidenciam a importância de acesso a novos projetos e financiamentos.*

Eric Brosler, Idesam, Manaus (AM)

> *No BNDES, há dois projetos: o* Ecoforte *e o* Plano Camponês. *O primeiro beneficia unidades de referência, que têm por essência a capacidade de adaptação de acordo com a percepção e necessidade das redes. Um desafio sobre a atuação em rede diz respeito à gestão, ou seja, ao uso do recurso quando este chega ao território. Uma dimensão fundamental na transição agroecológica é pensar no fortalecimento da educação por meio dos intercâmbios e das trocas de conhecimento. O* Plano Camponês *é muito inovador em sua governança, pois assegura um processo participativo de planejamento e a tomada de decisões com organizações da agricultura familiar, mas nos coloca dois desafios: um é o capital de giro, ainda escasso para os grupos e associações. O outro é a assistência técnica contínua, pois o apoio do BNDES se direcionou principalmente a investimentos em estruturação dos empreendimentos, e é preciso assegurar políticas públicas para assistência técnica produtiva e de gestão, o que é um desafio em todos os projetos apoiados pelo BNDES no país.*

Fernanda Rocha, BNDES, Rio de Janeiro (RJ)

> *No assentamento em que vivo, são trabalhadas de forma continuada, com ou sem fomento, questões associadas à educação. Essas ações são mobilizadas por diferentes atores, como associações e sindicatos rurais, inclusive com parceria de outros estados, como é o caso da APA-TO. Na época em que entraram no assentamento, 100% era mato; hoje, 60% já é mata. É isso que esses encontros, como o ENA, proporcionam: esperança na troca de conhecimentos, práticas. No Maranhão, há ainda um esforço de construção de relação com o Estado. São realizadas formações, capacitações, mas, muitas vezes, não há continuidade na assistência técnica, o que dificulta a mudança processual em direção à agroecologia. Apesar das dificuldades, vale compartilhar a experiência de Associação de Mulheres que fazem a gestão política e produtiva de uma agroindústria de polpa de fruta. Plantando teimosia para colher liberdade!*

Luiz Gonzaga, Semear (MA)

“Na FBB (Fundação Banco do Brasil), estão sendo discutidos os créditos reembolsáveis na perspectiva de operacionalizar essa modalidade de recurso para suprir necessidades específicas dos empreendimentos apoiados. A ideia é disponibilizar um mix *de recursos para projetos com elevado grau de maturidade. O acesso de pequenos empreendimentos agroecológicos a recursos de custeio ainda é muito difícil, a lógica bancária não assimila a diversidade e complexidade dos agroecossistemas agroecológicos, pois opera na lógica de monoculturas e pacotes agroquímicos. A experiência exitosa da Paraíba abre possibilidades de diálogo com entes públicos federais para expandir o acesso ao crédito do Pronaf Agroecologia na modalidade Custeio. Um desafio recorrente na conversa com os parceiros refere-se ao licenciamento ambiental de pequenos empreendimentos; estes passam por procedimentos e esteiras comuns a projetos de grande impacto ambiental, o que dificulta a obtenção da licença ambiental, item obrigatório para o acesso ao crédito não reembolsável. Para operacionalizar os projetos do Ecoforte Extrativismo, contamos com a parceria do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Ibama, que operam no âmbito federal. No âmbito estadual e no municipal, a legislação varia, necessitando de articulação local com as secretarias de Meio Ambiente para obtenção das dispensas ou licenças, conforme o caso. Em todos os casos, entendemos ser imprescindível a articulação entre os entes públicos na forma de comissões para que tais entraves sejam resolvidos e as soluções sejam previstas na própria composição dos editais.*

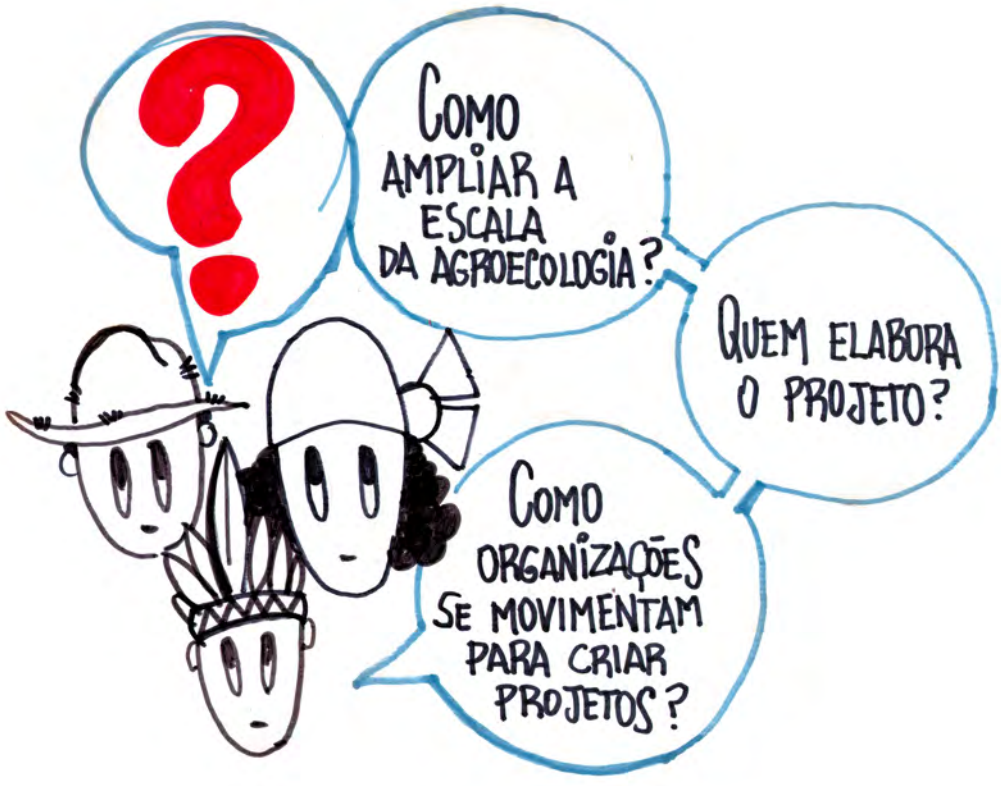
Claudia Zulmira, Fundação Banco do Brasil

“No município em que vivo, há muita produção de soja com enorme uso de agrotóxicos. Isso faz surgir a necessidade de enfrentamento por meio da agroecologia, buscando parcerias que possam dar corpo a esses trabalhos. Uma dificuldade muito grande é a assistência técnica, que faz com que, muitas vezes, as/os agricultoras/es fiquem desacreditadas/os das possibilidades da agroecologia. Outro ponto é a burocracia referente ao acesso a projetos e financiamentos. As mulheres no Pará têm tentado buscar alternativas, juntam-se, formam associações, organizam polos de produção para garantir sua manutenção. Enquanto estratégia de luta e resistência ao agronegócio e à ofensiva no Pará, lançaram uma campanha: “Não abra mão da sua terra”.

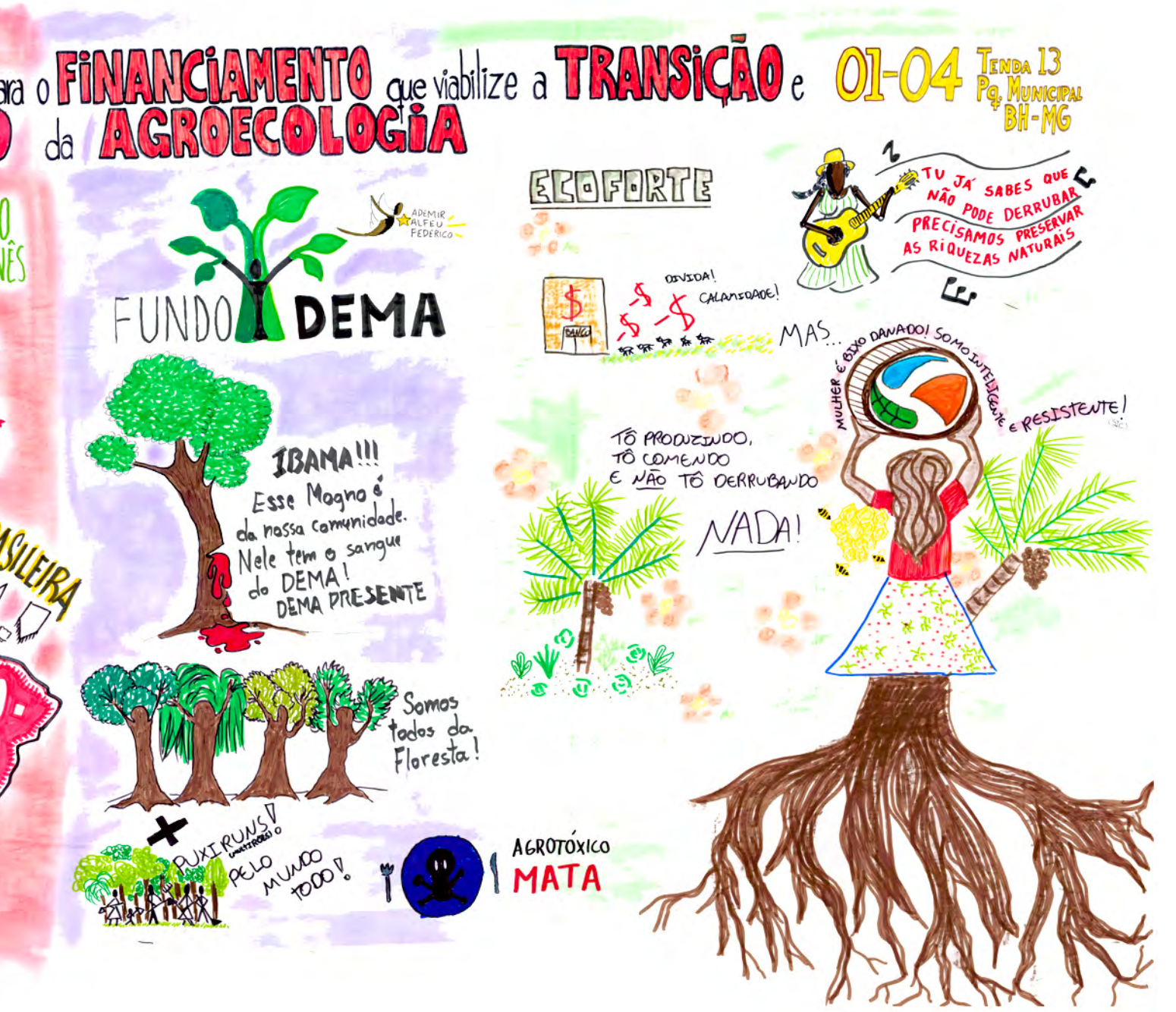
Sileuza, Mojuí (PA)

> *Na Amazônia, ainda acontece o absurdo de o Estado não reconhecer os projetos agroecológicos, apontando que a agroecologia não garante a possibilidade de pagamento do financiamento.*
>
> Mário Ono, Rede Maniva de Agroecologia (Rema), Manaus (AM)

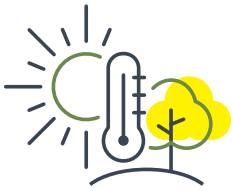
> *Os agrotóxicos têm matado as plantações e o ambiente. O que precisamos é acabar com a fábrica de fazer venenos. Lutamos pelos projetos, nos organizamos, mas o "cabra" vem de longe jogar veneno que mata tudo na fazenda, as mandiocas e as plantações todas, vindo pelo vento, levando doenças como o câncer para o povo e fazendo caírem cabelos pela contaminação com agrotóxicos. A burocracia do Pronaf Mulher engessa a agricultora, tanto no acesso dos recursos quanto no âmbito de querer dizer no que a mulher deveria trabalhar. A terra está infectada, nós temos que brigar pelo fim dos agrotóxicos.*
>
> Agricultora de Buriti do Tocantins (TO)




IV ENA:
DESAFIOS -e- ALTERNATIVAS
CONSOLIDAÇÃO
Como ampliar a escala da agroecologia?
Quem elabora o projeto?
Como organizações se movimentam para criar projetos?
PARAÍBA TERRA FORTE (PRONAF)
MPA BRASIL
Articulação entre campo e...
...cidade
PLANO CAMPONÊS
11.980 famílias em 118 municípios - investimento 21 milhões
61% dos PRONAF está na Paraíba
Financiamento ligado a cadeia produtiva
6988 ESTRUTURAS DE CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA
2415 FAMÍLIAS ASSESSORADAS COM PRÁTICAS DE SILAGEM E FENO
"Tamu" Aqui pra empurrar a PORTA
REVOLUÇÃO
FORTALECER A AUTONOMIA
SUPERAR A LÓGICA DO FINANCIAMENTO MACHISTA
QUINTAIS PRODUTIVOS
ESTADO APOIAR FUNDOS NÃO REEMBOLSÁVEIS
CHAMADAS PÚBLICAS NOS AJUDARAM A FAZER ESSA TRANSFORMAÇÃO
AGROECOLOGIA
ACESSO
PROJETOS SIMPLES
ESTRUTURA
EQUIPAMENTOS
SEM MULHER NÃO HÁ AGROECOLOGIA
SEM FINANCIAMENTO NÃO HÁ AGROECOLOGIA
O POVO QUE TEM QUE DIZER!


ara o FINANCIAMENTO que viabilize a TRANSIÇÃO e
01-04 TENDA 13 Pç. MUNICIPAL BH-MG
da AGROECOLOGIA
ECOFORTE
ADEMIR ALFEU FEDERICO
FUNDO DEMA
TU JÁ SABES QUE NÃO PODE DERRUBAR
PRECISAMOS PRESERVAR AS RIQUEZAS NATURAIS
DÍVIDA!
CALAMIDADE!
MAS...
MULHER É BIXO DANADO! SOMO INTELIGENTE E RESISTENTE!
TÔ PRODUZINDO,
TÔ COMENDO
E NÃO TÔ DERRUBANDO
NADA!
IBAMA!!!
Esse Mogno é da nossa comunidade. Nele tem o sangue do DEMA!
DEMA PRESENTE
Somos todos da Floresta!
+
PUXIRUNS UNIDOS PELO MUNDO TODO!
AGROTÓXICO
MATA
SILEIRA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGROECOLOGIA



Os modos de vida e as práticas socioprodutivas agroecológicas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais (PICTs), camponesas/es e agricultoras/es familiares contribuem para a redução e adaptação dos efeitos das mudanças do clima. Entretanto, esses grupos sociais são, ao mesmo tempo, extremamente vulneráveis a esses efeitos, ou seja, são os que têm sido e os que tendem a ser mais afetados pelas mudanças do clima.

Nesse contexto de vulnerabilidade, é imprescindível a garantia do direito ao livre manejo da agrobiodiversidade, dos direitos territoriais e da regularização fundiária e demarcação territorial de povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais. Por outro lado, observa-se, em determinados territórios, a construção de estratégias de resiliência socioecológica às mudanças climáticas (MC) com o fortalecimento organizativo desses povos, ampliando a segurança alimentar e nutricional, contribuindo com a mitigação das mudanças no clima e promovendo novas estratégias de adaptação. Nota-se, no entanto, que determinadas políticas e programas de enfrentamento às mudanças climáticas podem ampliar a situação de vulnerabilidade desses povos, tornando-se, nesses casos, "falsas soluções".

Todas essas questões colocam alguns desafios para o campo agroecológico no enfrentamento dessa problemática, como: 1) ampliar o conhecimento, a promoção e a implementação de estratégias de resiliência socioecológica frente às mudanças climáticas em agroecossistemas (considerando a redução da vulnerabilidade e o aumento da mitigação e adaptação) em todo o país; 2) ampliar o conhecimento de PICTs, das/os agricultoras/es familiares e da sociedade, de forma adequada e acessível, acerca das causas, dos impactos e dos efeitos socioeconômicos e ambientais das mudanças do clima nos territórios; 3) ampliar o conhecimento de PICTs e agricultoras/es familiares acerca dos processos de discussão e definição de políticas relacionadas às mudanças climáticas, nos âmbitos internacional e nacional, como a Estratégia Nacional de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (Enredd) e outras políticas climáticas que incidem sobre eles; 4) refletir sobre os limites e as oportunidades do acesso a recursos oriundos dos resultados alcançados pelo Brasil na contenção do desmatamento e degradação dos bens naturais (florestais) e uso da terra (agricultura); e 5) denunciar iniciativas de compensação ambiental, financeirização e mercantilização dos bens naturais, que geram ameaças aos direitos territoriais e ao livre acesso à agrobiodiversidade.



DINÂMICA DA ATIVIDADE

O Seminário Temático de Mudanças Climáticas e Agroecologia refletiu sobre como os povos vêm sentindo o impacto das mudanças climáticas em seus territórios e como os modos de vida e as iniciativas agroecológicas vêm contribuindo para o enfrentamento e a adaptação a essas mudanças. Além disso, foi possível discutir sobre iniciativas que são feitas em nome do clima e que trazem muitos impactos, as chamadas “falsas soluções”.

A atividade começou com a apresentação de três experiências sobre o tema. Em seguida, foi aberta a palavra para perguntas. Para finalizar o seminário, as/os participantes fizeram algumas intervenções com o objetivo de identificar desafios e levantar propostas para continuar esse debate dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

EXPERIÊNCIAS

1) INICIATIVAS DE MONITORAMENTO SOCIAL DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA AMÉRICA LATINA

Foram apresentadas três iniciativas em países latino-americanos relacionadas ao tema. Antes dos relatos, foi feita uma introdução sobre a governança internacional das mudanças climáticas, com conceitos-chave para o entendimento do tema (ex.: adaptação, mitigação, etc.).

Na América Latina, há muitas dimensões que a agroecologia envolve voltadas para a resiliência socioambiental, que se entende pela capacidade do sistema de manter sua estrutura organizativa e produtiva após uma perturbação ambiental e de absorver os choques (ambientais, sociais e políticos) e voltar à condição de poder continuar produzindo. As três experiências relatadas a seguir estão inseridas nesse contexto:

A) Horticultura em Medellín, na Colômbia: levantamento com as/os agricultoras/es sobre as causas do desmatamento, o uso de fogo e de agrotóxicos e como seus efeitos e as mudanças/vulnerabilidades climáticas afetam suas realidades (irregularidade entre as estações seca e chuvosa, aumento da frequência e do volume de chuvas, enchentes, deslizamentos, etc.). Também foi identificado o que elas/es estão fazendo para enfrentar esses problemas: diversificação de cultivos e de produção animal, manejo de resíduos, recuperação de valores e saberes locais, inovações e estratégias de adaptação (matéria orgânica, medicamentos tradicionais, biodigestores) e novas práticas de conhecimento na perspectiva de aumentar a autonomia dos produtores.

B) Agricultura familiar no Chile: em 4 macrozonas da região sul: solo, água, biodiversidade (barreiras e cercas vivas, cultivos intercalados, uso de plantas repelentes), saúde dos cultivos, tipos de agricultura e etnia, resgate de alimentos típicos.

C) Estratégias para ampliar as informações sobre resiliência socioecológica frente às mudanças climáticas, como as redes de cadernetas de anotações para dar periodicidade e garimpar fontes de financiamento.

2) IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONSTRUÇÃO DE AGROECOSSISTEMAS RESILIENTES NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

O estudo *Mudanças climáticas e a construção de um agrossistema resiliente*, organizado pelo **Centro Sabiá** em parceria com instituições acadêmicas e com a Misereor, já foi publicado. Entre os objetivos do estudo estão o fortalecimento das soluções sustentáveis lideradas pelas comunidades para comprovar que a agroecologia funciona e a ampliação do diálogo com quem não é do campo agroecológico. Foi aplicado um questionário para apoiar o estudo, com uma amostragem inicial de 218 famílias agroecológicas escolhidas aleatoriamente. Cada família agroecológica indicou uma família não agroecológica para também responder ao questionário. Assim, foi realizada a comparação entre 218 famílias agroecológicas e 200 famílias de agricultura convencional. As mulheres tiveram prioridade na aplicação das entrevistas.

No estudo, quatro principais subsistemas foram identificados: hortas, roçados, sistemas agroflorestais (SAFs) e criação de animais. As famílias agroecológicas produzem entre 150 e 200 produtos. As famílias não agroecológicas produzem cerca de 110 produtos. A produção total em quilograma/ano é de 649 mil x 377 mil das famílias de referência, a produtividade das unidades agroecológicas é de 1.471 kg/ha, e a das famílias de agricultura convencional é de 989,4 kg/ha. Dessa forma, quando analisamos a produção total das famílias de cultivo convencional em comparação à das famílias agroecológicas, estas últimas produzem quase o dobro. Em relação à renda das famílias, foi aferido R$ 3.544,00 por ano para as famílias agroecológicas e R$ 2.269,00 para as não agroecológicas. A capacidade de armazenar água dobra: 61.276 litros x 32.187 litros. Em relação ao acesso à comercialização da produção, as famílias agroecológicas mostram dependência do atravessador em torno de 30%, enquanto as de produção tradicional apontam 51%. Os SAFs demonstram grande capacidade de produção, de fortalecimento da fertilidade dos solos, de proteção da biodiversidade e de como cumprem um papel de corredores ecológicos de fragmentos de Caatinga. Sobre a percepção em relação à estiagem, as famílias não agroecológicas sentem mais os efeitos da seca e participam menos dos processos políticos.

3) AGROECOSSISTEMAS RESILIENTES NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NASCENTES GERAIZEIRAS

Foi apresentado o subprojeto *Água dos Gerais*: geraizeiros seguem na luta para preservar a vida por representante da Comunidade de Barreiro, uma das 27 comunidades que ficam na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, no norte de Minas Gerais. Desde a década de 1970, o monocultivo de eucalipto provocou impactos ambientais concretos, como o secamento de cabeceiras de nascentes localizadas na reserva e na região do Alto Rio Pardo. O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e o ICMBio estão construindo ações com as comunidades da reserva que visam recuperar as nascentes por meio do plantio de vegetação nativa das áreas de recarga e das veredas, a fim de ampliar o volume de água e o acesso pelas famílias da região.

A primeira experiência foi na Comunidade São Modesto e está sendo replicada na de Barreiro e em outras comunidades. Há uma parceria com a Prefeitura de Água Boa para o manejo das nascentes para desviar a erosão que as vem soterrando. Para enfrentar o monocultivo de eucalipto, essas comunidades vêm realizando a recuperação da chapada e, para isso, criaram um santuário. Até agora, já foram plantados 1.200 kg de sementes de Cerrado. O plantio de sementes foi bem mais eficaz do que o plantio de mudas na região do Alto Rio Pardo. Com isso, estão agora levando a experiência para Água Boa. Esse conhecimento está sendo compartilhado para outras comunidades com uma troca de experiência que vai além da restauração, como a construção de microbacias.

4) PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA NO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira (sul do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná) é uma região que possui 44 comunidades quilombolas. Elas são constantemente assediadas por institutos de pesquisa e organizações internacionais que querem fazer compensação ambiental. A organização The Nature Conservacy (TNC) procurou o território quilombola para fazer um projeto de recuperação ambiental, que inicialmente foi muito bem aceito. Porém, a falta de pactuação sobre termos e a forma de recuperação não condizem com a prática do território: foram introduzidas espécies exóticas e manejos não conhecidos pelas/os camponesas/es, além dos termos e acordos firmados, que são perigosos por impor penalidades às comunidades. Por exemplo, em alguns casos usa-se o fogo, mas isso não é mais permitido. E muitas práticas indicadas pela TNC, como o hidrogel, geram resíduos descartáveis, algo que não havia por lá.

As comunidades do Vale do Ribeira só descobriram posteriormente que estavam envolvidas em um projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que, por meio do plantio dessas espécies e do manejo proposto, gera "créditos" para que os fazendeiros vizinhos possam compensar sua degradação ambiental. Ou seja, por meio das reservas no território quilombola, aumentam a degradação na área explorada pelos fazendeiros.

As comunidades estão sendo invadidas por *pinus*, eucalipto, barragens e outros problemas graves, como o racismo institucional exercido pelas instituições governamentais e não governamentais. Muitas vezes os institutos de pesquisa confundem as variedades de sementes e chegam com outros tipos e com outros nomes e espécies a que a comunidade não está acostumada. Com isso, vão se perdendo a variedade e as espécies locais. Desse modo, a experiência com o referido projeto é muito ruim, pois a TNC diz que está recuperando o território, mas depois descobre-se que a comunidade participa de um pagamento por serviços ambientais. A comunidade tem área manejada de somente 2 mil hectares, com 70 famílias. Essas propostas visam a um meio ambiente sem gente. Território não tem só floresta, só planta; tem gente, e é preciso reafirmar isso.

No fim do relato da experiência do Vale do Ribeira, foi apresentada outra denúncia, do território de Mesquita, em Goiás, em que comunidades quilombolas estão sendo impactadas. O Incra assinou uma portaria que tirou mais da metade do território de Mesquita, e é na parte retirada que estão as nascentes que deságuam no Rio Piauí, as boas sementes, a cultura, a melhor terra. Cercados pela pressão imobiliária que vem pressionando a comunidade, está cada vez mais difícil resistir na região.

DENÚNCIAS E ANÚNCIOS

- As mudanças climáticas não podem ser abordadas exclusivamente como questão técnica, mas, sim, como uma totalidade socioecológica.
- Os principais problemas são externos às unidades agroecológicas: estão na mineração, no avanço do agronegócio, nas próprias formas empreendidas de combate às mudanças climáticas e no mercado de carbono.
- A soberania dos povos em seus territórios é o elemento central de qualquer debate sobre as formas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Iniciativas feitas em nome do clima trazem impactos, muitas vezes, negativos. São as falsas soluções, que impõem práticas e modos de vida distintos daqueles das comunidades.

- A produção agroecológica apresenta superioridade em diversidade, quantidade bruta produzida e resiliência às mudanças climáticas.
- A resposta não é apoiar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais ou de carbono, mas reafirmar as políticas públicas estruturais que garantem a massificação da agroecologia: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), Programa Nacionalde Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Convivência com o Semiárido.

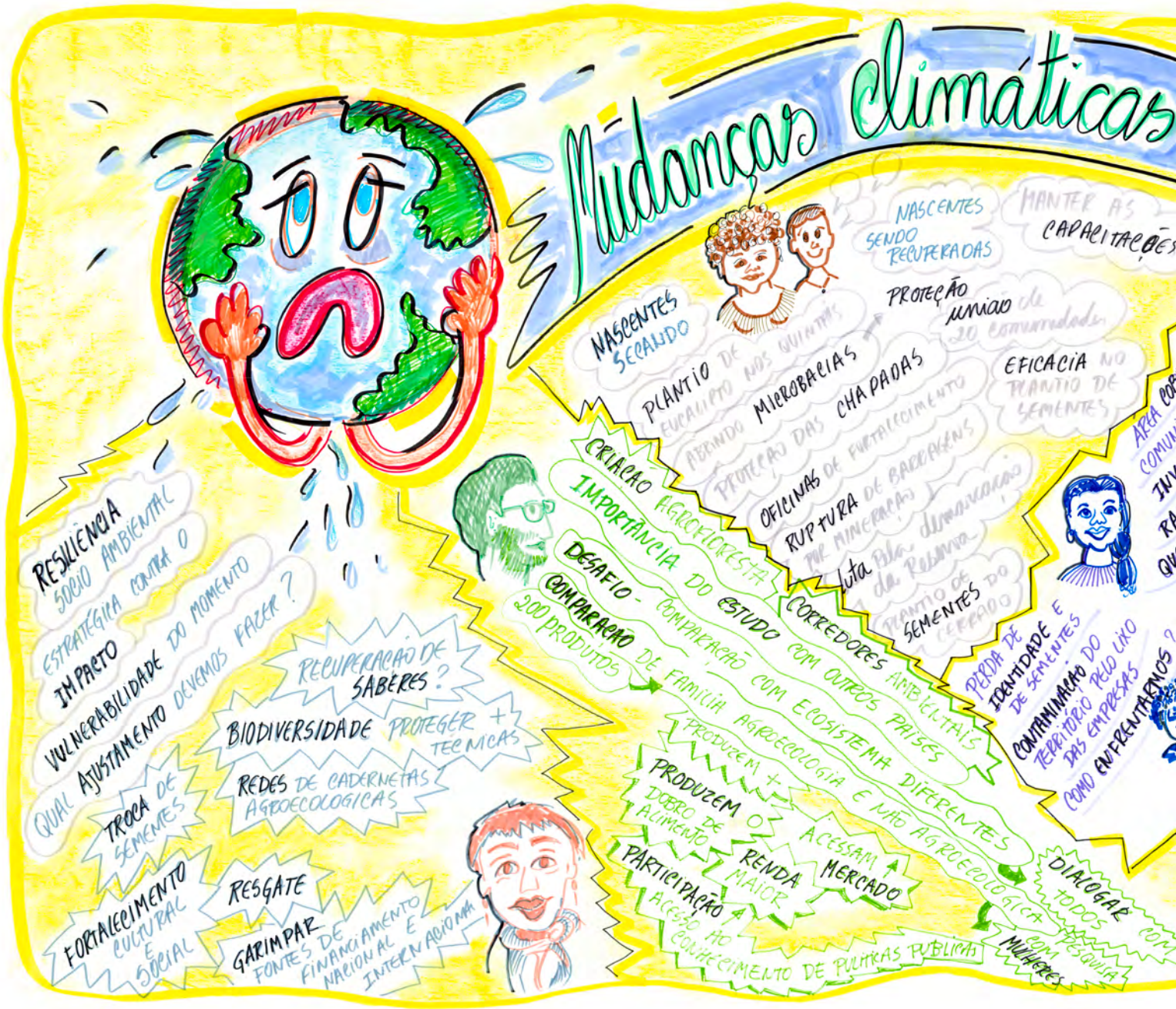
PROPOSTAS

- Defesa dos territórios e da reforma agrária para garantir a prática agroecológica.
- Defesa da retomada das políticas públicas vinculadas à agroecologia.
- Incorporação da noção de justiça climática para enfrentar as estratégias de subordinação dos territórios pelos grandes poluidores.
- Construção, implantação e monitoramento dos projetos com e pelas comunidades, respeitando o consentimento livre, prévio e informado.

ENCAMINHAMENTOS

- Circular o estudo do Centro Sabiá: *Impactos das mudanças climáticas e construção de agroecossistemas resilientes no Semiárido pernambucano*.
- Ressaltar a importância desta edição do ENA no sentido de fortalecer a agroecologia e o enfrentamento das mudanças climáticas, tema que, pela primeira vez, foi introduzido mais concretamente no Encontro.
- Resgatar, para os próximos passos, a *Carta Política do Encontro de Diálogos e Convergências*, em que já havia sido feito esse debate.
- O Consentimento Livre, Prévio e Informado é direito das comunidades, e todo e qualquer projeto externo que chega na comunidade deve respeitar isso. Os protocolos de consulta são instrumentos importantes que devem ser disseminados e construídos pelas comunidades como ferramenta de resistência e de soberania territorial.




Mudanças climáticas
NASCENTES SECANDO
NASCENTES SENDO RECUPERADAS
MANTER AS CAPACITAÇÕES
PLANTIO
PROTEÇÃO
UNIÃO
MICROBACIAS
EFICACIA
OFICINAS
RUPTURA
Luta
CRIAÇÃO AGROFLORESTA
IMPORTÂNCIA DO ESTUDO
DESAFIO - COMPARAÇÃO COM ECOSISTEMA DIFERENTES
COMPARAÇÃO DE FAMILIA AGROECOLOGIA E NÃO AGROECOLOGICA
CORREDORES AMBIENTAIS
SEMENTES
PERDA DE IDENTIDADE E DE SEMENTES
CONTAMINAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO LIXO DAS EMPRESAS
COMO ENFRENTARMOS ?
RESILIENCIA SOCIO AMBIENTAL
ESTRATEGIA CONTRA O IMPACTO
VULNERABILIDADE DO MOMENTO
AJUSTAMENTO
QUAL DEVEMOS FAZER ?
RECUPERAÇÃO DE SABERES ?
BIODIVERSIDADE
PROTEGER + TECNICAS
REDES DE CADERNETAS AGROECOLOGICAS
TROCA DE SEMENTES
FORTALECIMENTO CULTURAL E SOCIAL
RESGATE
GARIMPAR
FONTES DE FINANCIAMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL
PRODUZEM O DOBRO DE ALIMENTO
PRODUZEM + DIVERSIDADE
ACESSAM O MERCADO
RENDA MAIOR
PARTICIPAÇÃO
ACESSO AO CONHECIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS
DIALOGAR COM TODOS COM PESQUISA COM MULHERES


JUSTIÇA CLIMÁTICA
DEFESA DAS POLITICAS PUBLICAS
"NATUREZA TEM GENTE"
CUIDADO COM FALSAS SOLUÇÕES
DEFESA DA TERRA E DO TERRITÓRIO
PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE
MERCADO DE CARBONO E COMPENSAÇÃO
NÃO
SOBERANIA DOS POVOS
VIOLAÇÃO DE DIREITOS
INVERA MUDANDO AS DEMARCAÇÕES
INVASÃO DAS CONSTRUTORAS
FONTES
MANGUESAIS
SITIOS ARQUEOLOGICOS
AMEAÇADOS
MANUTENÇÃO DAS CULTURAS
O GOVERNO É UMA AMEAÇA
RECUPERAÇÃO AGRESSIVA DO TERRITÓRIO
SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS
IVENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO



A Educação do Campo é a expressão identitária de um movimento nacional que tem afirmado o direito da população do campo de se educar no lugar onde vive e através de uma educação pensada a partir deste lugar, vinculada à sua cultura e que dialogue com as diversas dinâmicas humanas e sociais ali existentes. A interface entre a agroecologia e a educação do campo encontra-se em suas práticas sociais, políticas e pedagógicas, orientadas por uma intencionalidade e por princípios comuns de ações e processos de transformação da realidade na construção de outro projeto de desenvolvimento de sociedade, construído a partir de uma perspectiva participativa e de uma produção coletiva de conhecimentos.

A agroecologia pressupõe uma nova forma de se relacionar com a natureza e com a sociedade. Para isso, é necessário superar a oposição campo-cidade e fortalecer a construção de um projeto popular de sociedade justo, democrático e igualitário. Por sua vez, os processos educativos em agroecologia pressupõem "novas" estratégias de produção do conhecimento, do ensino e da aprendizagem, que não são as convencionalmente impostas para o ato de aprender e ensinar. Esses processos, entretanto, para serem respeitados, precisam de um ambiente democrático. A falta de democracia tem, inclusive, ameaçado todas as conquistas recentes da agroecologia e da educação do campo. Por isso, a luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil é crucial para todos os seres, do campo ou da cidade.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

O seminário buscou compartilhar iniciativas em educação do campo e em agroecologia que estão acontecendo no Brasil. Para isso, foram escolhidas 5 experiências, que tiveram 15 minutos para fazer uma apresentação inicial.

Após a apresentação das experiências, foi realizado um debate em plenária, com reflexão coletiva sobre os temas do seminário.

EXPERIÊNCIAS

1) PROGRAMA CISTERNAS NAS ESCOLAS

Rafael Neves, coordenador do *Programa Cisternas nas Escolas* – Centro Sabiá/Articulação do Semiárido, ficou responsável por conduzir a conversa. Ele começou argumentando que não dá para falar desse trabalho sem falar do Semiárido, região do país que tem 9 meses de estiagem e 3 de chuva. Trata-se de um território enorme, com mais de 1.200 municípios. Ele chama a atenção para o fato de que há muitos semiáridos no Semiárido e para dois marcos do território: 1) questões naturais; e 2) questões políticas. Se, por um lado, os aspectos naturais da região são caracterizados pela seca e pela estiagem; por outro, a falta de políticas para lidar com essas condições intensifica a desigualdade na região. Há uma indústria da seca que vive da dificuldade do acesso à água. Outro ponto é que o povo do Semiárido não é visto como sujeito. Essa violência simbólica determina a vida das pessoas e é reproduzida nas escolas. O Semiárido é medido e lido em suas limitações em vez de ser percebido em seu potencial. É preciso ter em mente que o povo do Semiárido é vanguardista no aproveitamento e na estocagem de água. As estratégias de luta dos movimentos sociais para combater a seca e estimular a convivência com o Semiárido passam pela observação das práticas dos antigos, que



sempre se organizaram para lidar com o clima. A cisterna é um desses exemplos: as comunidades sempre armazenaram água da chuva. Outro ponto é a conscientização de que a política de educação deve caminhar em conjunto com a realidade do Semiárido numa perspectiva contextualizada, valorizando a cultura e os modos de vida por meio do Projeto Político Pedagógico, do currículo, etc.

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) engloba praticamente todos os municípios da região e envolve mais de 3 mil organizações da sociedade civil. As ações da ASA são voltadas para o desenvolvimento das comunidades e para a autonomia das famílias. Para a ASA, a cisterna não é o fim de um processo de luta, mas o início da mobilização e da capacitação das comunidades. Através das cisternas, a ASA potencializa o processo educativo nas escolas, transformando a forma como a comunidade se relaciona com o território e minimizando o êxodo rural. Para que as ações sejam bem-sucedidas, é preciso: exigir ações do poder público que atendam às demandas da região; manter a articulação com as comunidades, criando sentimento de pertença; estabelecer diálogo e capacitação com as merendeiras, profissionais que podem atuar na segurança alimentar; e investir na formação de professoras/es, debatendo as ações realizadas na escola que podem contribuir para a transformação do ambiente. As ações da ASA não são contínuas, pois, apesar de trabalhar com as escolas, não está inserida nelas. Por isso, a estratégia de formação de professoras/es e a atuação com a comunidade escolar é tão importante. Entre os desafios, o facilitador destacou que muitas/os professoras/es não são concursadas/os. No Semiárido, troca-se voto por água e se troca voto por cargo de professora/or também. Isso dificulta a capacitação, uma vez que muitas/os servidoras/es não são efetivas/os. Outro desafio é o fechamento das escolas do campo, intensificado no pós-golpe. A ASA conclama a retomada da campanha *Fechar escola é crime*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A escola do campo é um direito. A luta para ter cisternas nas escolas é uma luta pela transformação da escola. Mas, antes, é preciso garantir a sua existência.



2) CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Élida Miranda, educadora do curso de graduação em Educação do Campo – Licena/UFV, contou que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) se destinam às instituições de Ensino Superior para formar educadoras/es do campo. São conquistas recentes, fruto do protagonismo dos movimentos sociais que, desde 2004, reivindicam políticas de formação que contribuam com os anseios da educação e da escola do campo. Em 2007, teve início uma experiência-piloto dos cursos das LECs em quatro universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (Ufba) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). Em 2012, a luta dos movimentos sociais pela educação do campo se fortaleceu e foi reconhecida como política pública do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). A partir daí, foram criados 42 cursos de licenciatura na área. Atualmente, há 45 cursos de Licenciatura em Educação do Campo em funcionamento no país, que possuem algumas características em comum: 1) são uma conquista dos movimentos sociais; 2) fundamentam-se nos princípios da educação popular, da educação campesina e da educação como formação humana, contrapondo-se ao projeto limitado da escola capitalista, cuja lógica estruturante é a produção de mão de obra para atender aos interesses do mercado; e 3) compreendem a educação como um direito público e social vinculado a um projeto de sociedade que reconhece a agroecologia como matriz de formação. Os cursos têm como objetivo a formação de educadoras/es por áreas de conhecimento para a docência multidisciplinar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e também para atuar na gestão de processos educativos escolares e comunitários, organizando os componentes curriculares a partir de quatro grandes áreas: 1) Artes, Literatura e Linguagens; 2) Ciências Humanas e Sociais; 3) Ciências da Natureza e Matemática; e 4) Ciências Agrárias.



A proposta tem na alternância e na agroecologia as bases para seu projeto político e pedagógico. A alternância possibilita uma formação pautada na transformação da realidade, promovendo reflexões sobre a relação campo-cidade e sobre a agroecologia enquanto projeto de campo e de sociedade. As alternâncias de tempos

e espaços educativos e seus instrumentos pedagógicos permitem o diálogo e a interação entre o mundo da vida e a universidade, e é neste movimento constante de tempo-escola e tempo-comunidade que diversas articulações são desencadeadas, como, por exemplo, as ações realizadas por educandas/os e educadoras/es contra o fechamento das escolas do campo, o diálogo e a parceria com os movimentos sociais e sindicais e a participação em projetos e eventos que visam fortalecer o conhecimento agroecológico. Vale destacar que, na dinâmica de formação por alternância, educadoras/es e educandas/os conhecem e vivenciam diversas realidades, construindo coletivamente o entendimento da agroecologia para a transformação da realidade do campo e da cidade. A experiência da licenciatura em Educação do Campo tem provocado reflexões fundamentais na universidade no que se refere: 1) à formação por alternância; 2) à relação educadora/or-educanda/o; 3) à construção do conhecimento agroecológico; 4) ao acesso e à permanência das/os estudantes na universidade; 5) à relação universidade-sociedade; 6) à relação campo-cidade; e 7) a debates e ações protagonizados por egressos e estudantes das LECs. Entre os desafios, a facilitadora destacou a descaracterização da proposta de formação por alternância; a falta de compreensão da agroecologia enquanto movimento, ciência, prática e projeto político-pedagógico; o não protagonismo dos movimentos sociais no processo de formação da/o educadora/or; e a dificuldade de acesso e permanência dos estudantes das LECs nas instituições de Ensino Superior. Por fim, Élida reforça que o fortalecimento da educação do campo passa pela defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e da agroecologia como projeto político e pedagógico.

3) ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA

Daniel e Diego são egressos da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc), localizada no Vale do Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul, e criada em 2009, sendo a primeira Escola Família Agrícola (EFA) no Sul do Brasil. Eles contaram que a Efasc surgiu num momento em que a cultura do tabaco predominava na região, funcionando numa lógica de exportação e uso intenso de veneno. A região, que é marcada também pela forte presença da agricultura de base familiar, não debatia a educação do campo. Em 2008, um grupo de educadoras/es que estava visitando outras EFAs voltou para a cidade, e as/os integrantes desse grupo se tornaram monitoras/es da escola um ano depois. A escola passou a ser um espaço educacional voltado para o diálogo com a comunidade e com as/os pequenas/os agricultoras/es. Atualmente, o Vale do Rio Pardo conta com 2 EFAs, atendendo 20 municípios. O conceito de *educação do campo* está sendo cada vez mais apropriado pela lógica do mercado, então eles perceberam que outras



escolas da região começaram a usar as experiências da Efasc em suas matrizes curriculares. Um grande avanço é a inserção da educação popular como um princípio e a agroecologia como eixo transversal no processo de formação. Esta forma de compartilhar conhecimentos está para além de "dar aulas", pois envolve novas formas de relação entre educandas/os e educadoras/es e estimula a participação da comunidade.

A Efasc é um espaço de resistência ligado à juventude que dá força ao Movimento pelo Direito a uma Educação do Campo. A instituição une diferentes atores em busca de um corpo comum, que vai criando um contexto diferente do agronegócio. Embora ainda seja uma região dependente da produção de fumo, nesses 9 anos de Efasc percebe-se que a correlação de forças já mudou. A escola propõe feiras produzidas pelas/os estudantes, além do Estágio Interdisciplinar de Vivência, no qual as/os jovens trocam experiências. O Vale do Rio Pardo apresenta características geográficas e culturais bem distintas, sendo marcado pelo início do Pampa e pela colonização alemã. A Efasc incorpora essa diversidade, trazendo o conhecimento do povo do campo para dentro da escola. Esse processo contribui para que as/os formandas/os estejam engajadas/os com processos de organização comunitários.

VOZES DA PLENÁRIA

> *"Estudar na Efasc foi uma experiência bem diferente da que tive na escola em que eu estava antes. Já no primeiro ano, resgatamos as histórias de vida das nossas famílias, e isso nos fez valorizar e ter orgulho da nossa origem. No segundo ano, saímos da propriedade para conhecer nossa comunidade e as outras famílias que vivem nela. No terceiro ano, fomos compreender melhor a realidade do nosso município, seus aspectos*

culturais, políticos, sociais, etc. Minha família antes trabalhava com a produção de melancia; depois que eu entrei na Efasc, fizemos a transição para o modelo agroecológico. Hoje, produzimos também hortaliças. Minha família vive da terra e da comercialização dos produtos desde os tempos dos meus avós. Eu não tinha certeza se queria essa herança e, depois de fazer meu estágio e de me formar, fiquei um pouco perdido. Fizemos um grupo de produção dos egressos, e essa organização nos ajudou a ver a possibilidade de feiras e outras estratégias de produção. Graças a isso, graças à Efasc e a tudo o que ela fez por mim, eu continuo na propriedade.

Pico, egresso da Efasc

“*Sou agricultora, me formei há dois anos. Estou aqui para afirmar que nós somos fruto da luta de todos vocês. Minha família sempre produziu tabaco, mas, depois de eu entrar para a Efasc, começamos a refletir sobre nossa realidade. Apesar de toda a dificuldade, começamos a buscar outras alternativas. Mudamos nossa lógica de produção e, mesmo ainda produzindo tabaco, não é a única coisa que fazemos. Hoje, produzimos também hortaliças e, com a participação no grupo de egressos, fazemos também as feiras. Não se trata de bater de frente com nossa família e de impor outra lógica, sabemos que a transição agroecológica não é fácil. Mas é necessário mostrar que existem alternativas. Acreditamos na educação do campo como forma de mudar a nossa realidade. Alguns avanços que a gente percebe é que alguns colegas de EFAs continuam em suas propriedades, alguns seguem os estudos, etc., mas todos continuam multiplicando a agroecologia e deixando as marcas do que aprendemos pelo chão. Essa caminhada é muito linda. Acredito que muita coisa ainda vai acontecer. Ainda temos que enfrentar muitos desafios. Retrocessos como o fechamento das escolas do campo, o fim do financiamento dos parceiros que pararam de nos apoiar e o corte do Bolsa Jovem (auxílio de duzentos reais mensais) são alguns exemplos das dificuldades que estamos vivendo. Outro desafio é que o* Projeto Profissional do Jovem*, que fazemos durante os anos de escola, nem sempre pode ser continuado depois que nos formamos. A dificuldade de acesso às políticas públicas para jovens agricultoras/es tem sido bastante forte, e isso é um grande desafio.*

Bruna, egressa Efasc

4) REDES DOS NÚCLEOS DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA (NEAS)

Luiza Damigo, do Projeto de Sistematização dos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs), contou que os NEAs são uma inovação das instituições de ensino brasileiras, que se consolidaram por meio de Chamadas Públicas e que, desde 2010, vêm construindo espaços para pesquisa em agroecologia dentro das universidades e Institutos Federais (IFs). Os Núcleos constroem processos interdisciplinares de produção do conhecimento através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com o Projeto de Sistematização, percebemos que os Núcleos são espaços que acolhem a diversidade, fortalecem as resistências e participam da construção de processos educativos transdisciplinares em sintonia com diversos atores (agricultoras/es, estudantes, pesquisadoras/es, representantes institucionais, técnicas/os de Ater, etc.). Hoje, no país, existem mais de 70 redes de articulação dos Núcleos.

Durante o Projeto de Sistematização, 17 NEAs foram acompanhados para que se pudesse ver como eles atuam e quais as suas contribuições para os territórios. Todo mundo pôde sistematizar e comunicar seus conhecimentos. Essa sistematização reanima a





memória coletiva a olhar com mais detalhes para ações que são parte do processo organizativo e de que, às vezes, não se dá conta. Por meio desse processo, foi construído o *Rio do Tempo*, que é a história coletiva que desvenda os caminhos que possibilitaram a experiência narrada. Os caminhos são coletivos, e a sistematização possibilita esse sentimento de pertença. Isso ajuda a olhar com mais afeto e cuidado para os processos. Às vezes, o sentimento é de que se está fazendo pouco, mas, quando se juntam as experiências, vê-se que grandes transformações estão sendo geradas. Merecem destaque as metodologias participativas, que ajudam a construir um processo horizontal do conhecimento e possibilitam maior integração entre os Núcleos de diferentes territórios e o fortalecimento da rede de agroecologia. A referência teórica é o feminismo, por isso a questão de gênero faz parte da matriz. *"Não vamos transformar a realidade sem transformar a forma como nos relacionamos. O protagonismo das mulheres, bem como de todos os sujeitos historicamente oprimidos, deve ser parte da nossa prática cotidiana. Afinal,* Sem Feminismo, Não Há Agroecologia", afirmou Luiza Damigo.

Dentre os avanços promovidos pelos NEAs, percebe-se a criação e o aperfeiçoamento de disciplinas e cursos que articulam diferentes áreas do conhecimento e trazem inovações metodológicas. Além disso, destaca-se a maior abertura das instituições de ensino e pesquisa para a participação das/os consumidoras/es e outros atores. O maior retrocesso é o cenário de golpe vivido, com o severo corte de recursos voltados para políticas públicas que promovem a agroecologia e com a falta de editais específicos para o financiamento das Redes e Núcleos. A partir de espaços de acolhimento e (re)existências, o desafio é o contínuo fortalecimento das experiências agroecológicas que dão pista de outro mundo possível. Além disso, é preciso reinventar caminhos para que, mesmo diante dessa difícil conjuntura, as ações não parem. O constante diálogo de saberes e as diferentes formas de se fazer ciência também são elementos-chave nesse processo de transformação e ressignificação do conhecimento. Ray, agricultor do Núcleo Cajuí, no Piauí, resume bem o que são os NEAs: *"A agroecologia é chuva em terra seca, e os Núcleos são sementes férteis".*

5) SOF – ATER AGROECOLÓGICA E FEMINISTA

Izaldite, agricultora de Barra do Turvo, Vale do Ribeira (SP), relatou que o Vale é uma região rica em matas e águas, mas é também uma região de muita luta. *"A gente já fazia economia solidária e não sabia. Depois que chegaram as meninas da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), a gente aprendeu mais. Antes, os técnicos homens chegavam lá e diziam o que a gente tinha que fazer. Quando as técnicas da SOF chegaram, foi diferente. Elas nos perguntaram o que a gente queria fazer, nos propuseram um jeito diferente de trabalhar, e isso nos animou muito. Elas valorizam as nossas coisas."* Izaldite disse que muitas mulheres que viviam dentro de casa, que não sabiam o que fazer, algumas até em depressão, começaram a se organizar. *"Como temos muita mata e muita água ainda, a gente pensou em atuar na preservação, porque sabíamos que muita gente não tem isso mais."* Para a agricultora, esta segue sendo a principal preocupação: cuidar para que a região não seja desmatada. *"Hoje, muitos lugares estão sendo reflorestados, e isso nos enche de orgulho. É uma história muito longa e muito gostosa de se contar – de lutas muito grandes de mulher índia, quilombola, de comunidade tradicional construindo aquilo que mais tarde nossos filhos e netos terão."*

Com o desenvolvimento dessa iniciativa no Vale do Ribeira, muita gente já vem parando de jogar veneno na horta e no quintal. *"A gente mora no último município de São Paulo, seguindo para o Paraná, e estamos alimentando nossa comunidade e a cidade de São Paulo com comida de verdade, sem veneno. Aprendemos a trabalhar com as Cadernetas Agroecológicas e, no fim do mês, sabemos o quanto economizamos em mercado, seja nas trocas ou na venda da nossa produção."* Izaldite considera que essa informação é muito importante para a autonomia das mulheres, pois durante muito tempo tiveram que ouvir que o trabalho delas não era importante e que não faziam nada. *"Na agricultura, a gente tem muita fartura, mas dinheiro, às vezes, é difícil, porém com a caderneta a gente aprendeu a se comunicar, a ser companheiras"*, destacou a agricultora.

Gláucia Marques, da SOF, contou que a Ater Feminista é uma construção coletiva do conhecimento, que chegou como uma conquista da luta das mulheres no Vale do Ribeira, sobretudo por reivindicação da Marcha das Margaridas. "*A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é uma política pública, e fizemos essa luta via Movimento de Mulheres para que ela pudesse ser executada atendendo às demandas das agricultoras, que são, geralmente, as menos beneficiadas por esses programas*." No Vale do Ribeira, foram atendidos 12 municípios, beneficiando 240 mulheres que seguem fazendo atividades e reinventando formas de resistências diante dos retrocessos. Das ferramentas que usaram para tratar dos vários assuntos com as mulheres, Gláucia destaca, além da

Caderneta Agroecológica, o "relógio". *"O 'relógio' é uma ferramenta que ajuda a gente a ver a diferença entre o tempo de trabalho das mulheres e o dos homens, mostrando que as mulheres trabalham mais hora/dia e ainda assim não são respeitadas."*

Um dos desafios citados por Gláucia se refere à dificuldade em fazer com que as mulheres deixassem as tarefas domésticas para ir às reuniões. *"Era muito difícil conseguir tempo; depois isso foi mudando e, hoje, elas sentem necessidade de estar reunidas."* Atualmente, já existem 8 grupos de mulheres que articulam a entrega da produção, facilitando a comercialização. Além de falar da produção e de práticas agroecológicas, são abordados, nas reuniões, assuntos como a violência contra as mulheres. "*O principal motivo de a Ater Feminista ter se mantido é que hoje há grupos que se apoiam. Ainda temos muitos desafios, como, por exemplo, a luta para inserir o nome das mulheres na nota do produtor: quem assina é o homem, que é o proprietário da unidade de produção. Mas, sem dúvida, a organização das mulheres já reflete um grande avanço para a agroecologia no Vale do Ribeira."*



REFLEXÃO COLETIVA

- A luta pela agroecologia tem que estar nas escolas do campo e da cidade e nas universidades. Deveria ser obrigatória, principalmente nos cursos de licenciatura.
- Trabalho para ressignificação da construção do conhecimento nos territórios: experiências da ASA na Paraíba.
- Duas direções para pensar educação do campo: 1) desafio em dialogar com as/os professoras/es da Educação Básica, considerando que o currículo educacional é construído desrespeitando as particularidades dos territórios; e 2) luta para o não fechamento das escolas do campo.
- As escolas públicas de Minas Gerais que se identificam como sendo do campo seguem as mesmas diretrizes educacionais das outras escolas. Com isso, corre-se o risco de romper com a concepção da educação do campo.
- Desafios para a educação: formação continuada das/os educadoras/es e cuidados com a formação a distância.
- Os NEAs contribuem para o rompimento com a monocultura do saber. Por isso, é importante defender e lutar pela manutenção das Políticas Públicas dos NEAs. Defender a existência dos NEAs é defender uma universidade que seja das agricultoras e dos agricultores, dos povos e comunidades tradicionais, etc.
- Possibilidade de construir Núcleos de Agroecologia também nas Escolas Família Agrícola.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação – educação contextualizada à realidade do campo é um direito.
- Lutar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que foi concebido pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) como uma ferramenta de fortalecimento da educação do campo.
- Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 – que congela os gastos em saúde, educação e assistência social por 20 anos. Para garantia de uma educação de qualidade, seja no campo ou na cidade, é necessário frear os retrocessos desse governo golpista.

- A Universidade Federal do Pará (UFPA) é a responsável por acolher denúncias relacionadas ao fechamento das escolas do campo e acionar o Ministério Público Federal. Alguns avanços têm sido observados, como a reversão e mesmo o impedimento de processos de fechamento das escolas, graças à participação efetiva da comunidade. A presidenta Dilma Rousseff assinou uma normativa que determinava que as escolas só podem ser fechadas se houver consulta à comunidade, mas isso não está acontecendo.

- Falta de concursos públicos que reconheçam a Licenciatura em Educação do Campo como uma área de formação. É preciso lutar pelo reconhecimento dessa categoria profissional.

- Quando os movimentos sociais propuseram a política de educação do campo, ela valia também para as escolas que estão na cidade e recebem estudantes do campo. Mas houve um recuo nessa luta, e a proposta foi concentrada no Procampo.

- O movimento pela educação do campo foi se construindo de forma paralela ao movimento agroecológico, mesmo tendo a mesma base. Esses movimentos, em diversos momentos, pouco dialogaram, principalmente nas estruturas organizativas de nível mais amplo, como os espaços nacionais, por exemplo.

- A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) são organizações que têm um papel muito importante na construção do movimento agroecológico, na sua expressão nacional e, principalmente, na sua capacidade de incidir nas políticas, assim como foi na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Apesar disso, as propostas voltadas à educação do campo na Pnapo são muito frágeis.

- O movimento agroecológico desenvolveu uma série de metodologias de trabalho e de construção do conhecimento que deveriam ser mais bem aproveitadas nos processos de formação da educação do campo.

- Em que medida as organizações envolvidas com o movimento agroecológico entendem a luta pela educação como uma luta fundamental para o campo agroecológico? A luta contra o fechamento das escolas é uma luta do movimento agroecológico. Desafio: aproximar o movimento pela educação do campo e o movimento agroecológico.

- Defender as políticas da educação do campo é defender a democratização e a popularização da universidade. A agroecologia não é uma disciplina: é um assunto transversal e deve estar incluída em todos os assuntos que estudamos.
- Proposta: fazer uma rede de comunicação para ampliar a divulgação das experiências em educação do campo nos diferentes territórios. A divulgação do que está dando certo pode levar esperança para outros territórios que também travam essa luta.
- Crítica ao governo do PT – reflexões sobre o quanto houve de acomodação com o governo Lula, aceitando reformas e políticas de assistência como projeto para os territórios, e não seguindo a luta por transformações radicais na sociedade.
- Extermínio da juventude negra – não se pode falar em educação do campo sem falar da morte dos jovens que vão para a cidade em busca de melhores condições de vida e acabam entrando para a criminalidade e virando vítimas desse Estado racista. Defender a educação do campo é defender a permanência da juventude no meio rural.
- Não se faz a transição agroecológica pensando somente a partir da educação escolarizada. Há uma limitação de pensar educação pelo seu viés institucional, mas essa é só uma forma. Existe o desafio de fazer esse debate de forma mais contundente, porque, enquanto os espaços não institucionais não forem reconhecidos como espaços de produção de saberes, não vai haver avanço.
- A experiência da SOF mostra a diferença que faz uma Ater comprometida com o processo de transição agroecológica e com uma outra relação com as comunidades.
- A experiência dos NEAs remonta à década de 1980. Os NEAs são uma política que os jovens construíram. A política de apoio aos Núcleos está ameaçada. Os Núcleos não existem só pelos recursos, não existem somente como projetos no CNPq. É necessário ver os Núcleos como possibilidade de pensar: “Qual ciência queremos construir? Qual ciência agroecológica queremos construir? De que ciência estamos falando?”.
- Como seguir nessa situação em que os jovens se formam para atuar no campo, mas não possuem terra? Tem-se uma preocupação grande não só em formar técnicos, mas em incentivar que as filhas e os filhos de agricultoras e agricultores que ingressam nas EFAs permaneçam no campo. Então, a luta pelas EFAs tem que estar relacionada à luta por terra e território.

* Pensar uma educação do campo agroecológica implica fazer uma leitura das realidades para além da produção. As pautas sobre sexualidade, religiosidade, violências de gênero, entre outros desafios, devem caminhar.

* Além das 5 experiências, 24 pessoas falaram na roda de conversa, contribuindo para a reflexão coletiva do debate. Isso evidencia a importância de espaços como esse e a necessidade de seguir falando sobre essa temática para além do IV Encontro Nacional de Agroecologia.



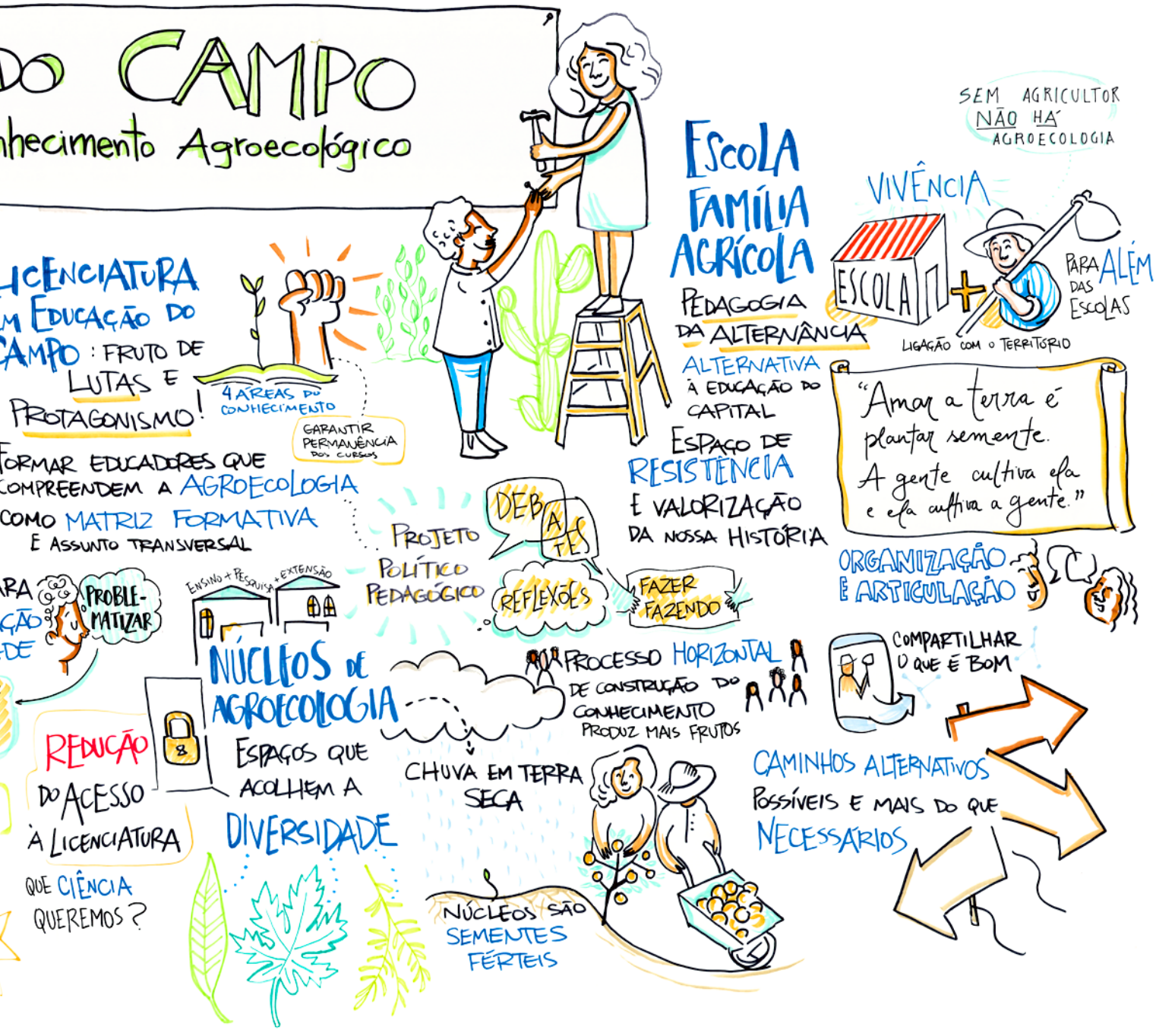
DENÚNCIAS

- Fechamento das escolas do campo.
- Emenda Constitucional nº 95/2016, que corta recursos para saúde, educação e assistências sociais.
- Corte de recursos para os NEAs.
- Desmonte da Ater Agroecologia.
- Concentração fundiária.
- Dificuldade de acesso e permanência das/os jovens camponesas/es nas universidades e o comprometimento da pedagogia da alternância.
- Relação entre o agronegócio e o fechamento das escolas do campo – um campo sem gente.

ANÚNCIOS

- Papel que a educação do campo tem no enfrentamento ao agronegócio.
- Importância das escolas na manutenção das comunidades camponesas.
- Importância dos NEAs para mudar o perfil da universidade e para a transformação do fazer científico.
- Ater Agroecologia como valorização, sobretudo para a participação das mulheres.
- Importância das mulheres e dos povos de comunidades tradicionais na promoção da agroecologia.
- Reconhecimento da importância da horizontalidade na produção do conhecimento.


IV ENA
01 * JUNHO * 2018
EDUCAÇÃO
e construção do Cor
INDÚSTRIA DA SECA VIVE DA NECESSIDADE DE ÁGUA
ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO
CISTERNA NAS ESCOLAS
SEMPRE REVER O QUE PAULO FREIRE FALOU
PERTENÇA
ESCOLA DO CAMPO
OFICINAS
FORMA PESSOAS
"EMPACOTAMENTO"
-APOIO
-BOLSAS
FECHAMENTO
DE ESCOLAS
PÓS GOLPE
SEM ESCOLAS DO CAMPO NÃO HÁ CAMPO
MORTE
DA CULTURA
DOS JOVENS
DA EDUCAÇÃO
DA AGROECOLOGIA
COMUNIDADE PRESENTE NAS ESCOLAS
ESTRATÉGIAS DE LUTA:
CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA
RIQUEZA DO SEMIÁRIDO
O QUE VOCÊS QUEREM FAZER?
EDUCAÇÃO PA
TRANSFORMA
DA REALIDA
TRAZER PARA PERTO O PODER PÚBLICO LOCAL
EMPODERAR PARA MUDAR POLÍTICAS PÚBLICAS
DESPERTAR
ATER AGROECOLÓGICA E FEMINISTA
EU FAÇO!
EU TENHO!
REALIDADE PÉ NO CHÃO
TODAS NA MESMA CAMINHADA
. CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE TROCA E APOIO
. RECONHECIMENTO DE SI E DO SEU LUGAR
RIQUEZA DE VERDE E LUTA
NA MAIORIA DAS VEZES CONCEBE O CAMPO COMO A SOBRA, QUE VAI DESAPARECER.
A CONTEXTUALIZAÇÃO NÃO PODE CHEGAR PRONTA.
PENSAR EDUCAÇÃO DO CAMPO DEVERIA SER PARA TODAS AS LICENCIATURAS.
POVO TEM QUE SER VISTO COMO SUJEITO
ROMPER COM A MONOCULTURA DO CONHECIMENTO!


DO CAMPO
nhecimento Agroecológico
LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: FRUTO DE LUTAS E PROTAGONISMO!
4 ÁREAS DO CONHECIMENTO
GARANTIR PERMANÊNCIA DOS CURSOS
FORMAR EDUCADORES QUE COMPREENDEM A AGROECOLOGIA COMO MATRIZ FORMATIVA E ASSUNTO TRANSVERSAL
PROBLEMATIZAR
ENSINO + PESQUISA + EXTENSÃO
NÚCLEOS DE AGROECOLOGIA
ESPAÇOS QUE ACOLHEM A DIVERSIDADE
REDUÇÃO DO ACESSO À LICENCIATURA
QUE CIÊNCIA QUEREMOS?
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DEBATE
REFLEXÕES
FAZER FAZENDO
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA
ALTERNATIVA À EDUCAÇÃO DO CAPITAL
ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA
SEM AGRICULTOR NÃO HÁ AGROECOLOGIA
VIVÊNCIA
ESCOLA
PARA ALÉM DAS ESCOLAS
LIGAÇÃO COM O TERRITÓRIO
"Amar a terra é plantar semente. A gente cultiva ela e ela cultiva a gente."
ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO
COMPARTILHAR O QUE É BOM
PROCESSO HORIZONTAL DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PRODUZ MAIS FRUTOS
CHUVA EM TERRA SECA
NÚCLEOS SÃO SEMENTES FÉRTEIS
CAMINHOS ALTERNATIVOS POSSÍVEIS E MAIS DO QUE NECESSÁRIOS

COMUNICAÇÃO E CULTURA POPULARES: TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DA AGROECOLOGIA



Experiências de comunicação e cultura popular, comunitária, alternativa, independente e livre fazem parte da história das lutas sociais contra injustiças e desigualdades e por direitos, tanto no Brasil como em outros países da América Latina. No campo agroecológico, são inúmeras experiências comunicativas e culturais que semeiam transformações na busca por soberania alimentar, com respeito ao meio ambiente e às formas de fazer e saber de agricultoras/es familiares e povos e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, a comunicação e a cultura cumprem importante papel diante da necessidade de defesa da democracia, sistematicamente ameaçada após o golpe vivido no país, resultado da pressão articulada de três frentes majoritariamente dominadas por forças conservadoras: Judiciário, Parlamento e mídia corporativa. Esses são alguns dos enfoques do eixo *Comunicação e Cultura* que podem fortalecer a amplificação de narrativas sobre a importância da agroecologia para a sociedade como um todo.

Ao mesmo tempo, em um movimento mais para o interior do campo agroecológico, busca-se debater e pensar como agir coletivamente para que a comunicação e a cultura sejam braços que: fortaleçam narrativas da diversidade dos povos que produzem comida de verdade; colaborem para que cada vez mais sujeitos políticos se empoderem do direito à comunicação e consigam expressar suas culturas, principalmente as alimentares; e sejam ponte para potencializar outros direitos, como o direito à terra e ao território, à água, ao trabalho digno, à alimentação, a um meio ambiente saudável, aos direitos das mulheres, ou seja, a tudo que se relaciona à agroecologia.

Por tudo isso, neste IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), foi fundamental debater *Comunicação e Cultura como Territórios Simbólicos da Agroecologia*, voltados para a construção de conhecimentos e ampliação dos diálogos entre campo e cidade. O seminário foi, portanto, um momento de reflexão para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sobre o papel da comunicação e da cultura, abordando os três eixos: i) construção do conhecimento; ii) fortalecimento da democracia; e iii) diálogo entre campo e cidade.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

- Mística de abertura, com apresentação de músicas e poemas e ritualização de defumação.
- Após a mística, foram apresentadas três questões geradoras para o desenvolvimento da temática:
  - Como vamos manter os processos de cultura e comunicação vivos e em movimento nos territórios?
  - Como a arte, a cultura e a comunicação caminham juntas?
  - Como essa parceria fortalece a defesa da democracia e da agroecologia?



- Introdução ao seminário: *"A comunicação e a cultura neste seminário são vistas como espaços da agroecologia, onde se constroem as ideias e se faz uma contracomunicação. Vamos desvelar como estão sendo feitas as comunicações nos territórios".*
- Apresentação das experiências.
- Abertura para quatro pessoas falarem sobre as experiências apresentadas.
- Participantes escreveram em tarjetas respostas às seguintes questões: "Qual é a experiência mais significava de arte e comunicação no seu território?", "Como vamos manter vivos processos de cultura e comunicação nos territórios?".
- Finalização dos debates, com agradecimentos, fala-síntese feita por Patrícia Tavares e uma fala provocadora para continuar fortalecendo as ações e os coletivos de comunicação e cultura.
- Mística de finalização, com o canto da música *Engenho de Flores*, de Josias Sobrinho.

EXPERIÊNCIAS

1) GRUPO DE TEATRO AMADOR DO POLO SINDICAL DO TERRITÓRIO DA BORBOREMA (PB)

Apresentação de **Roselita Vitor Albuquerque**, assentada e coordenadora do Polo Sindical do Território da Borborema:

> *"Em 2012, começamos a perceber a necessidade de trabalhar com teatro no Polo da Borborema, com os agricultores, as agricultoras, as lideranças. Isso surge da necessidade de fazer comunicação com a nossa base, com questões que nos machucam e nos fazem refletir sobre o nosso próprio cotidiano. O teatro apresentado no seminário mostra nossa forma de vida e faz denúncia. Esta apresentação era sobre a divisão justa do trabalho. As peças têm perspectiva de atuar com diferentes idades, diferentes formas – teatro de bonecos, músicas, místicas e outras atividades para construir essa comunicação.*
>
> *A peça de teatro é uma forma de comunicar, fazer com que os sujeitos sociais possam se ver nesses personagens e refletir a realidade na sua*

forma de pensar o mundo camponês. Assim, vamos abrindo esse espaço para discutir com nossas famílias. Muitas peças são fruto de fatos reais, da vida das agricultoras."

Apresentação de **Márcia**, da Comissão Executiva de Jovens do Polo Sindical do Território da Borborema:

"O teatro tem o papel de comunicar de forma dinâmica e alegre, transformando um conteúdo complicado. E é isso que temos feito desde 2001. Para a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia*, já fizemos sete roteiros. No começo, as mulheres não se indignavam e riam muito, mas foram entendendo que o que as peças mostravam com humor era uma coisa muito grande, muito importante. Vimos despertando nas mulheres sua rebeldia. São temas voltados à realidade das mulheres, à desigualdade entre homens e mulheres, à questão da juventude (violência em mulheres jovens), às políticas públicas. Já fizemos 35 apresentações para 35 mil pessoas. Mais mulheres são conquistadas, e mais rebeldia é despertada. Vamos nos rebelar mesmo, o teatro tem proposto isso pra gente."*

Apresentação de **Edson**, técnico da AS-PTA, integrante do Núcleo Juventude e Teatro Amador do Polo da Borborema:

"As peças contextualizam e fazem parte da vida dessas pessoas. Vemos que há uma conscientização sobre o tema e aprofundamos com o teatro e as discussões. Assim, vai aumentando a complexidade desse tema. Já fizemos 18 peças para adultos e 30 peças para crianças e adolescentes, com temas como o enfrentamento ao agronegócio, o acesso à água e o resgate de sementes crioulas.

Uma agricultora do território contou que o trabalho do Polo Sindical Borborema é um trabalho de revolução silenciosa. Ela acontece diariamente nas comunidades, nas famílias, por meio de associações, sindicatos, polos, etc."

2) FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC)

Apresentação de **Florence Poznanski**, do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC-MG):

> *"Esse evento tem em si a beleza da cultura popular e a importância da coletividade para a transformação. Temos [no FNDC] uma luta de 25 anos por uma mídia mais democrática, que represente a diferença do povo. É uma experiência de luta, de pautar esse tema e tornar essa discussão mais forte. É composto nacionalmente por diversas entidades (ONGs, movimentos sociais populares, sindicatos, organizações de juventude, ASA, jornalistas livres, sindicatos, etc.).*
>
> *Para defender uma sociedade mais justa, plural, emancipada e autônoma, precisamos discutir os meios de comunicação. A forma de expressar a cultura acaba sendo influenciada pelas várias maneiras de narrar e contar a história. Cultura é muito plural e complexa, depende da maneira como ela é narrada. A comunicação de hoje se tornará história amanhã. O que está na mídia hoje é o que será ensinado aos nossos filhos amanhã. É necessário perguntar: 'Quem está narrando essa história? Qual é o ponto de vista?'. É preciso colocar os atores no centro da comunicação. Como essa história será contada? A partir de qual cultura? Os povos ancestrais e as comunidades tradicionais na agroecologia são colocados como a base para narrar essa história.*
>
> *Por que é tão importante colocar cultura e comunicação juntas? Se a gente não entende a comunicação de base, que busca integrar as coisas, se não conseguimos falar uma língua comum, não estaremos fazendo comunicação. A gente defende a mídia pública, que é a mídia de todos. A rádio tem que ser de todos nós, não pode ser somente de quem constrói a estrutura que a transmite."*

3) QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA – PARATY (RJ)

Mística sobre a importância da juçara (*Euterpe edulis*) para os povos tradicionais. Apresentação com jongo; música e entrega de sementes de juçara.

"NÓS SOMOS FILHOS DE MOÇAMBIQUE, SOMOS NEGROS, SIM SENHOR!"

Apresentação de **Sinei Barreiros Martins**, do Quilombo do Campinho (RJ):

> *"Trouxemos o jongo porque acreditamos que, através da cultura, há a transformação. Nós somos vistos como uma comunidade que atrapalha o progresso. Se hoje somos Unidade de Conservação é porque lutamos. E é por isso que essa mata ainda existe.*
>
> *Pra gente, a juçara é um exemplo da Mata Atlântica. A juçara de pé é maravilhosa, ela dá fruto, ela reproduz. A gente a mantém de pé para trazê-la mais pra perto da gente. Quando está mais perto de nós, vêm tucanos e diversos animais que não existiam mais. Também há o suco da juçara, que é maravilhoso. A gente acredita muito que ela é uma baita árvore, capaz de ajudar a transformar. Com essa juçara de pé, a gente pode fazer artesanato, colar, fazer suco e uma bebida chamada de Mata Atlântica (cachaça, banana e juçara). Acreditamos que sempre foram essas plantas que cuidaram de nós e agora vamos cuidar delas."*





4) TERREIRO CULTURAL / PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA TEIA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG)

Apresentação de uma **assentada** do Assentamento Denis Gonçalves, em Juiz de Fora (MG):

> *"Vimos que precisávamos ressignificar a terra (sem veneno) e também a sua história. O MST tem a clareza de que arte e cultura é um jeito de estar e precisa comunicar o que fazemos. Juntamos com o Teia (Programa de Extensão Universitária da Universidade Federal de Viçosa) e fizemos várias reuniões para planejar e discutir as coisas. O terreiro foi a junção da cultura, da arte, da agroecologia. Teve oficinas de alimentação saudável, de tintas, de solos, de apresentações e de místicas.*
>
> *Esse terreiro foi a junção das pessoas pra pensar em uma comunicação que chegue no nosso povo, pensar numa alimentação saudável e se juntar para fazer comunicação pela arte. Como materializar a ideia? Utilizando os elementos e as simbologias da cultura, da arte e da agroecologia, que discutem o que vai ser melhor para este mundo."*

Apresentação de um **quilombola** do Quilombo do Rio Preto, em Guidoval (MG):

> *"Quem está no campo está isolado. É importante nos achegarmos, tentarmos a comunicação pelos territórios. Fazer com que as memórias ressurjam. Temos a primeira rádio* web *indígena Yandê.*
>
> *Na construção desses terreiros culturais, se conseguiu construir muitas histórias e experiências que eram proibidas antes. Ajudamos para que essa memória ressurja.*"

Apresentação de **Sebastião Farinhada**, músico popular:

> *"Uma das coisas que mais precisamos fazer é romper nosso próprio preconceito. Quando falavam* terreiro*, a primeira coisa que vinha era a ideia de* macumba*, de* candomblé*. Na verdade, é o terreiro que secava o café. Tínhamos que dialogar com as pessoas para quebrar essa barreira.*

Em um desses terreiros, levamos gente de candomblé e de umbanda para falar um pouco sobre isso. Estamos querendo contar nossa história, não é contar a religião. Não queremos impor religião, estamos contando e mostrando a nossa história. No terreiro cultural, não tem exclusão. Fui entender com 8, 10 anos de idade que aquela casinha de reza e a cultura do tambor e da saia branca na sexta-feira também é terreiro. Não podemos negar quem a gente é, a nossa história.

Essa dinâmica da terreirada provocou em nós o reencontro com a gente mesmo e a contextualização. Isso também politicamente. O terreiro é uma prática de saberes e sabores. Festa é luta."

5) SÉRIE CURTA AGROECOLOGIA – PARCERIA ENTRE O CANAL SAÚDE/FIOCRUZ E A ANA

Apresentação de **Márcia Corrêa e Castro**, comunicadora social e coordenadora do Canal Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz:

"Temos mais de 40 episódios exibidos no Canal Saúde. É uma programadora, um canal de TV (não é uma emissora). Uma possibilidade de comunicação expressando nossa forma de viver, chegando em mais pessoas. Temos programação diária que vai ao ar das 7h à meia-noite com antena parabólica e multiprogramação na TV Brasil (Grande SP, Grande RJ e DF) e na internet.

O Curta Agroecologia *é uma experiência que surgiu há 3 anos, fruto da parceria da ANA e do Canal Saúde, da Fiocruz. São cerca de 30 episódios, e todos os vídeos estão no Canal Saúde.*

Quais assuntos precisam ser discutidos? A comunicação no território é o que queremos debater entre nós. Como a gente conta a história da agroecologia para o resto da sociedade que não está no nosso território? Nossa mídia tradicional não dá conta de nenhuma das demandas, além de se apropriar de propostas agroecológicas, culturais, etc. A mídia comum é uma mídia feita nos grandes centros urbanos. Ela se apropria das questões da comunidade.

O Canal Saúde tem o papel de comunicar para além dos próprios territórios. É onde podemos contribuir. Queremos fortalecer esses veículos que não são hegemônicos. E essa janela está à disposição para o movimento da agroecologia.

A luta pela democratização consiste em assistir veículos alternativos, não se contentar com o Jornal Nacional*, com a mídia hegemônica. É não aceitar qualquer versão como se fosse fato. Se eu falar algo, ninguém dá bola, mas se aparece no* Jornal Nacional *todo mundo acredita. O problema é a versão deles ser hegemônica."*

VOZES DA PLENÁRIA

"Desde criança, eu vi minha mãe cantando para reforçar a riqueza do terreiro: "Lá no terreiro se faz luar, a rapaziada desata logo a cantar". Estamos recuperando uma história antiga que precisa, o quanto antes, ser a realidade.

Silvia, Quem Luta Educa, Viçosa (MG)

"Desde 1980, o movimento de luta pela democratização da comunicação pautou que não fosse um movimento feito somente por jornalistas e cineastas, mas que fosse um movimento feito por todos, enxergando comunicação como um direito.

Gilka Resende, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional e Coletivo de Comunicação e Cultura da ANA



“Estamos muito certos de pensar a cultura e a comunicação fortalecendo a agroecologia. Somos de um território do Pajeú e lá se cultua muito a cultura popular. A terra é muito mais do que plantar e colher. Será que conseguimos enxergar as outras funções da terra? Tirar a poesia das famílias agricultoras é esconder a enxada. Como pensar o que se resgata primeiro, a arte ou a semente? Será que tem prioridade? Um indígena, na abertura, disse que a terra é mais que plantar e colher. É pelos olhos da cultura que conseguimos enxergar.

Caio Menezes, Sertão do Pajeú (PE)

“Temos três artigos que falam de comunicação. Os únicos artigos da Constituição brasileira que não foram regulamentados. Não é por acaso. A lei de rádios é de 1962, atualizada em 1967; nessa época, nem a transmissão em rede existia. A Constituição não fala da internet. O Marco Civil da internet é uma vitória histórica. Mas estão desmontando o Marco Civil da internet.

Márcia Corrêa e Castro, comunicadora social e coordenadora do Canal Saúde, da Fiocruz

“O Fórum das Comunidades Tradicionais comemora 10 anos. É onde congregamos quilombolas, indígenas, caiçaras da região do norte de Ubatuba, de Paraty até Angra dos Reis, Mangaratiba, Marambaia. Isso faz com que nossa vida tenha mais sentido. Se a gente não comunicar, mesmo com essa falta de recursos que temos, estamos ferrados. A nossa juventude precisa saber que a comunicação não é coisa nova. Todo mundo pensa nisso, na tecnologia, mas o machado que o cara inventou, não era tecnologia? São essas informações que precisamos trazer pra dentro da roda, é o espaço mais democrático. Esse momento do ENA é mais importante que um ano de escola para essa juventude. As portas estão abertas para esse conhecimento. A sala de aula mata, pois um aluno fica sentado sem poder se comunicar com o outro. A escola trava o conhecimento ao colocar as cadeiras em ordem. O conhecimento é com a troca. Se não pode trocar, aí vira uma coisa chata, obrigatória.

Laura Maria, do Quilombo do Campinho e do Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra dos Reis, Paraty (RJ) e Ubatuba (SP)

> *“A experiência que apresentamos no nosso trabalho é a contação de histórias, juntando música e poesia. A música movimenta nosso interior e fortalece nosso espírito.*
>
> Zélia, contadora de histórias

DENÚNCIAS

- A concessão do Estado para que as emissoras de rádio e TV possam operar é baseada em critérios que não são representativos. Minas Gerais é o lugar com mais rádios comunitárias e um dos lugares com mais repressão a esses veículos. Mas as rádios comunitárias não são ilegais, só não receberam a concessão. Uma das lutas pela democratização da comunicação tem que ser feita nos espaços legislativos, para que esse sistema possa ser regulado. Mas, depois do golpe, ficou ainda mais difícil fazer o diálogo com o poder público.
- É preciso denunciar todas as formas de violação da comunicação. Essa denúncia é árdua e diária. Se perdermos isso, perderemos a democracia. Quando aceitamos a repressão, perdemos a democracia.
- A comunicação é um direito universal. Esse direito tem a ver com a expressão, e não necessariamente com a produção de conteúdo. No momento em que não nos sentimos representados nas informações que estão nesses meios, está havendo uma restrição à nossa expressão.
- Na região sul-fluminense, as comunidades tradicionais denunciam como o acesso à internet ainda é caro, chegando a custar, por mês, R$ 300,00, em média.

PROPOSTAS

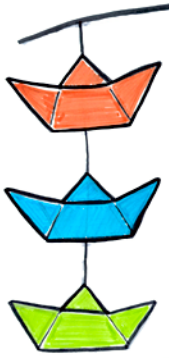
- É importante difundir a importância da democratização da comunicação. Não vai haver democracia enquanto não comunicarmos para as pessoas. Precisamos comunicar para fora o que é agroecologia. A luta pela democratização da comunicação é um dever de todo mundo. O discurso da agroecologia já começa a ser capturado por uma elite, que a coloca em uma “embalagem” para vender de forma refinada. Precisamos continuar resistindo e criando meios de comunicar o que de fato é *agroecologia*.

- A definição das ações relacionadas à comunicação precisa ser feita em diálogo nos territórios. Ou seja, planejar a partir das potencialidades e dos recursos disponíveis nos territórios.
- O movimento agroecológico deve se apropriar e fortalecer veículos de comunicação alternativos, como o Canal Saúde, da Fiocruz.
- Precisamos mapear experiências de comunicação e priorizar o fortalecimento ou a criação de redes de comunicadores. O IV ENA contou com o envolvimento de mais de 50 comunicadoras/es na cobertura do evento. Temos uma rede potente de comunicação, e o ENA é exemplo disso.



COMUNICAÇÃO ARTE e CULTURA

como Território simbólico da Agroecologia



É NO CAMPO DO SIMBÓLICO QUE CONQUISTAMOS MEN COR

"Como narrar a Agroecologia para e ale

DOCUMENTAR E TRANSMITIR EXPERIÊNC DE AGROECOLOGIA EM CADEIA NACIONAL

⊕ DE 40 EPISÓ JÁ PRODUZI

FORTALECER VEÍCU DE COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔ

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

FNDC - MG

25 ANOS DE LUTA POR UMA EXPERIÊNCIA ⊕ DEMOCRÁTICA DE COMUNICAÇÃO

A COMUNICAÇÃO DEVE SER INTREGADORA DAS BASES

NÃO AO LATIFÚNDIO DO ESPAÇO AÉREO!

A MÍDIA DEVE SER NOSSA!

CONTRA A VIOLAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

CURTA AGROECOLOGIA - ANA + FIOCRUZ



PRECISAMOS DAR VOZ AS MUITAS VERSÕES!

"reencontra

Fortalecer as redes de comunicadores é fundamental!

TEATRO POPULAR



POLO DA BORBOREMA - PB

NECESSIDADE DE NOS COMUNICARMOS COM AS BASES

REFLETIR SOBRE AS NOSSAS REALIDADES DO TERRITÓRIO

AS INJUSTIÇAS DA VIDA REAL SÃO NOSSA MAIOR INSPIRAÇÃO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

AGRONEGÓCIO

JUVENTUDES

"lugar de expressar angústias e construir esperança!"

TERREIROS CULTURAIS MG



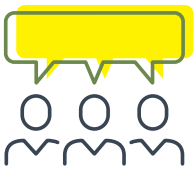
PROMOVER ENCONTROS ENTRE ARTE, CULTURA E AGROECOLOGIA

VALORIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR

ARTICULAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS


DESMONTAR ESTRUTURAS DE PODER NO CAMPO POLÍTICO DA COMUNICAÇÃO
DIREITO À COMUNICAÇÃO SÓ COMEÇA A SER DISCUTIDO NA DEC. 90
"Aprender outras formas de nos comunicar inclusive a dos nossos ancestrais"
Conhecimento é para partilhar em vida
Joanna Maria dos Santos
– Quilombo do Campinho –
Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis
COMUNIDADES TRADICIONAIS CONSERVAM O TERRITÓRIO (AMBIENTAL E CULTURAL)
CULTURA VIVA CONTA E CANTA NOSSA COMIDA
CANTAMOS PORQUE O GRITO SÓ NÃO BASTA!
"Somos todos comunicadores e comunicadoras"
Como vamos manter os processos de cultura e comunicação vivos nos territórios?
NÃO PRECISA TER MICROFONE OU PRODUZIR CONTEÚDO PARA TER DIREITO À COMUNICAÇÃO
"A COMUNICAÇÃO DE HOJE É A HISTÓRIA DE AMANHÃ"
POR ATIVIDADES CULTURAIS NO CAMPO!
"Festa é luta!"
IV ENA
ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE
BELO HORIZONTE, 2018

JUVENTUDES: A NOSSA OUSADIA É O CAMPO E A CIDADE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA



A proposta do Seminário Temático das Juventudes foi refletir e dar visibilidade às ações dos coletivos de jovens que tangenciam as temáticas levantadas no lema *Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade*. No momento atual de golpe vivenciado no Brasil, é de extrema relevância dar visibilidade a processos de resistência e construção de novas formas do fazer político. Nesse sentido, as experiências de mobilização e organização construídas pelas juventudes comungam com o papel historicamente assumido pelas/os jovens na construção de um projeto democrático de sociedade. Cada vez mais, temos visto que a agroecologia nos faz analisar/discutir/planejar/agir de forma integral, apresentando-se como uma alternativa ao sistema de produção de alimentos que está posto e tendo como princípio a integração de questões relacionadas a: classe, sexo, raça, etnia, sexualidade, territorialidade e geração.

DINÂMICA DA ATIVIDADE

De modo coletivo, compartilhado e acolhedor, o seminário foi se desenvolvendo no IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), coordenado pelo Grupo de Trabalho (GT) das Juventudes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Na participação de cada território presente, pôde-se aprender com a diversidade, o sotaque, a cultura e o modo singular de expressar suas bandeiras de luta.

A dinâmica do seminário foi permeada por cantos, rimas, cordéis, poemas e batuques, que serviram de tempero para a animação e como incentivo para as juventudes buscarem o seu lugar de fala nas experiências, nas denúncias, nos anúncios, na construção dos painéis, na representatividade de seus territórios e nas manifestações da diversidade sexual, racial, religiosa, étnica, social, política, cultural e de gênero. Essa mistura de identidades culturais também permitiu que, o tempo todo, o diálogo entre as linguagens do campo e da cidade pautassem a construção dessa unidade da juventude na agroecologia.

Como forma de saudar e dar boas-vindas, foram convidadas para o centro da roda, ao ritmo do som puxado pelo Grupo Balanço do Coqueiro, todas as juventudes presentes no seminário, das 5 regiões do Brasil. Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste se

uniram numa grande roda, percebendo que a mística que aglutina o campo e a cidade se constrói e se reproduz através de elementos e instrumentalizações que muito contribuem para que os espaços de juventudes sejam reais e possíveis.

"EMBARCA, JUVENTUDE, EMBARCA, MOLHA O PÉ, MAS NÃO MOLHA A MEIA. EU VOU CONVIDAR CADA REGIÃO PARA FAZER BARULHO EM TERRA ALHEIA."



Após a mística de abertura, **Luiz Filho** e **Regilane Alves**, membros do GT das Juventudes da ANA, compartilharam a trajetória ("Como?", "Onde?" e "Quando?") em que se desenhou a proposta das juventudes dentro da ANA. Relembrando de forma compartilhada, trouxeram as atividades que foram realizadas para que se concretizasse o GT das Juventudes, o que vem ocorrendo gradativamente, desde 2012, a partir da participação em diversos espaços, como: a Rio+20; o III Encontro Juventudes e Agroecologia, do Centro

Sabiá (PE); o IV Fórum Social da Juventude, da Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão (Assema); a Caravana Agroecológica de Juventudes, no Sertão do Araripe (PE); o III ENA, na plenária das juventudes, puxada pelos próprios jovens presentes no Encontro; e o processo de elaboração do Plano Nacional das Juventudes e Sucessão Rural. Em outubro de 2016, em Pernambuco, esses jovens se reuniram, mais uma vez, no Encontro *Diálogos sobre Juventudes e Agroecologia*, onde, enfim, o GT das Juventudes foi oficializado.

"JUVENTUDE DO BRASIL É FOGO NO PAVIO"

O IV ENA foi a primeira iniciativa em que o lema do GT das Juventudes está sendo construído regado de muita poesia. Nesse sentido, é preciso que esse seja um espaço onde as vozes e as demandas desses sujeitos ecoem. Em tempo de retirada de direitos e de desmonte da Secretaria Nacional de Juventude, reunir e organizar as ideias mostra que as juventudes são capazes de formular sínteses que dão visibilidade à sua diversidade.

O GT das Juventudes da ANA também avaliou como muito acertado o primeiro Acampamento Agroecológico das Juventudes do IV ENA, uma vez que fez refletir sobre o fato de que a *"Solidariedade não é o que sobra, mas o que temos de melhor"*. Portanto, a frase mais emblemática para esse momento é: "*O amor não é egoísta; ele é socialista e faz revolução"*, de Pedro Munhoz.

Dentro do contexto de luta no IV ENA, a pluralidade juvenil se fez presente pela diversidade das juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades, a saber: indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu, estudantes, LGBTI+, fundo de pasto e ribeirinhas/os, todas/os reunidas/os para discutir a agroecologia unindo campo e cidade nas diferentes formas de se manifestar.

Rosalva Gomes – quebradeira de coco-babaçu – Cidelândia (MA): *"A extração do coco-babaçu se torna resistência, pois boa parte das palmeiras está nas terras dos latifundiários. As quebradeiras de coco fazem com que as poucas que sobram permaneçam em pé, pois é de lá que se tira o sustento das famílias. Nesses espaços, surge o debate da agroecologia. As quebradeiras também fazem músicas e poesias para retratarem suas lutas, trazendo a personificação da palmeira, representada pelo feminino, pela maternidade, que alimenta muita gente através de seus cachos de coco, e entoando o canto: 'Como a mãe de muitos seios, por favor, não mate ela, deixe em pé, deixe ela viver'."*

Rosário – jovem quilombola (MA): *"Eu vou tocar minha viola, eu sou o negro cantador... a juventude tem um lado, o lado da trabalhadora."*

Gildo José – jovem agricultor familiar – Timbaúba (PE): *"O resultado da agroecologia só é possível ver agora, após um período de estiagem, em que é possível pensar alternativas que nos ajudem a plantar, a produzir e a comer."*

Rafaela Carneiro – jovem indígena – Tremembé (CE): *"Os encantados nos dizem o caminho a seguir. E seguir o caminho é proteger a mãe terra, a natureza, e defender a agroecologia. Nós somos índios, queremos de volta a terra para morar. Os nossos antepassados moraram nela e deixaram uma geração para trabalhar nela, pra daqui tirarmos o nosso sustento..."*

Lucas Jales – agricultor urbano do Rio de Janeiro (RJ): *"As dificuldades de se produzir alimentos saudáveis nos espaços urbanos se tornam nossa principal forma de resistir e de apontar a necessidade de se pensar o urbano. Para além disso, existem várias famílias que vivem da agricultura e que não são reconhecidas. O estado do Rio de Janeiro está sob intervenção militar, e essa intervenção apaga as estrelas de resistência, extermina a nossa juventude negra, assassina as nossas lideranças, criminaliza os nossos movimentos, nos expulsa dos territórios, privatiza nossas praias e muitas outras coisas."*

Regilane Alves – Grupo Balanço do Coqueiro – Itapipoca (CE): *"De uma comunidade rural da reforma agrária, fomos construindo o nosso espaço, o nosso grupo, ganhando visibilidade através da música e resistindo pela cultura."*



EXPERIÊNCIAS

1) COMISSÃO DE JOVENS MULTIPLICADORES/AS DA AGROECOLOGIA (CJMA)

Gabriel Venâncio, Ferreira Lima e Ivanildo Paulino relataram que a Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia (CJMA) é um coletivo de juventudes que atua no estado de Pernambuco, nas regiões da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão. Atualmente, conta com cerca de 150 jovens diretamente envolvidos nas ações das comissões (espalhadas em mais de 30 municípios das 3 regiões pernambucanas) e com mais de 800 envolvidos indiretamente, principalmente através das ações de assessoria técnico-pedagógica realizadas pelas/os jovens junto às famílias agricultoras em seus territórios. Desde o seu surgimento, em 2005, e com o apoio do Centro Agroecológico Sabiá, a comissão já recebeu dois prêmios de reconhecimento pela sua atuação no estado: o *Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social* e o *III Prêmio Odair Firmino de Solidariedade*, vinculado à Cáritas Brasileira.

Ademais, vale ressaltar que esses resultados só foram possíveis por conta das formações temáticas em diversas áreas e devido à incidência dessas juventudes nas políticas públicas e na comunicação popular, contribuindo para o enfrentamento das violações de direitos. De igual modo, as ações formativas nos grupos de base e o engajamento de muitos membros da CJMA nos debates de espaços públicos proporcionaram um empoderamento gradativo dos membros da comissão.

Também cabe ressaltar a visibilidade adquirida por causa da campanha idealizada pelo Fórum das Juventudes de Pernambuco (Fojupe). A atuação em espaços como o Fojupe tem possibilitado a participação em diversas outras articulações políticas, como o Fórum Social Mundial. Desse modo, as juventudes vão se comunicando e construindo outras redes, fortalecendo essa experiência da CJMA, que vem somando saberes diversos na produção, na comunicação popular, na geração de renda, na incidência política e na formação de jovens rurais de Pernambuco.



2) ARTICULAÇÃO DE JUVENTUDE – REGIÃO SERRA MAR (RJ)

As/os jovens que apresentaram essa experiência contaram que a iniciativa é reconhecida como *Juventude Articulada pela Agroecologia do Rio de Janeiro* e que trabalha em alguns territórios na Região Serra Mar.

Entre os desafios citados por elas/es está a realidade da cidade do Rio de Janeiro, que tem vivido, com a intervenção militar nas ruas, a partir de um processo de convivência com a intensa violência policial e a repressão política, em um Estado em que todas as finanças públicas estão no vermelho. Recentemente, inclusive, o município do Rio de Janeiro sofreu com o terrível assassinato da vereadora Marielle Franco, uma mulher negra, periférica, lésbica e que questionava todo esse processo.

Outra questão diz respeito a empresas de extração de minério que, com o apoio do governo do Estado, estão destruindo um parque que é cuidado há muito tempo por agricultores. Os altos custos das passagens de ônibus também dificultam a mobilidade urbana e a participação da juventude em outros espaços. A falta de apoio da família é outro desafio a ser superado, sendo esse o motivo que leva à desistência de muitas/os jovens do processo da agricultura urbana.

Para a juventude periférica e agroecológica da cidade, é importante ressaltar sempre que a cidade do Rio de Janeiro não é de quem mora no Rio, ela é um produto de quem é de fora. Quem mora não tem acesso às maravilhas vendidas como sendo parte do Rio de Janeiro por conta da discriminação e porque é caro. Mesmo para quem mora na favela, a circulação é difícil e cada vez mais excludente.

O Estado tem colocado cercas em espaços públicos e feito comunidades sofrerem, principalmente as caiçaras, que estão perdendo o direito de ir e vir. As comunidades ficam reféns da pressão sobre suas terras (quando elas viram interessantes para as grandes construções), e a juventude tem, constantemente, seus direitos violados, principalmente devido à intervenção militar, que traz violência e morte.

Nas comunidades, as/os jovens têm buscado realizar o trabalho agroecológico urbano com os adultos. No entanto, nos espaços de debate político, a juventude ainda não obteve o direito de falar, de participar. Por isso, acaba tendo dificuldade em ampliar a participação das/os jovens nos trabalhos de agroecologia e em contribuir com os processos agroecológicos urbanos. Elas/es justificam que a agroecologia não traz renda e, muitas vezes, optam por trabalhar em condomínios.

No campo das boas notícias, foi iniciado um plantio de mudas agroecológicas em um terreno que antes era um lixão, e, após essa ação, começaram a fazer mudas de plantas e de frutas para serem vendidas. A ideia é obter recursos para dar continuidade ao trabalho de articulação e mobilização das juventudes do território. Pretende-se, com isso, contribuir também para a organização do Encontro Estadual de Agroecologia do Rio de Janeiro.

3) GRUPO BALANÇO DO COQUEIRO – ITAPIPOCA (CE)

Regilane Alves e **Bárbara Maria** apresentaram a iniciativa do Grupo Balanço do Coqueiro, que nasceu em 2010 com o apoio da comunidade Sítio do Coqueiro, do Assentamento Maceió, e da organização Cetra. O grupo é composto por 9 mulheres e 2 homens e surgiu através de um projeto que incentivava jovens da zona rural a tocar instrumentos musicais, fortalecendo a cultura e a permanência da juventude no campo.

Regilane e Bárbara denunciam que a especulação imobiliária e a energia eólica têm ameaçado o território onde vivem, pois, se ela for implantada na zona costeira, impossibilitará o acesso das/os pescadoras/es ao mar, acabando com a cultura alimentar e com a troca que existe entre as comunidades da beira-mar e as mais afastadas, que têm como principal fonte de renda a farinha e a goma (fécula da mandioca). O Balanço do Coqueiro tem atuado no sentido de contribuir com essas resistências, através de suas canções e poesias e da participação nos espaços de debate do assentamento.

Elas acreditam que a agroecologia não é apenas uma prática, é um modo de vida. Nesse sentido, o Balanço do Coqueiro vem participando de vários espaços, utilizando a música para falar sobre feminismo, diversidade sexual, religiosa, cultural e de gênero.

> *"A educação também tem sido um viés para contextualizarmos nossas vivências. Nossa comunidade é pequena, mas, dentre as 12 comunidades do assentamento, esta foi a que mais conseguiu formar técnicos agrícolas e enviar jovens para outros espaços, fortalecendo o debate, principalmente, da agroecologia. Eu percebi que fui a única que tive a coragem de falar que sou da zona rural na minha turma. Ainda há o estereótipo de que o campo é ruim. Mas os problemas enfrentados na cidade parecem ser os mesmos do campo. Temos conseguido apoio para fazermos barulho, fazendo conhecer a nossa voz, as nossas bandeiras."*
>
> Regilane Alves.

4) *FEIRA PEDAGÓGICA*: ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO RIO GRANDE DO SUL

Evandro Silveira, agricultor familiar, e **Natália Mertem**, coordenadora de juventudes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA/RS) e egressa da Escola Família Agrícola de Vale do Sol (Efasol), disseram que a experiência da *Feira Pedagógica da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul*, do Rio Grande do Sul, traz o debate de uma educação contextualizada para ser pensada enquanto direito, e não como esmola. Esse trabalho se iniciou em 2009, utilizando a Pedagogia da Alternância para fazer o processo de formação e trazer o conhecimento agroecológico.

A região é marcada pela cultura tabagista, de monocultura forte e dominante. A cultura do tabaco acaba sendo feita por agricultoras/es familiares, que também começam a trabalhar com a produção agroecológica.

A *Feira Pedagógica* chega como alternativa para a produção das/os jovens dentro do espaço da escola. Essa feira ocorre toda semana, às segundas-feiras, no período da tarde. As/os alunas/os trazem seus produtos de maneira organizada, numa articulação entre campo e cidade, dentro dos princípios do comércio justo e solidário.

Há um esforço em oferecer alimentos a preços justos e acessíveis à população rural. E o espaço da feira mostra que as/os jovens estão conseguindo produzir e comercializar alimentos saudáveis e a preços justos.

Entre os resultados da iniciativa estão: a construção do conhecimento agroecológico; a criação de mais 4 feiras jovens e de um grupo de consumidores da universidade; o resgate cultural de muitos alimentos que já não eram produzidos; e a democratização dos mercados em pequena produção e pequenos mercados, garantindo a permanência das/os jovens no campo.

OUTRAS EXPERIÊNCIAS

Mônica Buffon (Contag), jovem agricultora familiar do Espírito Santo

Ela relata o trabalho das juventudes na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que, desde 2004, possui a cota de 20% na direção da Confederação. A formação tem sido um dos pilares da Contag para atender a juventude do campo. Dentre as temáticas trabalhadas, a agroecologia tem sido uma das mais pontuadas. Além dessa, merece destaque o debate sobre a identidade do jovem no campo, que busca fortalecer a sucessão rural e a organização da juventude no acesso a políticas públicas voltadas à terra e à moradia digna.

Débora e Talita, jovens multiplicadoras pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Através do curso de alternância (tempo na escola e tempo na comunidade), as bolsistas vêm desenvolvendo um projeto que trabalha com jovens de 15 a 29 anos, com ações em rede de esgoto e em mutirão de limpeza nas praias. Após a experiência na Escola Agrícola, também foi possível perceber a ausência de estrutura que garanta às/aos jovens condições para fortalecerem o debate sobre os agrotóxicos, a saúde, a preservação do meio ambiente, as relações de gênero e a agroecologia dentro dos grupos de trabalho.

Zidão e Gueto – Taboão da Serra (SP)

A ação de tornar viável uma ponte entre campo e periferia, através da feirinha das mulheres, tem sido possível na região. A ideia é fazer o processo de ocupação das praças e começar a plantar. *"Chegar, ocupar e plantar"*, disseram. Existe um desafio real de envolver a juventude. No entanto, há uma participação no intuito de articular a rede da periferia e realizar atividades com diversão para atrair a juventude através do *rap* e do *funk*.

Antônio Marcos e Marielly Rodrigues, técnicos do MPA, Escola Família Agrícola (SE)

O trabalho com juventude teve início em 2010, através de teatro, horta e batucada, para construir consciência política na juventude das comunidades acompanhadas pelo Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA). As ações ocorrem dentro da Caravana de Agitação do MPA, composta por jovens de diversas localidades que levam o debate da cultura através do teatro, da música e da produção com agroecologia e sementes crioulas. A parceria do MPA com a Escola Família Agrícola (EFA) também tem fortalecido a associação na gestão da escola.

Eulenice Sousa de Jesus, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR) (MA)

Ela apresenta o trabalho de organização, formação política e geração de renda com a fabricação dos produtos beneficiados do babaçu e de artesanato, desenvolvido pela AJR e pelo MIQCB com as jovens quebradeiras de coco-babaçu do Pará, Tocantins, Piauí e Maranhão. Essa prática tem trazido a integração das juventudes com elementos próprios da cultura tradicional de suas comunidades.

Marilene Faustino, trabalhadora rural do Sertão mineiro e coordenadora da Secretaria de Juventude do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais

O sistema Contag tem o papel de organizar a categoria para pautar direitos e buscar políticas públicas que garantam vida digna ao povo no campo. Dentro da Confederação, há um forte trabalho com a juventude na construção do *Plano Nacional de Sucessão Rural* e do *Plano Estadual de Sucessão Rural*, em Minas Gerais. Marilene relata também uma experiência exitosa em Ouro Preto, que envolve a organização da produção agroecológica feita pela juventude em uma horta comunitária de 4 ha. Os alimentos são comercializados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para a Universidade Federal de Ouro Preto.

Alano e Marcelo, Serra Preta da Bacia do Jacuípe (BA)

Eles relatam as dificuldades de conseguir espaços para ocupar dentro do município e apresentam uma iniciativa ocorrida na região para conseguir que o prefeito sancione a Lei Municipal de criação do Conselho Municipal de Juventude.

Allan Fernandes, Rede Ecovida (RS)

Ele ressalta a experiência de turismo rural na agricultura familiar, que tem servido para aproximar as pessoas da cidade e divulgar o trabalho no campo e a origem do alimento que chega à mesa das/os consumidoras/es.

"SEGUIREMOS EM LUTA ATÉ QUE TODAS/OS SEJAMOS LIVRES!
AGROECOLOGIA SEM LGBTFOBIA.
O PATRIARCADO DESTRÓI, O CAPITALISMO FAZ A GUERRA, O
SANGUE LGBT+ TAMBÉM É UM SANGUE SEM-TERRA."

REFLEXÃO COLETIVA

Com cantos, danças e ritmos, a juventude se organizou por regiões e partilhou as denúncias e os anúncios que vêm de suas organizações, de suas comunidades, dos seus territórios e de seus estados.

O Seminário Temático das Juventudes, com o lema *A nossa ousadia é o campo e a cidade na luta pela agroecologia*, trouxe todas as sentimentalidades de indignação, representadas nas denúncias realizadas durante a atividade, bem como a resiliência de uma juventude que permanece na luta pela agroecologia.

Assim, de igual modo, as juventudes se mantêm articuladas e mobilizadas através de suas experiências e diversidades, aglutinando estratégias de luta frente às problemáticas vivenciadas no que tange ao acesso a terra e território, à sucessão rural, à participação das/dos jovens nas tomadas de decisão, à educação do campo, à educação contextualizada no campo e na cidade, ao direito de expressar e viver a sexualidade, à igualdade de gênero, ao feminismo popular e à geração de renda.

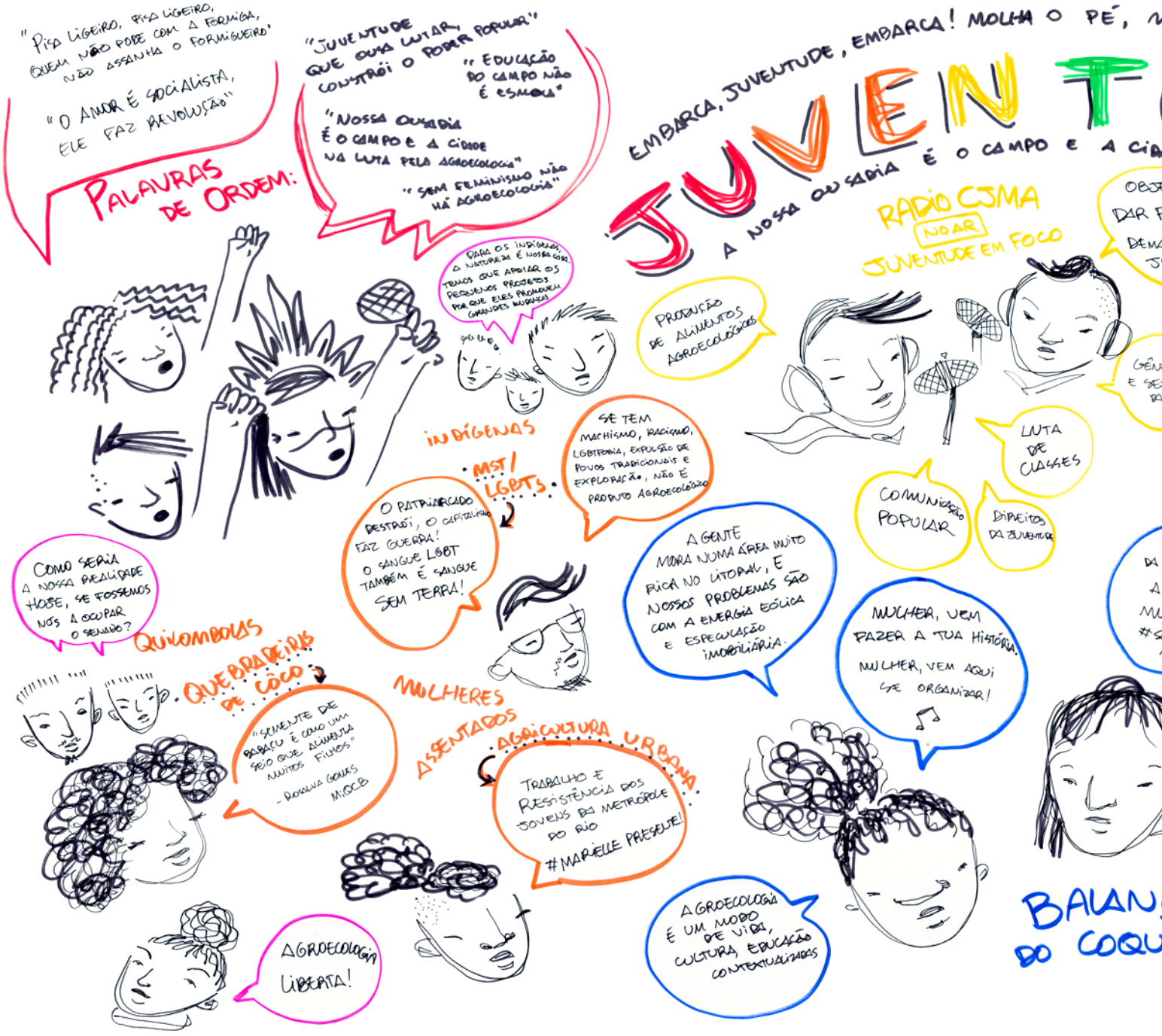
Assim, foi apresentado no IV ENA, nesse primeiro momento de debate das juventudes, que essa participação vem se fortalecendo e que o GT das Juventudes na ANA também tem esse propósito de levar suas representações nos diferentes momentos de mobilização política das juventudes em seus estados. Para tanto, será necessário pensar e refletir sobre essas dinâmicas e como viabilizá-las, garantindo a realização de intercâmbios locais, regionais, estaduais e nacionais e sistematizando pautas comuns.

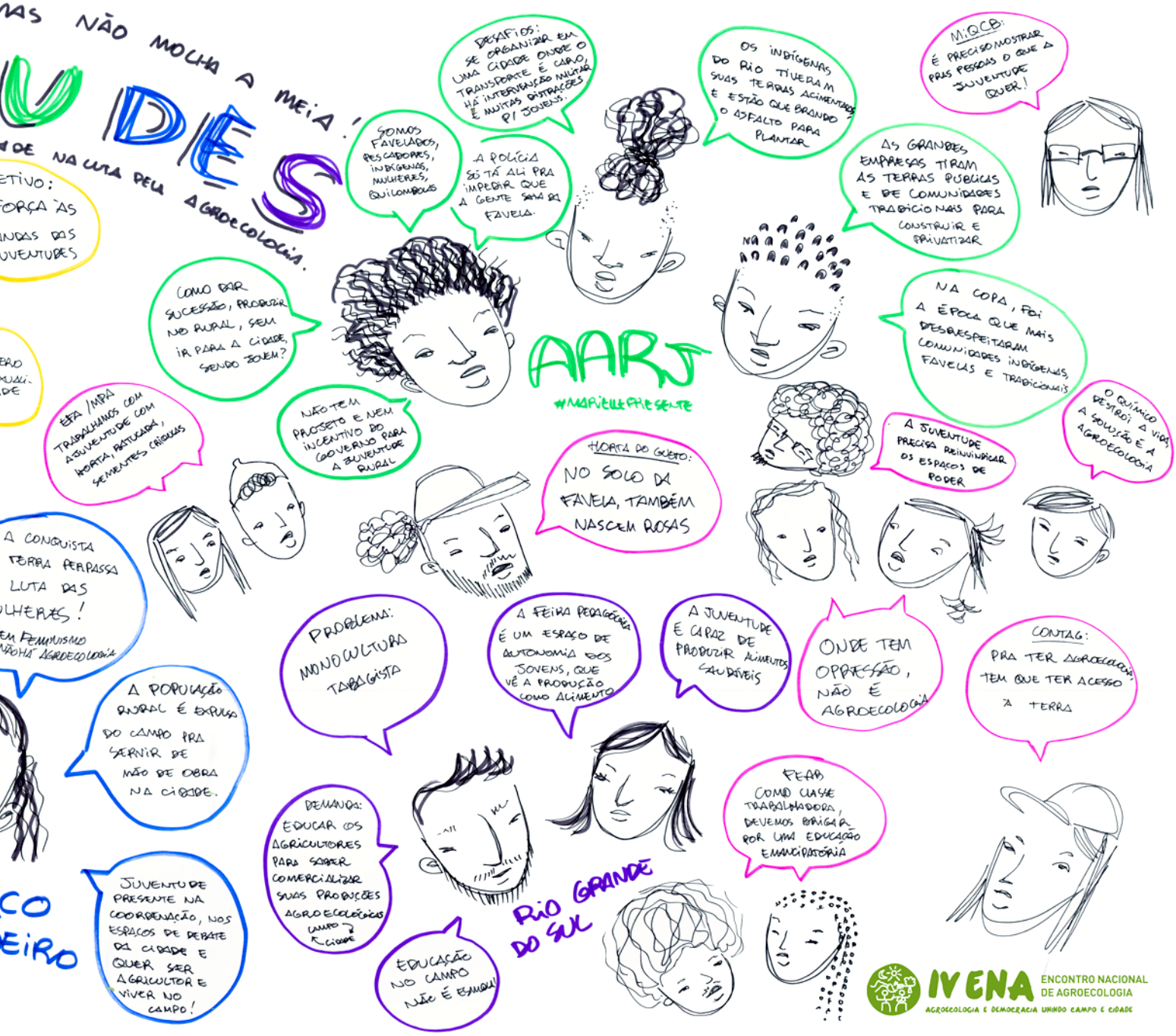
Por fim, o posicionamento das muitas juventudes presentes trouxe a urgência do rompimento da falsa dicotomia entre campo e cidade, compreendendo que só a unidade entre as resistências conseguirá produzir um novo paradigma para a produção de alimentos e para o campo brasileiro. É tempo de construir uma comunicação popular que possibilite espaço para as narrativas e resistências das juventudes. A juventude quer debater gênero nas escolas, implementar a política de sucessão rural, defender territórios livres de agrotóxicos, aprofundar suas experiências de agricultura urbana, criar territórios livres de machismo e de LBGTIfobia e consolidar suas autonomias. Tudo isso será construído a partir da inovação no diálogo entre as expressões culturais, entendendo que as solidariedades políticas se construirão de forma criativa com a cara da irreverência e da radicalidade das juventudes.

As juventudes se reconhecem como “sujeito de direito capaz” de trazer suas demandas frente aos desafios para a construção da agroecologia no Brasil. As forças místicas dos encantados, das/os jovens de povos e comunidades tradicionais deram seu recado em pautas política, educacional, ambiental, social, cultural e produtiva. Por isso, não há tempo para ter medo, mas para avançar!

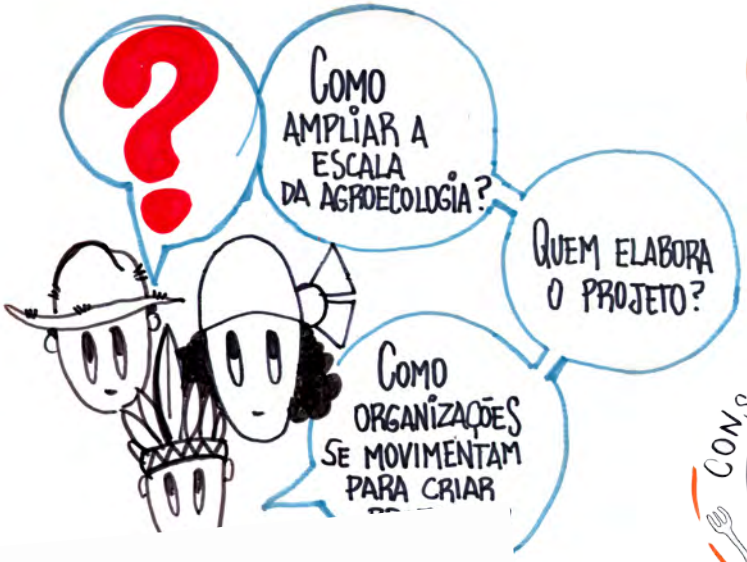
No ritmo dos encantados, através do toré, incentivado pela indígena do povo Xucuru, o Seminário Temático das Juventudes se espalha pelos espaços do IV ENA, evocando as forças místicas para fazer a luta acontecer.




"PISA LIGEIRO, PISA LIGEIRO, QUEM NÃO POBRE COM A FORMIGA, NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO"
"O ANDAR É SOCIALISTA, ELE FAZ REVOLUÇÃO"
PALAVRAS DE ORDEM:
"JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR, CONSTRÓI O PODER POPULAR"
"EDUCAÇÃO DO CAMPO NÃO É ESMOLA"
"NOSSA OUSADIA É O CAMPO E A CIDADE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA"
"SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA"
EMBARCA, JUVENTUDE, EMBARCA! MOLHA O PÉ,
JUVENTU
A NOSSA OUSADIA É O CAMPO E A CI
RÁDIO CJMA NO AR JUVENTUDE EM FOCO
PARA OS INDÍGENAS A NATUREZA É NOSSA CASA. TEMOS QUE APOIAR OS PEQUENOS PROJETOS PORQUE ELES PROMOVEM GRANDES MUDANÇAS
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS
INDÍGENAS
MST/LGBTS
SE TEM MACHISMO, RACISMO, LGBTFOBIA, EXPULSÃO DE POVOS TRADICIONAIS E EXPLORAÇÃO, NÃO É PRODUTO AGROECOLÓGICO
O PATRIARCADO DESTRÓI, O CAPITALISMO FAZ GUERRA! O SANGUE LGBT TAMBÉM É SANGUE SEM TERRA!
LUTA DE CLASSES
COMUNICAÇÃO POPULAR
DIREITOS DA JUVENTUDE
COMO SERIA A NOSSA REALIDADE HOJE, SE FOSSEMOS NÓS A OCUPAR O SENADO?
A GENTE MORA NUMA ÁREA MUITO RICA NO LITORAL, E NOSSOS PROBLEMAS SÃO COM A ENERGIA EÓLICA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.
MULHER, VEM FAZER A TUA HISTÓRIA. MULHER, VEM AQUI SE ORGANIZAR!
QUILOMBOLAS
QUEBRADEIRAS DE COCO
"SEMENTE DE BABAÇU É COMO UM SEIO QUE ALIMENTA MUITOS FILHOS" - ROSELIA GOMES MIQCB
MULHERES ASSENTADOS
AGRICULTURA URBANA
TRABALHO E RESISTÊNCIA DOS JOVENS DA METRÓPOLE DO RIO #MARIELLE PRESENTE!
AGROECOLOGIA É UM MODO DE VIDA, CULTURA, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADAS
AGROECOLOGIA LIBERTA!
BALAN
DO COQU


NAS NÃO MOLHA A MEIA!
UDES
DE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA.
ETIVO:
FORÇA AS
NDAS DAS
UVENTUDES
DESAFIOS: SE ORGANIZAR EM UMA CIDADE ONDE O TRANSPORTE É CARO, HÁ INTERVENÇÃO MILITAR E MUITAS DISTRAÇÕES P/ JOVENS.
SOMOS FAVELADOS, PESCADORES, INDÍGENAS, MULHERES, QUILOMBOLAS
A POLÍCIA SÓ TÁ ALI PRA IMPEDIR QUE A GENTE SAIA DA FAVELA.
OS INDÍGENAS DO RIO TIVERAM SUAS TERRAS ALIMENTARES E ESTÃO QUE BRANDO O ASFALTO PARA PLANTAR
MIQCB: É PRECISO MOSTRAR PRAS PESSOAS O QUE A JUVENTUDE QUER!
AS GRANDES EMPRESAS TIRAM AS TERRAS PÚBLICAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA CONSTRUIR E PRIVATIZAR
COMO DAR SUCESSÃO, PRODUZIR NO RURAL, SEM IR PARA A CIDADE, SENDO JOVEM?
AARJ
#MARIELLEPRESENTE
NA COPA, FOI A ÉPOCA QUE MAIS DESRESPEITARAM COMUNIDADES INDÍGENAS, FAVELAS E TRADICIONAIS
EFA/MPA COM TRABALHANDO COM A JUVENTUDE COM HORTA, BATUCADA, SEMENTES CRIOULAS
NÃO TEM PROJETO E NEM INCENTIVO DO GOVERNO PARA A JUVENTUDE RURAL
HORTA DO GUETO: NO SOLO DA FAVELA, TAMBÉM NASCEM ROSAS
A JUVENTUDE PRECISA REIVINDICAR OS ESPAÇOS DE PODER
O QUÍMICO DESTRÓI A VIDA, A SOLUÇÃO É A AGROECOLOGIA
A CONQUISTA TERRA PERPASSA LUTA DAS ULHERES!
EM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA
PROBLEMA: MONOCULTURA TABAGISTA
A FEIRA PEDAGÓGICA É UM ESPAÇO DE AUTONOMIA DOS JOVENS, QUE VÊ A PRODUÇÃO COMO ALIMENTO
A JUVENTUDE É CAPAZ DE PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS
ONDE TEM OPRESSÃO, NÃO É AGROECOLOGIA
CONTAG: PRA TER AGROECOLOGIA TEM QUE TER ACESSO À TERRA
A POPULAÇÃO RURAL É EXPULSA DO CAMPO PRA SERVIR DE MÃO DE OBRA NA CIDADE.
DEMANDA: EDUCAR OS AGRICULTORES PARA SABER COMERCIALIZAR SUAS PRODUÇÕES AGROECOLÓGICOS CAMPO → CIDADE
FEAB COMO CLASSE TRABALHADORA, DEVEMOS BRIGAR POR UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA
JUVENTUDE PRESENTE NA COORDENAÇÃO, NOS ESPAÇOS DE DEBATE DA CIDADE E QUER SER AGRICULTOR E VIVER NO CAMPO!
EDUCAÇÃO NO CAMPO NÃO É ESMOLA
RIO GRANDE DO SUL
IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE


BUROCRACIA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ASSISTÊNCIA TECNICA
REDUÇÃO DE RECURSOS
TRABALHO COLETIVO
COMO? COMUNICAR CAMPO E CIDADE
desafios
"A COMUNICAÇÃO DE HOJE É A HISTÓRIA DE AMANHÃ"
"Aprender outras formas de nos comunicar inclusive a dos nossos ancestrais"
COMUNIDADES TRADICIONAIS CONSERVAM O TERRITÓRIO (AMBIENTAL E CULTURAL)
Laura Maria dos Santos
– Quilombo do Campinho –
Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis







"DEFENDER A ÁGUA É DEFENDER O MODO DE VIDA DO NOSSO POVO"



EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE



EMPODERAR PARA MUDAR POLÍTICAS PÚBLICAS

SEMINÁRIOS NACIONAIS

DIREITOS HUMANOS E AGROECOLOGIA: MECANISMOS DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES E A EFETIVAÇÃO DE GARANTIAS ÀS/AOS AGRICULTORAS/ES, POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Seminário Direitos Humanos e Agroecologia foi um momento importante do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), em que agricultoras/es familiares, indígenas e comunidades tradicionais puderam dialogar com representantes de órgãos do Sistema de Justiça brasileiro sobre os abusos e as violações de Direitos Humanos que sofrem em seus territórios.

Violência, expropriação de terras e territórios, criminalização das lideranças, ofensivas de mineradoras, latifúndios e barragens e pulverização aérea de agrotóxicos foram algumas



das denúncias feitas durante o seminário, realizado no dia 2 de junho. A atividade foi promovida pela Organização de Direitos Humanos Terra de Direitos e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

"Recebemos ameaça de pistoleiros e jagunços diariamente. É preciso uma ação imediata do Estado na região", afirmou uma agricultora do acampamento Alvimar Ribeiro, de Grão Mogol, no norte do estado de Minas Gerais. Ela aponta que uma das estratégias utilizadas pelas empresas e por outros atores para desarticular os territórios tem sido a individualização dos casos. *"Eles processam as lideranças individualmente para tentar criminalizar e separar a coletividade, mas estamos resistindo."* Contou ainda que sua comunidade está ameaçada de despejo e sofre as pressões do avanço do monocultivo de eucalipto na região, dos empreendimentos minerários e da implantação de uma termoelétrica e de um parque nacional.

Um integrante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (PA) denunciou o avanço da contaminação por agrotóxicos na região. *"Os produtores de mel perceberam uma diminuição das abelhas na região, e foi encontrado resquício de glifosato no mel",* conta. Ele aponta que esse é o resultado da pulverização de agrotóxicos nas plantações de soja. Santarém, que fica no oeste do estado do Pará, tornou-se um centro de exportação do grão que está gerando impactos em toda a região. Além disso, há fortes pressões das madeireiras sobre as reservas extrativistas naturais.



Com o objetivo de contribuir na discussão sobre o enfrentamento dessas violações de direitos, representantes de órgãos do Sistema de Justiça fizeram uma breve contextualização sobre a estrutura e as competências do Poder Judiciário brasileiro e apresentaram mecanismos de denúncias. Estiveram presentes representantes do Ministério Público Federal (4ª e 6ª Câmaras e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão), da Defensoria Pública da União, do Ministério Público do Trabalho, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.

> *"O Ministério Público tem muitas atribuições, mas a gente atua onde existe a violação de direitos na defesa da sociedade. Quando a sociedade se sente violada, aí entra o Ministério Público, e muitas vezes a gente defende a sociedade contra o governo, que atinge, por exemplo, comunidades tradicionais. E, para ser mais concreto, dentro do Ministério Público temos várias Câmaras para temas específicos, como a questão indígena, o direito do cidadão e o meio ambiente. É muito importante o diálogo e a parceria com os movimentos sociais. Não podemos esquecer que vivemos em um dos países mais desiguais do mundo."*
>
> Felício Lima, Procurador-geral da República

Além das trocas de vivência entre as/os participantes, o seminário teve também um momento de apresentar as orientações gerais sobre como oficializar as denúncias e acompanhar a tomada de providências. Várias informações foram coletadas durante a atividade com a intenção de subsidiar a atuação institucional e o planejamento conjunto contra a violação de Direitos Humanos.

> *"O direito não foi feito para comunidades tradicionais; o direito foi feito para manter interesses econômicos e individualistas. Direitos Humanos é um assunto pouco trabalhado nas Faculdades de Direito que estão aí para manter uma determinada ordem, e é preciso fazer um trabalho de conscientização junto aos promotores e procuradores da Justiça. É importante ter essa dimensão e tentar fazer as denúncias via canais formais, mas também por canais como fóruns, e é importante que a sociedade se mobilize para isso. A gente está aqui para estreitar o diálogo."*
>
> Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Agrotóxicos e Transgênicos da 4ª Câmara da Procuradoria-Geral da República (PGR)

Ao longo do evento, houve ainda um plantão dos servidores do Ministério Público Federal, que coletaram representações, reclamações e denúncias para serem encaminhadas às procuradorias responsáveis em todo o país.

> *"Os princípios básicos dos Direitos Humanos são: a universalidade, a interdependência e a indivisibilidade. Isso quer dizer que um direito depende do outro para ser realizado plenamente. Todos os direitos que reivindicamos aqui nessa discussão estão consagrados nos Direitos Humanos."*
>
> Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos e vice-presidente do CNDH

Texto elaborado a partir das informações presentes nas seguintes matérias:

ALVES, Natália. Violações de direitos humanos são denunciadas durante Encontro Nacional de Agroecologia. *Terra de Direitos*, 5 jun. 2018. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/violacoes-de-direitos-humanos-saodenunciadas-durante-encontro-nacional-de-agroecologia/22845.

BRANT, Bernardo. Direitos para quem? *Articulação Nacional de Agroecologia*, 2 jun. 2018. Disponível em: https://agroecologia.org.br/2018/06/02/direitos-para-quem.

ENCONTRO Nacional de Agroecologia debate ameaças à biodiversidade e mecanismos de denúncias de violações. *Terra de Direitos*, 25 maio 2018. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/encontro-nacional-de-agroecologiadebate-ameacas-a-biodiversidade-e-mecanismos-de-denuncias-de-violacoes/22837.



REDES DE AGROECOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS: APRENDIZADOS DO PROGRAMA ECOFORTE

Os aprendizados do projeto de sistematização das ações de 25 redes territoriais de agroecologia apoiadas pelo *Programa Ecoforte* foram apresentados no Seminário Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios, no dia 2 de junho, como parte da programação do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA).

A atividade contou com a apresentação das metodologias e dos critérios de análise construídos no âmbito do projeto com a intenção de conhecer melhor o funcionamento dessas redes de agroecologia, compreender as dinâmicas territoriais e dar visibilidade aos trabalhos e às ações locais desenvolvidos.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi criada durante o primeiro mandato do Governo Dilma com grande envolvimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). É uma política que procura articular, de forma estratégica, diferentes programas e ações de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural na perspectiva da agroecologia. Com o lançamento da Pnapo, instituiu-se também a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), composta por representantes do Estado e da sociedade civil, com o objetivo de planejar e monitorar as ações dessa política.

O *Programa Ecoforte*, financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi uma grande inovação da Pnapo. A ANA participou intensamente do desenho desse programa, que tem por objetivo apoiar redes de agroecologia no Brasil, o que se coloca como novidade no âmbito das políticas públicas, uma vez que os trabalhos das redes dificilmente recebem apoio. Apoiar as redes é fortalecer aquilo que já existe e já acontece nos territórios. Trata-se de valorizar e fortalecer as interações e as ações de promoção da agroecologia que já são desenvolvidas nos diferentes locais e contextos regionais.

O projeto *Redes de Agroecologia para o Desenvolvimento dos Territórios* é fruto do diálogo entre a ANA, a FBB e o BNDES, que perceberam a importância de sistematizar a riqueza envolvida nas iniciativas das redes. As metodologias vêm sendo construídas numa interlocução permanente com as organizações que estão envolvidas em cada rede

de agroecologia. Além da participação das diversas pessoas e instituições nos territórios, o projeto conta com a parceria de pesquisadoras/es do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA-UFRRJ), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Cooperativa Eita.



OBJETIVOS DO PROJETO

- Sistematizar os efeitos gerados pelo *Programa Ecoforte* na promoção da agroecologia e no fortalecimento das redes.
- Promover um processo participativo de reflexão sobre a atuação das redes.
- Construir oportunidades para que as redes possam se conhecer mutuamente e reconhecer seu próprio trabalho.
- Contribuir para que as redes reflitam sobre seu próprio trabalho, servindo de inspiração e estímulo para a sua continuidade.
- Estimular a construção política e a produção de conhecimento no âmbito de circulação das redes.
- Compreender os diferenciais de aportar recursos e políticas públicas em redes, em vez de em ações individualizadas.

A sistematização apresentada durante o seminário, que é ainda uma primeira parte de um trabalho maior, foi organizada por meio de eixos: 1) grupos sociais envolvidos; 2) organizações sociais que compõem as redes, como sindicatos, associações e cooperativas; 3) políticas públicas acessadas pelas redes; 4) principais sinergias das políticas públicas com o *Programa Ecoforte* – ponto bastante importante neste momento de desmontes das políticas públicas –; 5) reflexões temáticas sobre saúde, jovens e participação das mulheres; 6) tecnologias sociais geradas ou fortalecidas por meio das Unidades de Referência – atentando-se aos fluxos e processos que estão sendo dinamizados –; e 7) principais resultados e contribuições para o aprimoramento do programa.



Para realizar a análise proposta no projeto, foram definidos 3 níveis de sistematização:

- Nível 1: trabalho documental sobre 25 redes, por meio de interação virtual com as/os representantes das redes e sistematização de uma tecnologia social em cada rede.
- Nível 2: aprofundamento sobre o território e as comunidades que tiveram Unidades de Referência implantadas. Esse nível envolveu 16 redes por meio de trabalho de campo e diversas ferramentas, como linha do tempo, preenchimento de questionário e organização de textos analíticos sobre a relação entre as redes e seu território.
- Nível 3: maior detalhamento por meio de um trabalho de campo mais denso e análises em todo o agroecossistema. Esse nível envolveu 3 redes e uma série de ferramentas, como linha do tempo, questionário, estudo econômico-ecológico de agroecossistemas e elaboração de relatórios.

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Durante o seminário, representantes das 3 redes sistematizadas no nível 3 compartilharam aprendizados e experiências a partir do *Programa Ecoforte*.

REDE ECOVIDA

A Rede Ecovida é composta por 27 núcleos distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e em alguns municípios de São Paulo. A rede foi oficialmente fundada em 1998.

A partir do processo histórico de construção de feiras no âmbito da Rede Ecovida, hoje são promovidas mais de 120 feiras ecológicas. Ao longo da sistematização, percebeu-se a importância de potencializar outras formas de comercialização. Outra dimensão identificada que deve ser trabalhada no contexto da comercialização se refere à inserção de novos produtos da sociobiodiversidade, considerando que esses produtos trazem consigo novos atores, adensando diferentes relações dentro da rede.

O projeto ajudou ainda a identificar, estabelecer e fortalecer ações nos territórios, como as cadeias solidárias de frutas nativas; o trabalho das mulheres com extrativismo e beneficiamento do pinhão; as unidades de referência de grupos urbanos; e a complementaridade com outras políticas públicas (Ater Agroecologia, Política Nacional de Alimentação Escolar e políticas estaduais).

REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO

A Rede Sabor Natural do Sertão surgiu há 15 anos, a partir da articulação de entidades de apoio, como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa). A Rede é formada por grupos de economia solidária e cooperativas do Sertão São Francisco e atua com o beneficiamento e a comercialização de produtos agroecológicos, na sua maioria oriundos do extrativismo sustentável da Caatinga.

A Rede previa inicialmente assessoria a 10 empreendimentos no âmbito da comercialização, criação de identidade visual e adequação à legislação sanitária para fabricação de produtos beneficiados, processo educativo, melhoria das instalações dos grupos, entre outras necessidades apresentadas pelos empreendimentos. Mas, com o apoio do projeto selecionado no edital do *Ecoforte*, a Rede já atende a 25 empreendimentos.

Em convergência com as ações de outros programas, o *Ecoforte* fortaleceu também a Rede de Mulheres do Território Sertão São Francisco, o que tem contribuído para a construção de políticas e para a inserção e o protagonismo das mulheres em espaços de discussão. O processo de sistematização da Rede Sabor Natural do Sertão possibilitou a visibilidade de suas ações e o reconhecimento de outros atores, principalmente dos órgãos estatais.

REDE BICO AGROECOLÓGICO

A Rede Bico Agroecológico, por meio do projeto contemplado pelo *Programa Ecoforte*, atua na estruturação de Unidades de Referência relacionadas à produção agroecológica em 7 municípios do extremo norte do estado de Tocantins.

O trabalho coletivo tem sido um destaque na Rede, pois favorece a construção de aprendizados e o fortalecimento das relações e da própria rede. Nessa perspectiva, foram realizados momentos de intercâmbio de saberes e atividades de mutirão para a construção e instalação de cisternas, hortas agroecológicas e galinheiros. O projeto possibilitou ainda a qualificação das iniciativas de comercialização, sobretudo no que se refere às feiras e ao acesso de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Pnae. Ainda sobre mercados, destaca-se o protagonismo das mulheres, pois são elas que fazem a gestão da feira e, muitas vezes, da propriedade.

A articulação da Rede com a Escola Família Agrícola (EFA) Padre Josimo tem contribuído também para o envolvimento da juventude em diversas ações, que vão desde a construção de estratégias de geração de renda até a formação em comunicação.

DESTAQUES DO ECOFORTE

- **25 redes** sistematizadas.
- Das **490 organizações** integrantes das redes, **213 são associações** e **64 são sindicatos**.
- **Protagonismo das mulheres:** 21 redes desenvolvem ações específicas para as mulheres – com modelos de organização formal e não formal; e 9 redes identificaram a ampliação da participação das mulheres na rede – seja com autonomia pessoal e política, seja contribuindo no beneficiamento e na comercialização.
- **Protagonismo das juventudes:** 23 redes têm jovens participando ativamente, porém 2 delas possuem grupos específicos de jovens. Evidencia-se o quanto o *Ecoforte* está gerando oportunidades do ponto de vista social, organizativo e interativo – importância das EFAs.
- **Sistemas de certificação**: das 25 redes sistematizadas, 18 acessam sistemas de certificação; e 6 redes que já acessavam se fortaleceram a partir do *Programa Ecoforte*. Várias redes trabalham com sistemas múltiplos de certificação – isso mostra um desafio para sistematizar a dimensão da certificação nas redes.
- A sistematização identificou o acesso a **36 políticas públicas** pelas redes de agroecologia. Exemplos: Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Certificação Orgânica e Bolsa Família.
- Das 36 políticas acessadas pelas redes, **22 políticas** foram identificadas como estabelecendo sinergias diretamente com o *Projeto Ecoforte*, como é o caso do PAA, do Pnae, do Bolsa Família e das políticas de Ater.
- **Intercâmbios e formação**: construção do conhecimento como elemento-chave no processo de qualificação e avanço das redes, sobretudo na formação com jovens e mulheres.
- **Saúde e biodiversidade**: valorização da alimentação saudável e livre de veneno e relação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Muitas redes participam dos Conselhos de Saúde e da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.

REFLEXÃO COLETIVA

- **Territórios de identidades:** as redes de agroecologia se constroem e valorizam as diferentes culturas e os modos de vida presentes nos territórios. Todos os conceitos identitários do projeto são declaratórios, ou seja, são as próprias redes que identificam as identidades com as quais trabalham.

- **Relação com a cidade:** há uma grande variedade de organizações envolvidas nos trabalhos nas redes, mas a sistematização nos mostra como ainda é preciso avançar na participação dos (e com os) grupos urbanos. Isso nos faz refletir em como, de um modo geral, é preciso adensar as relações entre campo e cidade no âmbito da agroecologia.

- **Diálogo com a sociedade:** diante da conjuntura que nos alarma e da dificuldade e dependência da distribuição de alimentos no país, esse projeto de sistematização ajuda a evidenciar a agroecologia e os circuitos curtos de comercialização como sistemas capazes de alimentar seus territórios e torná-los independentes das lógicas do agronegócio.

- **Construção participativa de políticas públicas:** a ANA, com a sua configuração de "rede de redes", tem facilitado um processo de geração de conhecimentos e favorecido a participação de representantes das redes de agroecologia em espaços de construção de políticas públicas.

- **Uso de recursos públicos:** uma grande característica do *Programa Ecoforte* é que, pela primeira vez, o Estado reconhece a importância das redes, e isso relocaliza a gestão dos recursos públicos.

- **Importância dos dados:** entre os programas financiados pela Fundação Banco do Brasil e pelo BNDES, o *Ecoforte* era um dos menores em questão de recursos. Todavia, o tecido social organizado, devido às configurações históricas das redes, foi um dos fatores cruciais para o sucesso. Apesar disso, era preciso contabilizar as informações e transformá-las em dados. O monitoramento das políticas públicas associa-se, em grande parte, a essa produção e análise de dados; assim, era importante produzi-los. A sistematização trabalhou, então, tanto na produção desses dados quanto na qualificação, visando evidenciar os atores envolvidos, os processos, as conexões e as dinâmicas territoriais. Um ponto importante é que a própria produção de dados foi feita em parceria

com as redes e os territórios. A divulgação desses dados, como números de envolvidos e características da produção, serve como argumento para mostrar à sociedade o quanto a agroecologia é importante para o país.

- **Sistematização das redes:** o projeto de sistematização evidencia como as organizações, com o apoio do *Programa Ecoforte*, conseguiram se qualificar e acessar as políticas públicas. Além disso, ao mesmo tempo que organiza as informações, a sistematização fortalece as redes, pois não é só um processo de coleta de dados, mas de reconhecimento e valorização das experiências. A sistematização é feita com as redes, no intuito de que os dados contribuam, além da divulgação e do fortalecimento da agroecologia, para o adensamento dos processos e das ações territoriais.

MAPA INTERATIVO

O Mapa Interativo é uma ferramenta virtual elaborada no contexto do projeto para possibilitar o acesso e a identificação das diferentes redes que participaram do *Programa Ecoforte*. O mapa traz a localização geográfica das redes no território brasileiro e nos biomas, as Unidades de Referência, o tecido social envolvido, um pouco de história das redes e fotografias.

Conforme foi apresentado no seminário, a construção do Mapa Interativo tem gerado muitas reflexões relacionadas aos seguintes desafios: (a) representar de forma virtual as redes de agroecologia, e não as experiências individuais; (b) fazer a representação multiescalar das redes em um instrumento abstrato, virtual, mas que é capaz de dar a visão do todo; e (c) compreender como delimitamos os territórios, a densidade da rede, a exibição dos fluxos econômicos e a coleta dos dados.

O Mapa Interativo com as experiências das redes de agroecologia apoiadas pelo *Programa Ecoforte* está disponível em: http://redes-ecoforte.eita.org.br/

DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE APOIO À AGROECOLOGIA

O Seminário Desafios da Construção das Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Apoio à Agroecologia aconteceu na manhã do dia 2 de junho, na sede da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG). Conforme proposto previamente, as/os participantes debateram sobre os desafios, os limites, as perspectivas e os aprendizados nos processos de construção, implementação e controle social de políticas públicas de agroecologia e de apoio à agroecologia realizadas no âmbito dos estados e municípios.

Avalia-se que, ao longo dos últimos anos, foi possível acumular um conjunto significativo de aprendizados relativos às políticas públicas nacionais no campo da agroecologia, mas que há uma lacuna importante no que se refere à divulgação dos processos realizados nos estados e municípios. No entanto, acredita-se que muitos desses processos que estão em curso na atualidade são capazes de gerar mudanças significativas em diferentes regiões do Brasil. Assim, a ideia foi promover uma leitura crítica de algumas experiências existentes, pois os aprendizados identificados poderão servir de inspiração para outras iniciativas e ampliar as conquistas do movimento agroecológico.

Para estimular o debate, foram apresentadas 3 experiências estaduais – Bahia, Ceará e Minas Gerais – e 2 municipais – Belo Horizonte e Florianópolis (SC). Em seguida, um moderador da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) fez uma síntese das apresentações e abriu a fala para as/os participantes.

APRESENTAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

1) CONSTRUÇÃO DO PLANO DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA EM MINAS GERAIS *Edmar Gadelha | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) – Minas Gerais*

- **Referências para a construção do plano:** o *Programa Nacional de Redução de Agrotóxico* (Pronara); documentos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde; e demandas

e proposições da sociedade civil, por meio da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), das Conferências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), das Conferências de Saúde e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf).

- **Desafios:** a criação do Grupo Executivo Permanente (GEP), uma instância para a elaboração do plano, por meio de decreto, tendo como base jurídica as leis estaduais de agroecologia e a Ater; as controvérsias de narrativas dos atores que estavam construindo o plano; a governança do plano, devido à diversidade e à composição intersetorial do grupo (representantes de órgãos de fiscalização, saúde, agricultura, educação, comunicação, execução e controle social); e a necessidade de definir o instrumento legal para execução (decreto, resolução ou despacho).

- **Orçamento**: identificar as ações necessárias; propor revisão do *Plano Plurianual de Ação Governamental* (PPAG); estabelecer relação com a Lei Orçamentária Anual (LOA); e, por fim, acessar os recursos financeiros.



2) PROJETO PAULO FREIRE – GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ *Francisca Rocicleide Ferreira da Silva | Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Ceará*

- **Apresentação**: as equipes técnicas do projeto devem ser formadas ou se capacitar em processos da agroecologia. Atualmente, o projeto é uma referência de construção da agroecologia no estado e no Brasil.
- **Desafios**: trazer os elementos da agroecologia para as ações; ter a equipe técnica e de assessoria convencida da proposta; construir a concepção de que este é um projeto de Estado, e não somente de governo; e implantar a transição tecnológica.
- **Conquistas**: o *Projeto Paulo Freire* colabora na construção de um processo de capilaridade da agroecologia e de fortalecimento da agricultura familiar, com a participação ativa da sociedade civil organizada.

3) PROJETO DE LEI ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA *José Augusto de Castro Tosato | Secretaria de Desenvolvimento Rural – Bahia* e *Marcelino Galo | Deputado Estadual*

- **Apresentação**: a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural foi influenciada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e pelo Fórum Baiano de Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.
- **Trajetória**: a partir da experiência da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, houve incidência no programa do governo do estado, por meio de seminários de agroecologia e desenvolvimento rural, até chegar à apresentação do projeto de lei (PL) na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) pelo deputado estadual Marcelino Galo. A proposta passou a ser pauta de vários movimentos e fez relação com a Política de Convivência com o Semiárido, que, por sua vez, tem uma forte relação com o Desenvolvimento Territorial e o diálogo constante com setores que discutem e constroem a agroecologia.
- **Outros projetos e outras ações de convergência**: Campanha de Alimentos Saudáveis, Programa de Sementes Estadual, Proaf e Programa Bahia Produtiva.
- **Conquistas**: vários programas existentes estão dentro do PL, e já está elaborada e em negociação uma chamada específica da Ater Agroecologia.

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) criou uma Frente Parlamentar Ambientalista que discute e pontua a agroecologia na Câmara.

- **Desafio**: a lei não está aprovada; assim, ainda é preciso passar por todo o processo de aprovação para entrar no orçamento.

4) POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA – FLORIANÓPOLIS (SC) *Vereador Marquito | Câmara de Vereadores de Florianópolis – Santa Catarina*

- **Apresentação**: a Política de Agroecologia de Florianópolis é um guarda-chuva em que se relacionam políticas, programas e projetos urbanos e rurais.
- **Construção**: o projeto de lei foi construído com grande participação da sociedade, em reuniões nas comunidades e em sessões especiais na Câmara dos Vereadores. Houve também muita pressão e participação popular com os legisladores.
- **Desafios**: lidar com as diversas narrativas do grupo intersetorial para a regulamentação da lei e para a inclusão das ações no orçamento.
- **Conquistas**: em relação ao orçamento, a política já está na LOA de 2018; as feiras agroecológicas previstas estão funcionando; e outros projetos de lei estão em andamento, como o de Resíduos Sólidos e o da Política Municipal de Participação Social.



5) EXPERIÊNCIAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BELO HORIZONTE
Darklane Rodrigues Dias | Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (Susan/PBH)

- **Apresentação**: a Susan possui várias experiências que têm como diretriz principal a Segurança Alimentar e Nutricional, como os Territórios Sustentáveis, o Corredor Agroecológico, os Sistemas Agroecológicos Comunitários, a construção do Sistema Participativo de Garantia na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e a Formação em Agroecologia. As experiências sempre buscam articular a conexão do urbano com o rural, mesmo Belo Horizonte não tendo área rural, de acordo com o seu Plano Diretor.
- **Desafios**: o sistema de gestão dessas experiências está em construção, assim como os indicadores de resultados e impactos.
- **Princípios**: a construção das iniciativas deve ser coletiva, pois o poder público não faz nada sozinho e deve sempre considerar as relações sociais. Também não é possível construir por meio de apenas um órgão gestor, por isso o esforço da transversalidade (meio ambiente, saúde, educação), o que demanda mais diálogo e mais tempo. Nessa mesma perspectiva, é preciso superar a dicotomia de política de governo e política de Estado.

SÍNTESE DOS DEBATES

- A agroecologia tem convergência com várias redes, por isso é importante ampliar o campo de atuação e o diálogo do movimento agroecológico.
- As experiências mostraram que a intersetorialidade, apesar de ser um desafio, deve ser buscada na construção das políticas. Não se pode reduzir a agroecologia às secretarias de desenvolvimento rural.
- A agroecologia deve estar na centralidade das políticas de agricultura familiar.
- É necessário encontrar formas de fortalecer as iniciativas estaduais e municipais, principalmente em função do quadro político que está se desenhando.
- Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil são imprescindíveis na construção de políticas públicas relacionadas à agroecologia.

- A pressão social é uma estratégia importante para superar a morosidade e as burocracias envolvidas na elaboração e efetivação das políticas.
- Devem ser definidas estratégias para que todos os estados construam suas Políticas Estaduais de Agroecologia, alinhadas às iniciativas de planos e políticas de redução do uso de agrotóxicos.
- É preciso fazer uma moção para que o governador do estado de Minas Gerais assine o Plano Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos e Promoção da Agroecologia.
- É importante pautar a agroecologia e os temas correlatos nos espaços políticos, de modo a construir e/ou fortalecer programas e políticas públicas que enfrentem as desigualdades entre homens e mulheres e que reconheçam os direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.
- Sugere-se continuidade dos debates que aconteceram nessa atividade, a exemplo de um seminário nacional para a discussão das políticas públicas para a agroecologia, em data próxima ao Fórum de Secretários de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.



SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS EM REGIÕES METROPOLITANAS

A organização de sistemas alimentares urbanos tem crescentemente despertado a atenção e o interesse de setores da sociedade historicamente menos envolvidos com as práticas, lutas e políticas públicas relacionadas à agricultura e à alimentação. Essa agenda de debates tem provocado a aproximação de trajetórias e narrativas que há tempos atuam em frentes diversas, como a agroecologia, a agricultura urbana, a agricultura familiar, a soberania e segurança alimentar, as mudanças climáticas e o direito à cidade e aos bens comuns.

A apropriação da perspectiva agroecológica pelas organizações e pelos movimentos urbanos amplia o escopo político e conceitual, bem como a noção de justiça social envolvida na construção de sistemas alimentares. As iniciativas de promoção da agroecologia visibilizam as inúmeras conexões possíveis relacionadas aos conhecimentos e bens naturais disponíveis nas cidades e regiões metropolitanas para produzir e garantir o acesso da população urbana a alimentos diversos e saudáveis e para fomentar a economia regional.

A dimensão ambiental também sobressai na aproximação entre essas diferentes narrativas, criando ligações entre a diminuição do desperdício e a reutilização dos resíduos urbanos; a redução das emissões associadas ao transporte de alimentos por longas distâncias; a proteção das águas, da biodiversidade e das áreas agrícolas dentro e no entorno das cidades; o fortalecimento dos vínculos rurais-urbanos, entre outras importantes questões.

Em várias regiões metropolitanas brasileiras existem práticas cotidianas, resistências nos territórios e um conjunto de ações implementadas por organizações da sociedade civil, pelo poder público e por instituições e grupos de pesquisa e extensão que podem ser mais bem articuladas para a construção de sistemas alimentares urbanos mais justos e sustentáveis. Também é importante considerar nesse cenário iniciativas do setor privado que valorizam a utilização de tecnologias “limpas” de produção e cadeias curtas de abastecimento.

Considerando a importância histórica da realização do IV Encontro Nacional de Agroecologia, o Seminário Sistemas Alimentares Agroecológicos em Regiões Metropolitanas, realizado na tarde do dia 2 de junho de 2018, teve o objetivo de reunir experiências,

coletivos, agentes públicos e redes brasileiras para conhecer o que já está acontecendo e construir novas conexões para a organização de sistemas alimentares agroecológicos em regiões metropolitanas. A atividade contou com os seguintes momentos: 1) Contextualização da temática e apresentação das pessoas e organizações presentes; 2) Relatos de experiências; e 3) Assinatura do Protocolo de Intenções para o estabelecimento de cooperação institucional com o objetivo de fortalecer a agroecologia na Região Metropolitana, no Colar Metropolitano e no entorno de Belo Horizonte (MG), com vistas à implantação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG).

SÍNTESE DOS DEBATES

A questão agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) tem ganhado visibilidade a partir da mobilização da sociedade civil e da incorporação dessa temática em pesquisas e projetos que refletem sobre a importância da produção, da oferta e do acesso da população metropolitana a alimentos saudáveis. Há também uma trajetória recente no planejamento metropolitano de incorporação do uso agrícola do solo, especialmente da agroecologia, em propostas de reestruturação territorial da RMBH, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais.

Nesse sentido, atores e redes que atuam com agricultura urbana, agricultura familiar e agroecologia na RMBH se articularam com iniciativas nacionais e internacionais para propor a realização deste seminário e ampliar o debate político e conceitual, no âmbito do IV ENA, acerca da construção de sistemas alimentares agroecológicos em regiões metropolitanas. Além disso, o seminário teve a intenção de fortalecer a institucionalização de processos de fortalecimento da agroecologia que se encontram em curso na RMBH, oportunizando a assinatura de um protocolo de cooperação.

As experiências apresentadas, brevemente descritas a seguir, abordaram os avanços e desafios em seus processos de implantação, as dimensões do sistema alimentar que foram consideradas, os mecanismos de controle social, assim como se incorporaram (ou não) uma abordagem territorial metropolitana.

* **Cecafes:** a Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cecafes) é uma experiência de compras coletivas e consumo solidário no estado do Rio Grande do Norte que busca aproximar consumidoras/es de agricultoras/es familiares e estabelecer outras bases para as relações de trocas. É um sistema colaborativo, fundado nos princípios da

economia solidária, do comércio justo e do cuidado com o meio ambiente. Os produtos *in natura* são processados e industrializados pelas agroindústrias familiares, alguns já produzidos de forma orgânica (com certificação); outros de forma agroecológica, em que não há o uso de adubos ou inseticidas industriais; e, ainda, convencional, ou seja, com uso de algum agroquímico.

- **Ligue os Pontos**: projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (Smul) em conjunto com as Secretarias do Verde e Meio Ambiente; Trabalho e Empreendedorismo; Assistência e Desenvolvimento Social; Relações Internacionais; e Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo. Os principais objetivos do projeto são: a) empoderar as/os agricultoras/es com informação, conhecimento e habilidades para que possam melhorar seus processos produtivos e aumentar seus rendimentos; b) conectar a produção agrícola às demandas de mercado através da melhoria de processos ao longo da cadeia de valor da agricultura local; e c) usar dados e construir capacidades continuamente para promover a sustentabilidade dessa experiência enquanto política pública. A iniciativa rendeu à cidade de São Paulo o primeiro lugar do prêmio *Mayors Challenge 2016*, promovido pela Bloomberg Philanthropies, que premiou iniciativas em políticas públicas em cidades da América Latina e do Caribe.

- **Plataforma Cityfood:** sub-rede de apoio a governos locais, por meio do estímulo à cooperação e à troca de conhecimentos, para a elaboração de políticas de segurança alimentar e integração destas no desenvolvimento urbano e regional. Liderada pelo Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade e pela Fundação Ruaf, a iniciativa conta hoje com a participação ativa das cidades sul-americanas de Belo Horizonte, Campinas (SP), Londrina (PR), Quito (Equador) e Santa Fé (Argentina). Norteia a plataforma o conceito de *Sistemas Alimentares Regionais*, ou seja, a adoção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes em regiões metropolitanas como forma de suprir as necessidades alimentares (atuais e futuras) da população, promovendo segurança alimentar, nutrição e inclusão social.

Os debates culminaram com a assinatura – pelas autoridades representantes das instituições signatárias – do Protocolo de Intenções para o estabelecimento de cooperação institucional com o objetivo de fortalecer a agroecologia na Região Metropolitana, no Colar Metropolitano e no entorno de Belo Horizonte, com vistas à implantação de um Sistema Participativo de Garantia. Para o acompanhamento e a

fiscalização do cumprimento das ações previstas no Protocolo, foi formado um Comitê de Apoio Interinstitucional composto pelos partícipes signatários iniciais: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (Smasac) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH); Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG); Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Instituto René Rachou (Fiocruz Minas); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade. O comitê será composto, ainda, por dois representantes da sociedade civil indicados pela Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana) e pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (Amau).

A construção do SPG RMBH tem se mostrado uma importante via de fortalecimento da agroecologia na RMBH, ampliando a rede de contato entre agricultoras/es e organizações locais até então não conectadas ao campo agroecológico na região. Por outro lado, tem possibilitado avanços no campo da institucionalização de organizações sociais e de políticas públicas, seja por meio do reconhecimento dessas iniciativas e suas demandas por setores do Estado, seja pela necessária criação de arranjos e acordos para a gestão coletiva do sistema.

Na RMBH, assim como em outras regiões metropolitanas no Brasil, observa-se uma trajetória de articulação em rede e uma diversidade expressiva de sujeitos e organizações sociais envolvidos em atividades de produção, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. Esses sujeitos e organizações, por sua vez, estão relacionados a territórios específicos e a processos mais amplos de compartilhamento, reivindicação e apropriação de recursos e espaços para a produção agrícola, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais e de transição rural-urbana nos municípios metropolitanos.

É preciso aprofundar os debates sobre o que há de especificamente urbano nessas experiências – características próprias da aglomeração urbana/metropolitana que potencializam a diversidade, o encontro e as trocas – e como elas contribuem para o reconhecimento e fortalecimento das muitas alternativas e experimentações de organização de sistemas alimentares e de reestruturação territorial metropolitana.

AS ORGANIZAÇÕES QUE PROMOVERAM O SEMINÁRIO SISTEMAS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS EM REGIÕES METROPOLITANAS FORAM:

* Articulação de Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Amau)
* AUÊ!/UFMG – Grupo de Estudos de Agricultura Urbana
* Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (Cnau)
* III Conferência Internacional de Agricultura e Alimentação em uma Sociedade Urbanizada (III AgUrb)
* Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade e Fundação Ruaf, idealizadores da Plataforma Cityfood
* Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede)
* Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana / RMBH)
* Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (Susan/PBH)

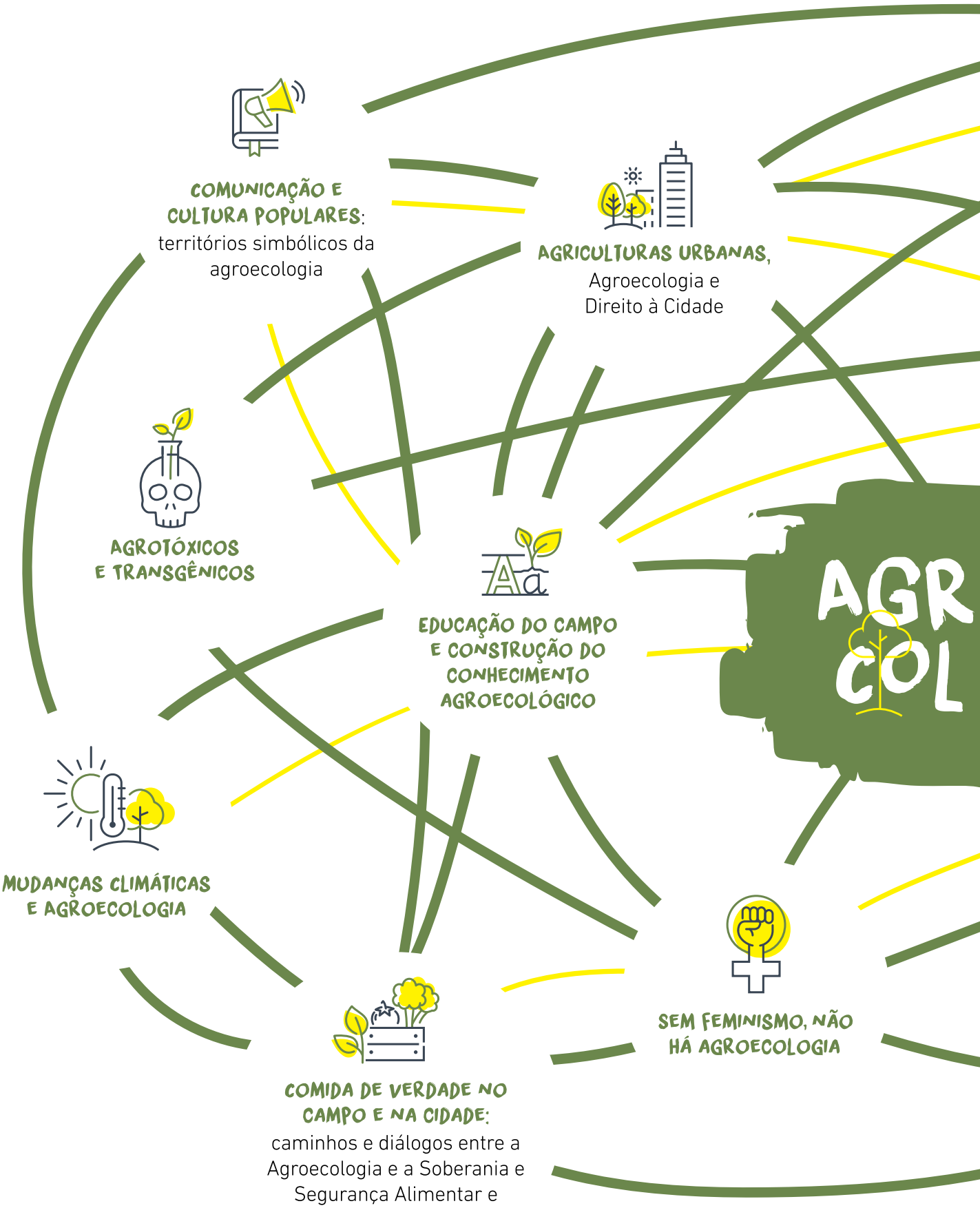


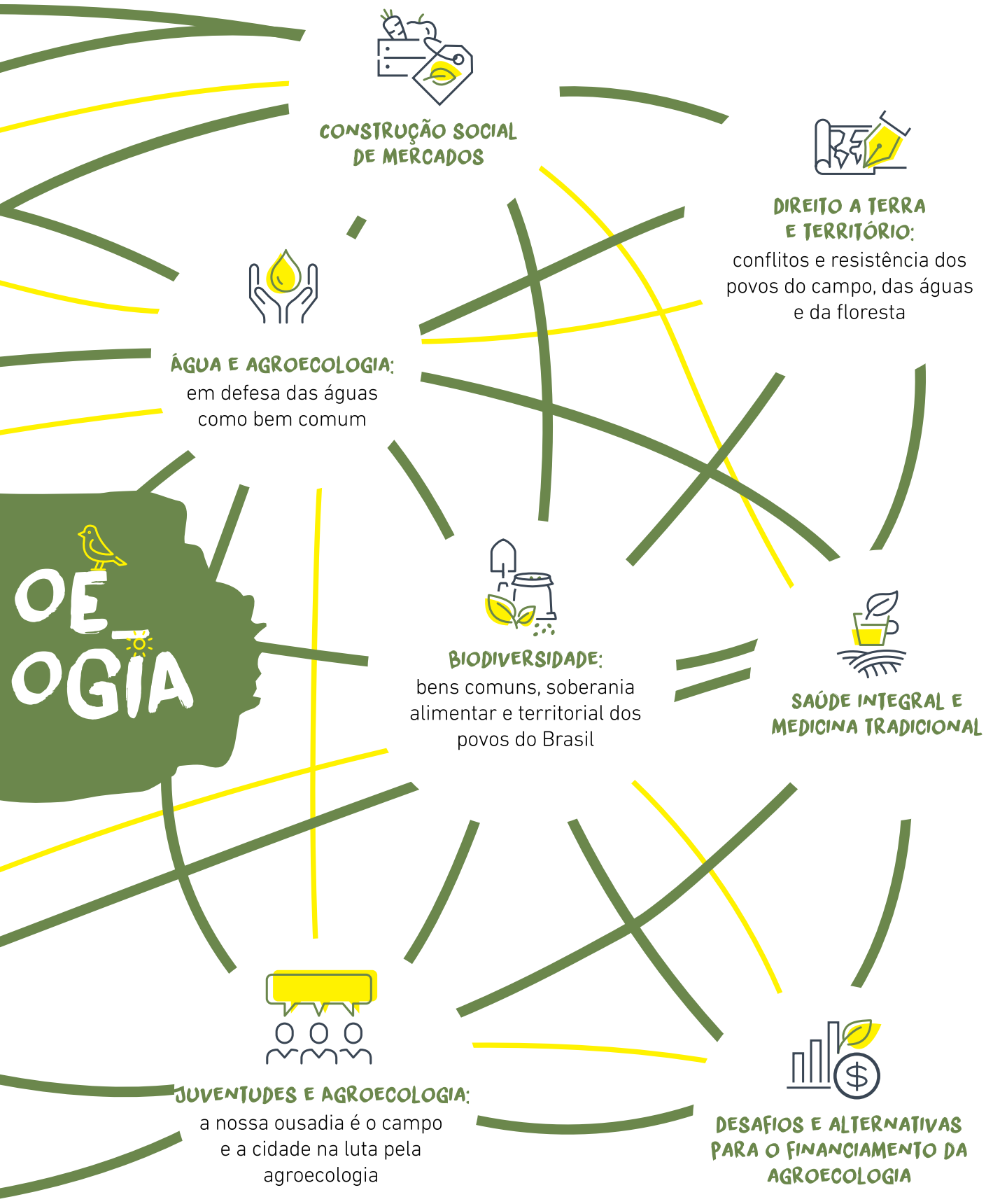
PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS: BIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO

No contexto da diminuição de direitos sociais e políticas públicas, os processos autônomos e criativos de gestão territorial se constituem como estratégias de fortalecimento da organização comunitária para o livre acesso e uso da biodiversidade e para a garantia dos direitos territoriais.

Assim, multiplicam-se no Brasil iniciativas de protocolos de consulta comunitários e protocolos bioculturais, construídos por povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultoras/es familiares e camponesas/es, com referência na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção da Diversidade Biológica, no Protocolo de Nagoia e no Marco Legal da Biodiversidade Brasileira (Lei nº 13.123/2015). Entre os exemplos estão o Protocolo de Consulta Quilombola da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém e o Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado.

Se, por um lado, essas iniciativas garantem os direitos das comunidades tradicionais, por outro lado podem ser apropriadas por empresas e governos interessados na implementação de projetos privados de exploração de bens naturais. Diante desse contexto, o seminário buscou discutir os limites e as potencialidades dos protocolos comunitários, procurando debater as possíveis contradições e compartilhando as estratégias de resistências.


COMUNICAÇÃO E CULTURA POPULARES: territórios simbólicos da agroecologia
AGRICULTURAS URBANAS, Agroecologia e Direito à Cidade
AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS
EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO
AGR
COL
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGROECOLOGIA
SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA
COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: caminhos e diálogos entre a Agroecologia e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional


CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS
DIREITO A TERRA E TERRITÓRIO: conflitos e resistência dos povos do campo, das águas e da floresta
ÁGUA E AGROECOLOGIA: em defesa das águas como bem comum
OE OGIA
BIODIVERSIDADE: bens comuns, soberania alimentar e territorial dos povos do Brasil
SAÚDE INTEGRAL E MEDICINA TRADICIONAL
JUVENTUDES E AGROECOLOGIA: a nossa ousadia é o campo e a cidade na luta pela agroecologia
DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO DA AGROECOLOGIA



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-87116-33-8
9 788587 116338

LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA
CULTURA + RIQUEZA
CA 0776/001/2017

REALIZAÇÃO
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

PATROCÍNIO
BDMG BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS
CEMIG NOSSA ENERGIA, SUA FORÇA
MINAS GERAIS DIÁLOGO · COMPROMISSO · TRABALHO
BNDES
BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

APOIO
actionaid
FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO
SEMEAR INTERNACIONAL
FIDA
IICA
terre des hommes suisse
terre des hommes schweiz Oportunidades para jovens
DGM
CESE Projetos que mudam vidas
ccfd-terre solidaire
PREFEITURA BELO HORIZONTE GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA
Brot für die Welt Pão para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento
HEKS EPER
HEINRICH BÖLL STIFTUNG BRASIL
MISEREOR IHR HILFSWERK
FUNAI
FIOCRUZ
FUNDO AMAZÔNIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INCENTIVO
+CULTURA
MINAS GERAIS DIÁLOGO · COMPROMISSO · TRABALHO